SENADO FEDERAL

Senador PAULO PAIM
PT/RS

Um Pouco da Minha Caminhada

BRASÍLIA – 2008

Apresentação

Selecionei nesta cartilha pronunciamentos entre os mais de 900 que fiz nos meus primeiros anos como senador da República. Esses escritos sintetizam as minhas andanças "de pago em pago" durante as campanhas eleitorais de 2004 e 2006.

Faço também um resumo do que foi até agora a minha trajetória em defesa dos interesses do Rio Grande do Sul e de toda a sua gente.

Tenho certeza de que só cheguei até aqui porque tive e tenho o apoio dos militantes do PT e de todos aqueles combatentes sociais que ainda sonham e lutam nas trincheiras do dia-a-dia para construir um estado e um país onde homens e mulheres, independentemente de raça, cor, etnia, religião, idade e orientação sexual, tenham as mesmas oportunidades e igualdade de direitos.

Um abraço,
Senador *Paulo Paim*

Sumário

Pág.

– Um pouco da minha caminhada 7
– A campanha política no Rio Grande do Sul 14
– A Semana Farroupilha 15
– As eleições de 2006 19
– O projeto de criação da Sudesul e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional do Programa de Aceleração do Crescimento 26
– As Zonas de Processamento de Exportação – ZPE 27
– Carta aos militantes 30
– O Projeto Cantando as Diferenças 31
– Os 119 anos da abolição inconclusa 35
– A importância do ensino técnico profissionalizante e do Fundep 41
– Comentários do relator sobre a Comissão Mista do Salário Mínimo 43
– A Universidade do Mercosul 47
– O Dia Internacional do Idoso 48
– A crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul..... 53
– Os 20 municípios gaúchos cujos indicadores são comparados aos de países da Europa 54
– A Unipampa 56
– O Dia do Artista Gaúcho 56
– O encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul 58
– Os 54 anos da morte do Presidente Getúlio Vargas 59
– Os trabalhos desenvolvidos em 2007 60
– O Estatuto da Pessoa com Deficiência/Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência 64
– Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial (PEC nº 75/2003) 66
– A situação do setor vinícola brasileiro 67

Pág.

– A aprovação do empréstimo de US$ 1,1 bilhão para o Estado do Rio Grande do Sul 69
– A situação dos aposentados e pensionistas brasileiros 70
– Projeto de Educação Ambiental em áreas de Turismo Rural na Região Turística da Rota Terras do Rio Grande do Sul 72
– O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil 73
– A abertura da 16ª FENADOCE (Feira Nacional do Doce), da cidade de Pelotas (RS) 75
– A eleição da primeira prenda negra do Rio Grande do Sul 76
– A 2ª Caminhada pela Vida, Verdade e Justiça, ocorrida em Porto Alegre no dia 17 de maio de 2008 76
– A anistia do herói negro, João Cândido 78
– O artigo do escritor Moacyr Scliar 81
– Os 236 anos da cidade de Porto Alegre/RS 81
– A Escola Naval de Rio Grande 82
– Há um sorriso feliz 86
– O fator previdenciário 87
– O Dia Universal dos Direitos Humanos 88
– O Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher 93
_ Agenda de Campanha Eleitoral 2008 96
_ Agenda de Campanha Eleitoral 2008 II 100

Praticamente estamos encerrando os trabalhos legislativos de 2006. E é neste findar e com o olhar para o futuro que gostaria de fazer um breve balanço desta caminhada.

Quando cheguei a esta Casa sabia que não representaria apenas os mais de dois milhões de eleitores que me outorgaram um mandato de senador da República, mas todo o Estado do Rio Grande do Sul, com seus 10,2 milhões de habitantes, descendentes de índios, portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, africanos e alemães.

Como já disse em outros pronunciamentos aqui mesmo nesta tribuna "o tempo avança com a velocidade dos ventos". É como falamos lá no sul "meio caminho andado se foi". Agora, nos preparemos para o restante.

Conseguimos estabelecer um novo paradigma na questão do atendimento aos municípios gaúchos. Prestamos todas as informações necessárias às prefeituras municipais, Câmaras de vereadores e entidades para obtenção de recursos federais, disponíveis no Orçamento da União, mediante a formalização de convênios, além de disponibilizar na internet todas as informações necessárias para a apresentação dos projetos. Realizamos, ainda, acompanhamento dos projetos apresentados junto aos Órgãos e às publicações veiculadas no *Diário Oficial da União*.

Adotamos um critério para verbas individuais dos parlamentares, o critério do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e o corte das diversidades. Implementamos conselhos políticos em 17 regiões do estado para orientar e discutir a nossa atuação. Já contemplamos 170 municípios com emendas individuais.

Prezamos pela transparência, por isso disponibilizamos em nossa página na internet www.senado.gov.br/paulopaim todas as indicações de emendas.

Nos últimos três anos cada senador teria direito a indicação de uma emenda na bancada gaúcha. Abrimos mão dessas emendas para que a bancada decide a sua melhor aplicação.

A Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES contou com o nosso apoio para a aprovação de um contrato de financiamento, encaminhado junto ao Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a construção de dois prédios, mediante o programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Os investimentos de informática, móveis e bibliografia somam um total de R$5.700.000,00.

Por várias vezes interagimos com o Executivo na intenção de resgatar a dívida do Governo Federal com o Estado do Rio Grande do Sul.

A dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União cresceu seis vezes (nos últimos dez anos), de R$4,3 bilhões para R$26,4 bilhões, enquanto que a receita aumentou em quatro vezes, passando de R$3,54 bilhões para R$14,1 bilhões no mesmo período.

Na crise da Varig, fomos autores, juntamente com a Senadora Lúcia Vânia, do requerimento para realização da audiência pública sobre o setor de aviação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Nossa maior preocupação era evitar prejuízos para os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas da companhia.

Realizamos também na CAS, uma audiência pública para debater as liquidações judiciais dos fundos de pensão de empresas aéreas (AEROS e AERUS). Encaminhei

carta para a Ministra Ellen Gracie pedindo o julgamento imediato desses processos que envolvem os aposentados e pensionistas dos fundos.

Para o setor vinícola pedimos a revisão de ato declaratório que introduzia novo reenquadramento dos vinhos nacionais para pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, aumentando, assim, a tributação do vinho nacional. Esse aumento de carga tributária é uma injustiça, pois diminui a competitividade do vinho brasileiro em relação aos vinhos importados e constitui um desestímulo à produção nacional, cuja qualidade fez com que conquistássemos centenas de medalhas de premiação nos últimos anos.

Trabalhamos para agilizar o processo de aprovação do projeto de acordo entre o Brasil e a Argentina para construção de novas travessias rodoviárias sobre o rio Uruguai. As pontes serão construídas de forma a realizar a ligação Itaqui–Alvear; Mauá–Alba Posse e Porto Xavier–San Javier. O acordo prevê também a criação de uma comissão binacional para viabilizar a construção das travessias. Sem dúvida é uma contribuição para a integração física do Mercosul.

No Senado Federal apresentamos mais de 250 proposituras; mais de 100 propostas de emendas a outros projetos; e realizamos 48 audiências públicas.

Como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional no Senado Federal ajudamos a aprovar os sete projetos para o Rio Grande do Sul: SUEPRO – Santa Rosa; SUEPRO – Bento Gonçalves; SUEPRO – Bagé; CEPROVALE – FUNDATURVOS; CEP Vale do Rio Caí; FUNDACINE/RS; FUNDEP – Pontão. Somente o Centro de Educação Profissional do Vale do Rio do Turvo – CEPROVALE, numa ação articulada com dezoito prefeituras municipais, entre elas a Prefeitura Municipal de Santo Augusto, empresas cooperativadas e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI alcançará mais de 20.000 (vinte mil) pessoas, entre jovens, empresários e professores. O Centro será um difusor de conhecimento para a região e de formação profissional.

Apresentamos projeto para regularizar a situação de todos os municípios do País que participaram do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ) e do parcelamento de débito junto às concessionárias de energia elétrica, perante o Ministério da Fazenda. A aprovação da matéria, em tempo recorde (31 dias) e por unanimidade no plenário do Senado Federal, veio resolver as dificuldades dos municípios em obter novos financiamentos junto aos organismos federais.

Poderia falar também, Senhor Presidente, da BR-101, da duplicação da BR-386, da Rodovia do Parque, da URCAMP, da FEEVALE, do Porto de Rio Grande, da crise da gripe aviária, da reivindicação do setor de refrigerantes, do transporte escolar para as prefeituras, da defesa do alho nacional, do ressarcimento da Cofins para o setor calçadista, dos disjuntores e da revisão da taxação do couro *Wet Blue*.

Apresentamos na Comissão de Meio Ambiente emenda no valor de R$200 milhões para a recuperação da bacia hidrográfica do rio dos Sinos.

Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, no Senado Federal apresentamos mais de 250 proposituras; mais de 100 propostas de emendas a outros projetos; e realizamos 48 audiências públicas.

Nos últimos quatro anos aprovamos aqui no Senado Federal os seguintes projetos de nossa autoria e que hoje estão tramitando na Câmara dos Deputados:

PLS nº 6, de 2006 – institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência; PLS nº 82, de 2003, que concede adicional de periculosidade aos carteiros. PLS nº 139, de 2003, dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista; PLS nº 181, de 2003, concedendo

prioridade no atendimento hospitalar a toda pessoa idosa; PLS nº 213, de 2003, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; PLS nº 297, de 2003 que dispõe sobre a proibição do trabalho aos menores de dezesseis anos, exceto se menor aprendiz aos quatorze.

PLS nº 270, de 2004, acresce em 25% o valor das aposentadorias dos aposentados que necessitarem de assistência permanente de outra pessoa, por razão de doença ou deficiência física; PLS nº 299, de 2004, que cria o Programa Nacional de Inclusão dos Moradores em Situação de Rua. Este projeto foi aprovado em dezembro de 2005; PLS nº 302, de 2004, institui o feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares. Este projeto foi aprovado em abril de 2005; PLS nº 453, de 2003, que assegura 50% das vagas nas universidades federais para alunos oriundos de escolas públicas.

PLS nº 309, de 2004, define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Este projeto foi aprovado em novembro de 2005; PLS nº 320, de 2004, que dispõe sobre a incidência de Imposto de Renda sobre rendimentos recebidos acumuladamente. Este projeto foi aprovado em julho de 2006; PLS nº 126, de 2005 – cria o programa para estimular a contratação de trabalhadores acima de 45 anos. Este projeto foi aprovado em abril de 2006; PLS nº 154, de 2005 – Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha no Rio Grande do Sul. Este projeto foi aprovado em setembro de 2005; PLS nº 170, de 2005 – concede adicional de periculosidade aos eletricitários. Este projeto foi aprovado em maio de 2006.

PLS nº 192, de 2005 – exige que os caracteres impressos em contrato de adesão observem padrão mínimo de medida tipográfica. Este projeto foi aprovado em novembro de 2005; PLS nº 342, de 2005 – institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Este projeto foi aprovado em março de 2006; PLS nº 421, de 2005 – inscreve no Livro Heróis da Pátria o nome de Sepé Tiarajú. Este projeto foi aprovado em abril de 2006; PLS nº 128, de 2006 – inclui os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Este projeto foi aprovado em novembro de 2006; PLS nº 286, de 2006 – institui o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças. Este projeto foi aprovado em dezembro de 2006.

Senhor Presidente, gostaria de falar agora dos projetos de nossa autoria transformados em norma jurídica. Foram aprovados dois projetos de lei e um projeto de resolução, são eles: PLC nº 57, de 2003 – dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Este projeto foi aprovado em setembro de 2003 e transformado em norma jurídica – Lei nº 10.741, de 2003. O Estatuto do Idoso possui 118 artigos. Entre os direitos assegurados estão os que dizem respeito à saúde, transporte, habitação, lazer e mercado de trabalho.

PLS nº 379, de 2003 – Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Este projeto foi aprovado em julho de 2005 e transformado em norma jurídica – Lei nº 11.133, de 2005.

PRS nº 44, de 2003 – isenta dos limites para operações de crédito aquelas contratadas junto ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz e aquelas decorrentes do parcelamento de débito junto à concessionárias de energia elétrica, bem como para viabilizar a regularização de operações contratadas em conformidade com os limites e condições estabelecidos pela referida Resolução, porém não autorizadas explicitamente pelo Ministério da Fazenda ou pelo Senado Federal. Transformado em norma jurídica – Resolução do SF, nº19, de 2003.

Cabe ressaltar que a PEC nº 77, de 2003 (PEC Paralela) foi aprovada com a nossa efetiva participação. E isso assegurou integralidade, paridade, regra de transição, aposentadoria especial, entre outros.

Senhoras e senhores, mas há também os projetos que foram aprovados em comissões e que continuam a tramitar aqui:

PLS nº 337, de 2003 – define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público. Este projeto foi aprovado em maio de 2006 na Comissão de Educação, seguindo agora para Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo.

PLS nº 298, de 2003 – que dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas. Este projeto foi aprovado em novembro de 2004 na Comissão de Educação, seguindo agora para Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a ela decisão terminativa.

PLS nº 296, de 2003 – que dispõe sobre o fim do fator previdenciário. Este projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Entretanto, foi interposto recurso ao Plenário do Senado e em seguida aprovado requerimento para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, e após retorno ao Plenário.

PLS nº 274, de 2003 – dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP. Este projeto foi aprovado em junho de 2006 pela Comissão de Educação e em seguida seguirá para CCJ, CAS e CAE, cabendo a última decisão terminativa.

PLS nº 39, de 2003 – cria o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do RS. Projeto foi aprovado em março de 2006 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ele seguirá agora para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e posteriormente à CAE, onde terá decisão terminativa.

PLS nº 5, de 2003 – dispõe sobre o valor do salário mínimo. Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais em dezembro de 2003 e julho de 2004.

PLS nº 352, de 2005 – Complementar, dispõe sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do regime geral de previdência social portadores de deficiência. Aprovado em outubro de 2005 na Comissão de Assuntos Sociais, seguindo agora para o Plenário do Senado.

PLS nº 27, de 2006 – estende aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento. Foi aprovado em junho de 2006 na Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo agora para a Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta decisão terminativa.

PLS nº 1, de 2004 – que dispõe sobre vagas semi-gratuitas em instituições privadas de ensino superior, projeto já aprovado na Comissão de Educação.

Senhores, a Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, na qual fui o relator, realizou durante os meses de janeiro a junho de 2006, quinze audiências públicas, inclusive em várias capitais estaduais. Tivemos a participação do Ministério do Trabalho, entidades sindicais de trabalhadores, representantes patronais, aposentados e pensionistas, Dieese, Diap, IBGE, Ipea, Fundação Getúlio Vargas, prefeituras, governos estaduais, vereadores, deputados estaduais, servidores públicos.

A Comissão do Salário Mínimo aprovou o estabelecimento de uma regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo; a vinculação do valor da aposentadoria ao do salário mínimo; o fim do fator previdenciário; a redução da contribuição social sobre a folha de salários e aumento da contribuição incidente sobre a receita bruta.

Realizamos audiências públicas para tratar da fusão da Varig e Tam; situação do setor vitivinícola; questão dos imóveis do INSS; questão da greve dos bancários; aposentados e pensionistas; reforma sindical; ensino profissionalizante; demarcação de terras indígenas; Estatuto da Igualdade Racial; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Ação de despejo dos Quilombolas; questão do arroz; redução de jornada de trabalho; déficit da Previdência; fator previdenciário; pagamento de precatórios; contribuição assistencial; Cotas e ações afirmativas; Petrobras e Braskem; Gripe aviária; transporte interestadual; violência contra os idosos; *Aerus;* setor fumageiro; e Escola Técnica de Canoas.

Aprovamos, com a participação fundamental do presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, a instalação de uma Comissão Especial Mista para discutir os problemas dos povos indígenas. Vale destacar que interferimos junto ao Governo para que os índios Krahô-Kanela, do estado do Tocantis, recebessem a titularidade de suas terras, reivindicação de mais de 30 anos.

Por fim, quero destacar a aprovação do PLS nº 351/2004, ontem na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal. O projeto, de minha autoria, que teve como relator o Senador Sibá Machado. Porém, por estar participando na Comissão Mista de Orçamento, foi nomeado *ad hoc* o Senador Rodolfo Tourinho. O PLS propõe o aumento de 18% para 30% da cota dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, destinada à área de educação.

A aprovação deste projeto, que segue agora para a Câmara dos Deputados, representará mais recursos para acesso a redes digitais de informação, principalmente à internet, abrindo uma infinidade de possibilidades de aperfeiçoamento do processo educacional.

Senhor Presidente, considero extremamente positiva a decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou a ação referente ao reajuste salarial de 90,7% aprovado pelos líderes da Câmara e do Senado.

Remeti a milhares de pessoas o texto abaixo como resposta à minha posição com relação a esse tema. Segue o texto:

O Senador Paulo Paim considerou extremamente positiva a decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou, no começo da tarde desta terça-feira, a segunda ação referente ao reajuste salarial de 90,7% aprovado pelos líderes da Câmara e do Senado.

Os ministros deferiram por unanimidade a determinação de que qualquer aumento na Câmara e Senado seja feito por meio de decreto legislativo aprovado no plenário das duas casas. Isso dará transparência à essa questão e cada parlamentar terá que assumir a sua posição. Estou tranqüilo, pois sempre defendi o voto aberto e tenho posição clara quanto ao assunto. Sou contra esse aumento".

O parlamentar considera uma verdadeira injustiça aumento para parlamentares e um reajuste insignificante ao salário mínimo e aos aposentados.

Em 2005, o Senador apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 35/05, que visa alterar o artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal para limitar a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, determinando que essa remuneração não exceda a vinte vezes o valor do salário mínimo. A intenção é diminuir a distância entre o salário mínimo e a máxima remuneração do serviço público.

Transcrevemos parte das notas taquigráficas do pronunciamento proferido no último dia 27, onde ele manifestou claramente sua posição sobre o assunto.

Com o abraço do Senador Paulo Paim receba também os seus votos de que este Natal encha todos os corações de esperança, de alegria de viver e de amor e respeito por todas as criaturas!

"Quero também dizer, Sr. Presidente, embora não seja esse o tema do meu pronunciamento no dia de hoje, que existe um debate na sociedade sobre o reajuste dos parlamentares. Preocupa-me bastante quando ministros do Supremo Tribunal Federal falam hoje que têm de receber 24 mais 12. Isso é uma afronta para nós, que estamos debatendo um salário mínimo de R$400,00. É um debate que não vem somar nada, apenas cria um constrangimento enorme para todos senadores e deputados, e o momento é inadequado.

Sou contra essa posição. Não a advogo. Todos sabem que não é do meu estilo ficar aqui falando de forma demagógica, porque entendo que senadores e deputados têm de receber um salário adequado para não dependerem de trabalhos externos. Mas não é possível ver a iniciativa, vinda do Supremo Tribunal Federal, de que alguns juízes passarão a receber mais de R$30 mil mensais, e, é claro, isso causará um efeito em cadeia em todo o País. Para mim, esse debate tem de ser encerrado o mais rápido possível e essa proposta não deveria ser aprovada."

E para finalizar gostaria de dizer que recebi neste ano, de assembléias legislativas, prefeituras, câmara de vereadores, confederações, federações e sindicatos, mais de cinqüenta moções de apoio, aplauso e apelo.

1. CÂMARA MUNICIPAL DE ALECRIM/RS
2. CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS
3. CÂMARA MUNICIPAL DE BROCHIER/RS
4. CÂMARA MUNICIPAL DE CASCA/RS
5. CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
6. CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL/RS
7. CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA/RS
8. CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
9. CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA/RS
10. CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEADO/RS
11. CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO REUTER/RS
12. CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM/RS
13. CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ/RS
14. CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS
15. CÂMARA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS
16. CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO OSÓRIO/RS
17. CÂMARA MUNICIPAL DE TURUÇU/RS
18. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/RS
19. FEDERAÇÃO DAS APAES DO RS
20. CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO/SP
21. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SP
22. CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA/ES
23. CÂMARA MUNICIPAL DE TUPÃ/SP
24. CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM/SP
25. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ
26. CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ\MG
27. CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPECERICA/SP
28. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/ES
29. CÂMARA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP
30. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS/MG

31. CÂMARA DE ESTÂNCIA DE BARRA BONITA
32. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS
33. CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP
34. CÂMARA MUNICIPAL DE MELEIROS/SC
35. CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE/SC
36. CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ/SP
37. CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG
38. CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA / SP
39. SINDICATO – SINCOPEÇAS/GO
40. CÂMARA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO/SP
41. CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO/PR
42. CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU/SP
43. CÂMARA MUNICIPAL DE ANGATUBA/SP
44. CÂMARA MUN. DE ESTÂNCIA DE EMBU/SP
45. CÂMARA MUNICIPAL DE LEME/P
46. ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA/SP
47. CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM/SP
48. CÂMARA MUNICIPAL DE CRISCIÚMA/SC
49. CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALTO/SP
50. CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA/MG

Senhor Presidente, gostaria de terminar deixando uma mensagem de Natal a todos os que de uma forma ou de outra estão ligados a essa caminhada, que nos emociona e que move nossas forças todos os dias.

"O Natal está chegando,
As festas de Ano Novo também.
2006 foi muito especial, mas foi muito difícil!
Quero te agradecer muito,
Mas me sinto inquieto.
Há tanta coisa ainda por fazer!
Nosso povo, nossa gente precisando tanto de nós,
São os pobres, os idosos, as crianças,os índios,
As pessoas com deficiência,
Os discriminados por gênero, cor, livre opção sexual, raça, religião,
E tantos outros...
Quero compartilhar contigo mais este momento,
Pois há muitos desafios pela frente.
E eu preciso de ti em 2007,
2008, 2009...ao longo da vida
Quero acalmar minha alma, que só ficará bem quietinha,
Se tu prometeres ficar ao meu lado,
Se tu continuares trabalhando comigo!
Sei que posso contar contigo!
Obrigado Jesus!
Já me sinto abençoado.

Muito obrigado.

A campanha política no Rio Grande do Sul

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tenho levado pelos rincões do Rio Grande do Sul apoio aos meus companheiros e companheiras, candidatos às prefeituras e às câmaras de vereadores.

Em dois meses percorremos 132 municípios, quando pude perceber no rosto das pessoas, do campo e da cidade, a alegria e a confiança que elas têm no nosso trabalho e no do Governo Federal.

Os novos números da economia e o considerável crescimento do PIB no 1º semestre de 2004 representam os principais fatores da demonstração de confiança do povo gaúcho.

A energia positiva e todo carinho que tenho recebido fazem com que eu supere minhas dores e o meu cansaço, não atendendo às recomendações médicas para descansar.

Durante as conversas que tenho tido com os gaúchos e gaúchas de todas as classes sociais, em todos os lugares por onde passei, percebo um reconhecimento do povo pelos avanços que o Governo tem feito em todas as áreas, apesar de ainda haver muito o que fazer. Contudo, o brilho da esperança fica cada vez mais latente.

Neste momento, percebo que a sociedade está acompanhando a implementação do projeto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o mais importante, torcendo e contribuindo para que tenhamos um País ainda melhor.

Muito obrigado.

A Semana Farroupilha

Excelentíssimo Sr. Senador Edison Lobão, que preside esta sessão, com enorme satisfação, faço no dia de hoje um pronunciamento sobre como foram os meus últimos dois meses, percorrendo o meu Rio Grande do Sul, matando a saudade dos campos, das plantações e da realidade do meu Estado.

Sr. Presidente, Srª Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, durante os últimos dois meses, tive a felicidade de viajar por diversas localidades do meu Estado. Digo felicidade, porque todos sabem do sentimento profundo de respeito e admiração que tenho pela minha terra natal. E por mais piegas que soe, sempre que viajo por lá encho o meu peito de muito orgulho e de muita satisfação.

Ao longo desse pronunciamento, faço uma retrospectiva talvez saudosista, mas verdadeira, que demonstra a saudade que tenho da minha terra. Lembro também a Revolução Farroupilha, pois iniciaremos na semana que vem as comemorações dessa batalha histórica em nosso País e em nosso Estado.

O Brasil é dono de uma beleza rara e o Rio Grande do Sul com seus 497 municípios que finalizam esse mapa imenso do Brasil, enfeita, com seus traços, com suas características, com sua gente, este grande País. Deus, realmente, foi muito generoso com o povo brasileiro!

Viajei por tantas cidades, enchi meus olhos de alegria, olhando para os pampas, para as pradarias que se estendem como um tapete. Pude observar o litoral gaúcho que, mesmo sem o calor dos dias de verão, mostra sua serena magia. Tive a honra de visitar, dentre outras belas regiões, a grande Santa Rosa, o Alto Jacuí, as Missões, o Vale dos Sinos, o vale do Taquari, a grande Porto Alegre, enfim, lugares encantadores, que não teria aqui tempo para descrever.

Percorri ruas, Senadora e Senador, fui às construções onde os trabalhadores edificam e plantas suas marcas, projetando o futuro à frente de seu próprio tempo. Andei pelo chão das fábricas, observando e ouvindo companheiros que falam a linguagem de uma jornada que é parte da minha própria história, a história dos operários.

Fui aos verdes campos de cima da Serra, rios e águas cristalinas, nas terras onde nasceram meus pais.

Meus olhos viajaram pelos campos de trigo, da soja, do arroz. Certamente, a imensidão do sentimento que me percorreu não tenho como descrever. Avistei o gado no campo fértil, aquele campo que minha alma gaúcha percorreu na infância e percorre tantas vezes em pensamento, quando distante de lá.

A oportunidade de estar em cidades como Uruguaiana, Barra do Quaraí, Alegrete, Quaraí, Santana do Livramento, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Maria – cidade universitária, Dilermando de Aguiar, São Pedro do Sul, Faxinal do Soturno, Rio Pardo, Pântano Grande, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Barra do Ribeiro, São Jerônimo, Charqueadas, São Francisco de Paula foi um privilégio.

Fui aos verdes campos de cima da Serra, rios e águas cristalinas, nas terras onde nasceram meus pais. Como foi bom ver que lá a poluição ainda não chegou. Fui a Caxias do Sul, terra onde nasci, terra do pão, do vinho, da polenta e do *formaggio,* e que também possui um dos maiores parques industriais do Rio Grande.

Foi uma honra também ter percorrido Bento Gonçalves, Antonio Prado, Constantina, Novo Xingu, Lajeado do Bugre, São Pedro das Missões, Palmeira das Missões,

Três de Maio, Horizontina, Santa Rosa, Santo Cristo, Giruá, Santo Ângelo – cidade dos Sete Povos das Missões, legado arqueológico de valoroso significado histórico para o nosso Brasil –, São Luiz Gonzaga, Ijuí Cruz Alta, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo – Capital Nacional do Calçado –, Cachoeirinha, Gravataí, Esteio – onde anualmente acontece a Expointer*, um dos maiores eventos agropecuários e de maquinário agrícola de todas as Américas –, Porto Alegre, nossa querida capital, Viamão, Alvorada, Guaíba e Cachoeira do Sul.

Senadora Heloísa Helena e Senador Edison Lobão, foi como se fosse a volta para casa. Andei por Canoas, cidade onde comecei minha caminhada sindical, de onde parti, em 1983, com cinco mil homens e mulheres, tendo chegado com 30 mil à nossa querida capital Porto Alegre, no chamado Protesto contra a Ditadura. Fomos recebidos com uma chuva de papel picado, da Avenida Farrapos até o Palácio do Governo. Porto Alegre, berço do Fórum Social Mundial. Jamais esquecerei o abraço que demos no "Laçador", monumento histórico que recebe aqueles que visitam a capital. O carinho do nosso povo, a raça da nossa gente.

Assim como foi um presente visitar Pelotas, a cidade do doce, Jaguarão, Teutônia, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Lajeado, Soledade, Salto do Jacuí, Tapera, Carazinho – que com sua forte agricultura ficou conhecida como a Capital da Semente –, Passo Fundo, Pontão, Erechim, Centenário, Aratiba – onde foi muito gratificante ser recebido com uma faixa que dizia: "Obrigado, Senador Paim!" –, Itatiba do Sul, Sananduva, Ibiraiaras, São Borja – onde visitei o túmulo de Getúlio, Jango e Brizola –, Casca, Anta Gorda e Muçum.

Como foi bom participar da churrascada gaúcha feita em fogo de chão, o arroz carreteiro, o bom chimarrão, sentindo a emoção crescer ao ouvir meus conterrâneos cantando para nós a música do meu querido amigo Leonardo "Céu, Sol, Sul, Terra e Cor":

"Eu quero andar nas coxilhas
Sentindo as flechilhas das ervas no chão
Ter os pés roseteados de campo
Ficar mais trigueiro com o sol de verão
Fazer versos cantando as belezas
Desta natureza sem par
E mostrar para quem quiser ver
Um lugar pra viver sem chorar
É o meu Rio Grande do Sul
Céu, sol, sul, terra e cor
Onde tudo que se planta cresce
E o que mais floresce é o amor
Eu quero me banhar nas fontes
E olhar horizontes com Deus
E sentir que as cantigas nativas
Continuam vivas para os filhos meus
Ver os campos florindo e crianças sorrindo
Felizes a cantar
E mostrar para quem quiser ver
Um lugar pra
Viver sem chorar."

Foi muito bom ver a Semana da Pátria no Rio Grande. Ver os gaúchos a cavalo, pilchados, desfilando, empinando o cavalo e tirando o chapéu, vindo ao meu encontro e dizendo, Senadora Heloísa Helena: "É isto aí, senador dos gaúchos, não dobre a espinha, você honra as tradições do Rio Grande".

Que alegria ter pousado nas velhas fazendas e ter ouvido a gauchada recontar a estória e a lenda de um mito, de um herói: o Negrinho do Pastoreio. Menino escravo que, tendo perdido uma cancha de carreira, foi castigado pelo dono, que lhe ordenou que ficasse 30 dias pastoreando a tropilha. O negrinho cansado, acabou adormecendo e perdeu o pastoreio.

O estanceiro, mais uma vez, mandou surrá-lo e jogá-lo na panela de um formigueiro. Passados três dias o estanceiro foi ao formigueiro para ver o que restava do corpo e para sua surpresa, viu na boca do formigueiro, o negrinho, de pé, com a pele lisa, perfeita, sacudindo de si as formigas que o cobriam ainda. O negrinho de pé ao seu lado, o cavalo baio e a tropilha dos 30 tordilhos e, fazendo-lhes frente, vinha a madrinha do Negrinho, a Virgem Nossa Senhora, tão serena. E o senhor caiu de joelhos chorando diante do escravo.

Registro também a satisfação que senti ao visitar São Lourenço do Sul, Pedro Osório, Capão do Leão, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e todo o litoral norte.

Como é bom registrar o sentimento que me invade quando falo dessas paragens, se é que é possível aqui dimensioná-lo. Falar do encantamento que senti observando as praças onde crianças, famílias, idosos, gente de todas as idades registra seus passos, suas risadas, compartilha suas lembranças e homenageia a cidade iluminando-a com o coração, com o pensamento e com o olhar muito firme de quem sabe o que quer.

Essas andanças pelo meu Rio Grande me fazem lembrar e registrar hoje – pois não estarei aqui semana que vem – a Semana Farroupilha, que está sendo celebrada no transcorrer desta semana. Assim, homenageamos as tradições gaúchas e o grande 20 de setembro, quando foi proclamada a Revolução Farroupilha, o mais longo e um dos mais significativos movimentos de revoltas civis brasileiras. Fazem-me lembrar também dos Lanceiros Negros, bravos guerreiros que causaram furor contra as forças imperiais. É com orgulho que lembro que aprovamos no Senado o Troféu Lanceiros Negros, homenagem prestada a todo cidadão que se destacar na luta pela liberdade, igualdade, justiça e no combate permanente aos preconceitos.

Sr. Presidente Senador Edison Lobão, a Comissão que V. Exª preside foi fundamental para a aprovação do Troféu Lanceiros Negros.

Cidades por onde andei, meu coração agradece emocionado o carinho que recebi, a confiança, a força que me revigora, o orgulho de ser gaúcho e brasileiro e a alegria de poder lutar, junto com vocês, pelo crescimento de nosso Estado e do nosso País. Meu coração agradece por esse elo que é indestrutível.

Viva a Semana Farroupilha!

Sr. Presidente, dou-me o direito de terminar o meu pronunciamento com uma canção do inesquecível e já falecido gaúcho Teixeirinha que se transformou numa verdadeira prece para todos os gaúchos e gaúchas de todas as querências, como ele dizia.

A canção Querência Amada diz:

"Quem quiser saber quem sou
Olhe para o céu azul

E grita junto comigo
Viva o Rio Grande do Sul
O lenço me identifica
Qual a minha procedência
Na província de São Pedro
Padroeiro da querência
Oh, meu Rio Grande
De encantos mil
Disposto a tudo
Pelo Brasil
Querência amada dos parreirais
Da uva vem o vinho
Do povo vem o carinho
Bondade nunca é demais
Berço de Flores da Cunha
E de Borges de Medeiros
Terra de Getúlio Vargas
Presidente brasileiro
Sou da mesma vertente
Que Deus saúde me mande
Que eu possa ver muitos anos
O céu azul do Rio Grande
Te quero tanto
Torrão gaúcho
Morrer por ti me dou o luxo
Querência amada
Planície e serra
Dos braços que me puxa
Da linda mulher gaúcha
Beleza da minha terra
Meu coração é pequeno
Porque Deus me fez assim
O Rio Grande é bem maior
Mas cabe dentro de mim
Sou da geração mais nova
Poeta bem macho e guapo
Nas minhas veias escorre
O sangue herói de farrapo
Deus é gaúcho
Da espora e mango
Foi maragato ou foi chimango
Querência Amada
Meu céu de anil
Este Rio Grande é gigante
Mais uma estrela brilhante
Na bandeira do Brasil"

Teixeirinha passou para a história, foi polêmico em algumas de suas posições, mas, sem sombra de dúvida, essa é uma linda canção que homenageia todo o povo gaúcho.

Muito obrigado, gaúchos e gaúchas de todos os pagos, de todas as raças e etnias, de todas as religiões. Muito obrigado por você existir, meu querido Rio Grande do Sul!

Viva o Rio Grande do Sul!

Viva o povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

As eleições de 2006

O período eleitoral é sempre o momento de confrontar as idéias, de afirmações de projetos ou de mudanças de rumos. O povo é soberano e com a mesma convicção que nos elegem, senhores senadores, também nos afastam.

Eu tive a maravilhosa oportunidade de viajar pelo meu Estado, fazendo campanha para a chapa majoritária da Frente Popular, em nível nacional e estadual. Andar pelo meu querido Rio Grande do Sul, poder conversar com meus conterrâneos, ouvir seus anseios, seus desejos e, para não falar só de flores, também ouvir suas queixas e suas frustrações.

Vi nos olhos do nosso povo a esperança brilhando, enquanto abordávamos o que fizemos, mas também dizendo o muito que ainda há por fazer pela nossa gente que merece muito mais.

Participei do Congresso Nacional da Cobap, que convidou os candidatos a Presidência da República para que falassem dos seus projetos em relação aos aposentados. Apresentei o Relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo como reivindicação dos trabalhadores e aposentados. Principalmente o fim do Fator Previdenciário, que o salário mínimo seja reajustado para no mínimo R$400,00 em 2007, daí para frente o reajuste seria no mínimo a inflação e o dobro do PIB. O mesmo índice de reajuste do SM será estendido para todos os aposentados.

Senhoras e Senhores Senadores, como diz a canção, "as águas dos rios correm para os oceanos" Nós, senadores, temos de ser como os oceanos onde as límpidas fontes dos anseios populares vêm desaguar e temos que regar nossas idéias todos os dias nas fontes da decência e do bem comum.

A nossa gente não quer mais ouvir esta velha e surrada frase de que seremos um grande País no futuro. Os brasileiros querem viver no grande e fraterno País do presente. Este gigante chamado Brasil precisa oferecer melhores dias para o nosso povo querido.

Senhoras e Senhores Senadores, viajei por todas as regiões do Rio Grande. Nesse andar eu vi toda a essência da decência, civilidade e gestos de fraternidade do povo do meu estado...

Foi lá no planalto médio, na cidade de Passo Fundo , que me falou um aposentado: "Senador Paim, continue assim lutando por mim e pelo povo. Graças ao Estatuto

do Idoso eu já não sofro mais de saudades, pois posso visitar minha filha que mora em Soledade, ou o meu neto em Monlevade".

Soledade, meus caros, é uma cidade que fica localizada na divisa da serra com o planalto. Tem até uma música que diz assim: Soledade terra de gaúcho forte, se precisar enfrenta a morte. Não liga prá tempo feio ...

Monlevade fica em Minas Gerais, terra do nosso Vice-Presidente José Alencar.

Em Cruz Alta fui muito bem lembrado pelo Prefeito Vilson Roberto que disse que jamais esqueceria as palavras que eu havia dito no comício de sua vitória. Na ocasião eu falei: "A noite é de chuva e não há nenhuma estrela no céu, porque as estrelas que brilham com a chama da justiça e da liberdade estão aqui na Terra e são vocês".

E foi lá, em Cruz Alta também, terra de Érico Veríssimo, que um gaúcho, trajado a rigor, me falou com ardor: "Senador continue rebelde e não abra mão de seus projetos, pois eles são justos e o povo, a qualquer custo, vai cavalgar ao seu lado até que eles sejam aprovados".

Outro gaúcho me disse: "Senador Paim, a obra *O tempo e o vento,* de Érico Veríssimo retrata com fidelidade por que o gaúcho não reelege governador. No diálogo, o personagem Rodrigo Cambará diz que governo existe para ser derrubado! Outro personagem, Pedro Terra, rebate: Mas se o governo estiver certo? Rodrigo Cambará rebate: Governo nunca está certo! ".

E um outro me falou o seguinte: "Os estudiosos dizem que não reeleger governador é uma coisa que os gaúchos aprenderam com nossos vizinhos uruguaios".

Outro gaudério, um desses gaúchos de quatro cortados gritou meio extraviado: "Só sei dizer que hoje a história se repetiu e o atual Governador já está derrotado".

Nos campos de cima da serra, onde prevalece a pecuária e a agricultura, visitei Lagoa Vermelha, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito em exercício, Getúlio Cerioli. Cheguei lá em meio à cerimônia em que ele estava sendo empossado. Foram fotos e entrevistas para todos os lados.

Andei na serra gaúcha nas cidades de Farroupilha, Carlos Barbosa e estive com o Prefeito Irani. Fui a Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul onde estive com o ex-Prefeito Pepe e a sua Vice, Marisa. Nos campos de cima da serra também estive em Vacaria e Bom Jesus. Mas o que ouvi todos os dias, em todos os lugares, foi: "Continue assim Senador, trabalhando com humanidade, pois todos os estatutos de sua autoria são obras da fraternidade e só querem o bem comum, paz, amor e felicidade".

Em São Lourenço do Sul caminhei com o Prefeito Zé da Gaita. Depois fui com o Prefeito Marroni a Pelotas e Rio Grande. Passei pela linda reserva ecológica do Taim, local onde a natureza resiste e preserva os animais que vivem em seu território natal.

Em Santa Vitória do Palmar, no extremo sul, no Chuí onde o Brasil Florão da América termina e onde começa o Uruguai, vieram gaúchos a cavalo para assistir nosso palavreado. Santa Vitória nos recebeu com muitos fogos de artifícios e com churrasco assado na lenha: ovelha assada inteira, feijão e arroz de carreteiro – cardápio típico da nossa gente da fronteira.

Foi ali, num grande comício, que falei, ao lado do Prefeito Batata, que me recebeu com grande carinho: "Na mesma praça, no mesmo banco, as mesmas flores, os mesmos jardins, estou feliz, porque hoje vejo a cidade sorrir para eleger Olívio Governador e Lula Presidente do Brasil.

Lá também, um "doble chapa" me falou com seu "portunhol": "Continue assim Senador, fiel ao seu povo e ao seu trabalho. O senhor é o tribuno do Rio Grande, dos

trabalhadores e aposentados, o Senador do salário mínimo! Senadores são quase cem e convencer homens de bem é uma tarefa fascinante. O senhor, homem brilhante, há de conduzir entre seus pares um novo tempo de progresso que alcance todos os lares".

Senhoras e Senhores Senadores, os "doble chapa" são cidadãos que têm a dupla cidadania. São filhos de brasileiros e uruguaias ou vice-versa. Eles exercem o seu direito de votar nos dois países. São ardorosos militantes nas campanhas políticas do Brasil e do Uruguai.

Também fui ao litoral norte para fazer campanha em Osório, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito Romildo que declarou apoio à Frente Popular. Quando entrei na *Freeway* me lembrei que apresentei um projeto para que ela se chamasse rodovia Luiz Carlos Prestes mas, os conservadores não deixaram e o projeto foi reprovado. Prestes foi um revolucionário, um lutador das causas populares, um homem de bem. Da rodovia, palco dessa discussão, vi o parque eólico em pleno funcionamento. São muitos cata-ventos gerando eletricidade com a força dos ventos. É uma obra de grande dimensão. Espero que muitos parques como esse se espalhem pela Nação, gerando energia limpa, sem causar poluição.

Estive em Imbé, com o Prefeito do PMDB, Jadir, que calorosamente me recebeu e manifestou seu apoio à Frente Popular. Passei por Capão da Canoa, Tramandaí, e Torres onde visitei um CTG com os gaúchos de bombachas e as prendas de vestidos longos, lá tinha um chimarrão bem servido. É a nossa tradição! Lá, mais uma vez, ouvi: "Continue assim Senador, com as suas convicções, porque a gauchada que não se curva, lhe estende a mão! Viva Zumbi dos Palmares! Viva Sepé Tiarajú! Leve daqui um abraço do tamanho do Rio Grande, mas que eu sei que é do Brasil, do Oiapoque ao Chuí".

Estive em Maquiné com o Prefeito Pedro Nicolau com quem tive um bom diálogo. Lá pude mais uma vez colocar meus olhos naquela linda região da mata atlântica, não há quem não se encante , frente à tamanha beleza! Mantê-la viva é a nossa maior façanha!

Mas foi em Santo Antônio da Patrulha, com o Prefeito José Francisco, num encontro com homens e mulheres de cabelos brancos, que fiquei muito impressionado com as demonstrações de carinho dos aposentados. Foram mais de 2.000 pessoas no salão! Os idosos não querem compaixão. Eles têm consciência que construíram a Nação, querem os seus direitos e com toda razão. Querem ser tratados com respeito por tudo o que fizeram. Eles querem o fim do fator previdenciário e a manutenção do valor de compra de seus salários!

É um direito da nossa gente! Eles também me disseram: "Continue assim, Senador!" Ali fui abraçado por lutadores do Partido dos Trabalhadores e até pelos adversários.

Em Venâncio Aires falei com o Nestor, Sindicalista, Vereador e Líder do PDT que declarou apoio a Lula Presidente e Olívio Governador.

Em Santa Cruz do Sul fiz palestra para os vigilantes em Congresso Estadual apoiando projeto original do Chico Vigilante nº 3.742/92, que o Senador Romeu Tuma foi Relator.

Também fui à região Carbonífera, onde estive com vários prefeitos, pois Rio Grande tem a maior reserva de carvão do País. Estive em Arroio dos Ratos e nas Minas do Leão. A região quer melhores condições, pois sabe que seu carvão é uma grande solução para resolver os problemas de energia e da nação.

Também fui a Butiá, Charqueadas e São Jerônimo, onde estive com o Prefeito Paulo Dias Filho, Paulinho do PT e o povo gritou para mim: "Senador Paim, continue assim!".

Lembro-me do Jaime Prefeito, agora independente dizendo: "Senador e Valdeci (Coordenador da campanha do Lula no nosso Estado), vou com a Frente Popular, porque aqui é meu lugar" Grande Jaime!

Na região metropolitana tive muitas atividades e em Porto Alegre participei do Encontro Estadual dos profissionais em Segurança Pública apoiando o seu direito a ter aposentadoria especial, já que eles estão sendo discriminados em relação a outros estados.

Em Porto Alegre foram comícios relâmpagos, caminhadas e muitos eventos. Lembro de duas plenárias com sindicalistas, onde discursei dizendo que Olívio e Lula são os legítimos representantes do nosso povo. Nós temos que trabalhar 24 horas por dia para elegê-los. E o nosso projeto que está em jogo, o sindicalismo tem lado, é a nossa vez. Viva Olívio Governador, Lula Presidente de todo o povo trabalhador!

Fui no Parque da Harmonia, na Semana Farroupilha, me encontrar com a minha gente, nessa linda festa cívica que comemora a Revolução Farroupilha: dez anos de lutas nas coxilhas, foram muitos os nossos heróis, homens, mulheres, índios, negros e brancos, tombaram na luta contra o Poder Imperial.

Como diz o Hino do Rio Grande: Sirvam nossas façanhas de modelo a toda a terra!

O fato mais triste de toda a campanha foi a mortandade de toneladas de peixes no rio dos Sinos, rio onde nadei e pesquei e passei momentos felizes quando acampava em suas margens junto com familiares e amigos para pescar e churrasquear. É um retrato dantesco ver o rio pedindo socorro e os peixes agonizando por falta de oxigênio! É a mãe natureza pedindo socorro e dizendo: eles estão morrendo.

Se nós, homens, temos a capacidade de assassinar um rio e toda a vida que vive nele, tenho certeza que podemos salvá-lo não somente com medidas punitivas, mas com medidas educativas.

Existe um provérbio indígena que diz: "Somente quando for cortada a última árvore, pescado o último peixe, poluído o último rio, é que as pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro."

Com o apoio desta Casa, tenho certeza caminharemos juntos para ajudar a salvar o rio dos Sinos, o rio da nossa mocidade. Há uma canção regional gaúcha que diz assim: "Não deixe morrer meu rio, me ajude, por favor... O Biguá que mergulhava já morreu, o Aguapé não dá mais flor..."

Estive também com a Prefeita Sandra do PSB e o Vice Gilmar, do PT, em Esteio, dali segui para Sapucaia, Igrejinha, Estância Velha, Taquara, Parobé, Nova Hartz, Portão, com o Prefeito Toco, São Sebastião do Caí.

Em São Leopoldo, com o Prefeito Ari, estive inúmeras vezes, fiz comícios e palestras para os trabalhadores empregados e desempregados, para os negros, brancos, deficientes, sindicalistas e aposentados.

Visitei também Alvorada, com o ex-Prefeito Ridi e o atual Prefeito Alex. Em Cachoeirinha com o Stedile do PSB, em Gravataí com o ex-Prefeito Bordion e com o atual Prefeito Sérgio. Fui depois a Sapiranga, Campo Bom, Canoas, sempre acompanhado do Nelsinho, Marco Maia e Jairo Jorge. Em seguida fui para Guaíba, terra do Marcão, nosso assessor e motorista.

Participei de muitas atividades com Lula, Olívio, Jussara, Bernadete e Rossetto. Foram comícios, palestras, caminhadas.

Cumpri a orientação partidária. No 1º turno fui dar todo o apoio ao Rossetto, fizemos inclusive uma carta pessoal de apoio ao nosso candidato a Senador. No 2º turno dobramos os esforços para Lula Presidente e Olívio Governador.

No comício de Porto Alegre o povo chorou quando o Lula falou. No de Alvorada e Caxias a emoção tomou conta do povão com o refrão: "Lula veio para ficar e o Olívio para o Governo vai voltar".

O de Canoas superou a tudo, não tinha explicação. Eram cerca de 40 mil pessoas gritando " É Lula lá, Olívio aqui" Era um mar de bandeiras vermelhas, azuis, amarelas, brancas, roxas, era pura paixão.

Estive também em Novo Hamburgo onde recebi, na Escola Fundamental Sagrado Coração de Jesus, poema declamado pelo aluno Jackson Nander de Almeida Zanuni, de autoria do mesmo, que é deficiente visual e que faço questão de ler:

Hoje é o dia certo
Para você amar,
Sonhar, ousar, produzir,
Acreditar, ser feliz.....

Cada dia, um dia:
Cada sorriso, um sorriso
Cada pessoa, um mundo;
Cada sonho, um degrau:
Cada passo, um risco;
Cada erro, uma oportunidade de aprender.....

Com o Deputado Tarcísio Zimermann e o Ronaldo Zulke, estive em Novo Hamburgo e fiz uma visita à Fazenda Renascer, que trabalha para curar as pessoas dependentes de bebidas e drogas.

Foi um momento muito educativo para mim, pois falamos do mal causado pelas bebidas e pelas drogas, mas no fundo sempre achamos que isso só acontece com os outros e construímos um escudo protetor invisível para nós e nossos familiares.

É um grande engano, quando percebemos já é tarde. Eles já entraram em nossas casas e levaram os nossos filhos.

Na Fazenda Renascer as pessoas, em sua maioria, buscam a internação por vontade própria. A fazenda só recebe pacientes que querem, efetivamente, se internar por livre e espontânea vontade. É um trabalho sério de combate às drogas que destroem vidas e famílias.

Esta Casa, meus caros, tem trabalhar para que nossas fronteiras não sejam um paraíso onde o narcotráfico passe com a sua mercadoria, que só traz mortes e desgraça.

Fui para Santa Maria onde estive com o Vice-Prefeito Werner Rentel e visitei também Estrela, Lajeado e Teutônia. Fiz pronunciamento no sindicato dos calçadistas, onde conversei com o Prefeito Silvério do PDT.

Na cidade de Montenegro fiz palestra para a comunidade e os sindicalistas preocupados que estão com a Reforma da Previdência. Visitei a Escola Ensino Especial Fundamental Delfina Dias Ferraz e recebi das mãos de Janice Pereira de Araújo, deficiente visual, um poema de sua autoria que diz assim:

Para o amigo Paulo Renato Paim

Anjo amigo:

Estive sozinha
Perdida sem ninguém
O mundo era sombrio e vazio
E muito triste também
Eu andava por caminhos
Era tudo escuridão
Silencioso só solidão
Mas vi que uma imagem
No ar refletia
Dando me uma mensagem
De paz e harmonia

Não tenha medo de mim
Vou te proteger
Seguir seus passos onde estiver
E estar contigo
Para o que der e vier

Não fujas de mim
Não tem mais perigo
Porque eu sou e sempre serei
O seu anjo amigo
Um abraço da amiga Janice.

Em Santiago do Boqueirão uma moça me falou : "Continue assim, senador. Trabalhando sempre com humildade, pois o Congresso Nacional vai aprovar o Estatuto da Igualdade Racial e fazer justiça no combate a essa desigualdade".

Também andei nas Missões, Fronteira Oeste, Quaraí, Santana do Livramento, Alegrete, terra de Mário Quintana , poeta e velho menino que queria ser estrela para iluminar a lua e aquecer a alma tua, minha, de todos.

De São Gabriel, jamais vou me esquecer do quadro que recebi de Paulo César Lederes que diz:

> "A Terra dos Marechais quero exaltar neste ato, chimangos e maragatos, farrapos e imperiais, aqui Sepé Tiaraju tombou sobre o nosso capim, São Gabriel é assim bem mais amor do que guerra, hoje os filhos dessa terra saúdam o Senador Paulo Paim".

Também fui a Dom Pedrito, Bagé, Candiota e Pinheiro Machado, com o Prefeito Mainardi. Na estrada, olho para o lado e vejo a história do meu povo.

Lá no Cerro dos Porongos, o 1º Regimento dos Lanceiros Negros, combatentes, guerreiros, foram atacados à traição, foram assassinados, porque não abriam mão de termos um País sem escravidão.

Numa homenagem a eles fiz o poema *Negros Lanceiros* que lá declamei:

Noite de Porongos
Noite da traição.
Lanceiros, sei a noite em que morreram
–14 de novembro de 1844.

Não sei o dia em que nasceram.
Não sei os seus nomes.
Só sei que em tempo de guerra
Vocês foram assassinados em nome da paz.

Somos todos lanceiros.
Queremos justiça.

Somos amantes da paz e da vida.
Lanceiros, guerreiros,
Baluartes da liberdade.

Lutaram e morreram sonhando com ela.
Negro Lanceiro,

Mesmo quando tombou,
Dizia

Sou um lanceiro,
Sou negro, sou
Liberdade, liberdade, liberdade...

Foram mais de 80 cidades... Mais de 10 mil quilômetros rodados, mais de 150 entrevistas para rádios, jornais e televisão.

Em todos os debates tive o cuidado de seguir um conselho do meu pai Ignácio, já falecido: "Tenha cuidado com o que dizem os amigos, respeite os adversários e nunca humilhe os inimigos".

Tive, certamente, contato pessoal com mais de 200.000 gaúchos e gaúchas e as palavras que mais ouvi, foram: "Continue assim Senador!!!"

Termino minha fala com o telegrama de solidariedade que enviei ao nosso querido Vice-Presidente, José Alencar, que esteve comigo no comício de Porto Alegre, capital do Rio Grande.

José Alencar conquistou o coração dos gaúchos e das gaúchas.

Caro Amigo José Alencar, mesmo à distância estou acompanhando este momento difícil de sua vida. Desejo mais uma vez expressar minha enorme admiração e apreço por Vossa Excelência. Sem abrir mão de suas convicções o amigo foi fundamental para que um operário chegasse a Presidência da República e se reelegesse. Sua história de vida é um exemplo para todos nós. Tenho absoluta certeza que sua operação nos Estados Unidos será vitoriosa. Aguardamos ansiosamente a sua volta para casa e que assim possamos vê-lo reassumir a Vice-Presidência da República para o bem do povo brasileiro.

Um forte abraço,
Senador *Paulo Paim* – PT/RS

O projeto de criação da Sudesul e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional do Programa de Aceleração do Crescimento

Apresentei nesta casa o PLS nº 261/2007 que visa à recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL).

Tal projeto tem por finalidade impulsionar as economias regionais dos três estados do sul, incentivando a produção e as demais atividades econômicas, tornando-as mais competitivas no cenário nacional e internacional; além de promover uma maior igualdade entre as meso e microrregiões, fortalecendo-as e dando melhores condições de vida para as populações dessas localidades.

Acredito que é fundamental a atividade desenvolvida pelas Superintendências de Desenvolvimento Regionais para o crescimento e o desenvolvimento de todo o país.

O Brasil é um País de dimensões continentais, em que encontramos enormes diferenças econômicas entre as grandes regiões e profundas desigualdades dentro de uma mesma região, por isso necessitamos de mecanismos eficazes para que possamos superar essas diferenças.

E essa foi a intenção inicial ao apresentarmos o projeto de criação da Sudesul.

Na última segunda-feira, recebi um telefonema da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, fortalecendo essa iniciativa, principalmente neste momento em que o Governo Federal apresenta, no Programa de Aceleração do Crescimento, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

A governadora demonstrou entusiamo principalmente por ser a presidente do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul-Codesul.

O Conselho tem por finalidade combater os desequilíbrios regionais, atuando como um foro privilegiado à coordenação e à potencialização de questões relativas ao desenvolvimento econômico e social e à integração ao Mercosul.

Na oportunidade a governadora comentou a necessidade da realização de uma ampla articulação entre os senadores, deputados federais e governadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná para que possamos aprovar o projeto com a maior brevidade.

Acreditamos que o desenvolvimento pouco satisfatório da região serrana de Santa Catarina, do sudoeste do Paraná e da Metade Sul do Rio Grande do Sul atestam a necessidade da criação de uma entidade federal com visão abrangente e poder de agregação dos interesses dos três estados do Sul.

Além do que, no lançamento do PAC o Presidente Lula destacou a importância de superar as desigualdades regionais e sobretudo, da necessidade de priorizar o desenvolvimento regional pensando no país como um todo. Passo a ler agora a sua fala:

> "Nas caravanas (da cidadania) descobri que não era possível o Brasil dar certo se ele não fosse pensado a partir das microrregiões e das macrorregiões, levando em conta as necessidades e as particularidades de cada região. O Brasil tem de ser pensado globalmente, mas antes de ser pensado globalmente tem de ser pensado localmente. Só a partir daí é possível fazer a justiça que há muito tempo deveria ter sido feita."

Neste momento em que o Governo Federal volta sua atenção para os problemas regionais, com a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a criação das novas Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste, há que se ponderar também a respeito da criação de uma entidade voltada para o desenvolvimento da região Sul.

Tenho a certeza de que o relator, Senador Pedro Simon, também acredita que a Sudesul irá constituir-se em instrumento capaz de nortear as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da região Sul.

Por tudo isso, peço aos nobres colegas o apoio a este importante projeto para os três estados do Sul.

As Zonas de Processamento de Exportação – ZPE

Tristes são aqueles que não têm um ideal a que se apegar. São os ideais que nos movem! São os ideais que dão sentido a nossa existência!

Muito me orgulho de ter lutado durante toda a minha vida pela causa dos trabalhadores. Desde os tempos do movimento sindical, e, até hoje, nas atividades parlamentares, brigo pela valorização do trabalhador brasileiro.

O cidadão e a cidadã brasileiros têm direito ao básico: a existência de emprego.

Gerar emprego é gerar renda, e gerar renda é garantir a dignidade do trabalhador, é possibilitar que, com o esforço do seu trabalho, ele seja capaz de sustentar a si mesmo e a sua família.

Nos últimos meses, esta Casa tem-se debruçado sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, que regulamenta a criação das Zonas de Processamento de Exportações, as ZPE.

O projeto, de autoria do ex-Senador Joel Hollanda, tramitou, por anos, na Câmara dos Deputados – onde foi alterado – e, agora, retorna ao Senado para o exame final.

Criadas em 1988, (Lei nº 8.015/90) através de um decreto do Presidente Sarney, quero parabenizar V. Exª pela coragem e audácia em criar esse projeto. É uma nova conquista para o Brasil, estamos perdendo tempo e faz tempo é necessário aprovar isso rapidamente. Parabéns a V. Exª.

As ZPE são distritos industriais onde as empresas operam com isenção de tributos, liberdade cambial e procedimentos administrativos simplificados.

Em outros países, especialmente na China, Estados Unidos e México. Segundo estudo da International Labour Organization, de 2002, existem 3 mil distritos do tipo ZPE em funcionamento no mundo, que geram empregos para mais de 37 milhões de pessoas em 116 países. Só na China, trabalham nas "zonas econômicas especiais" mais de 30 milhões de pessoas. Tais zonas constituem o principal fator responsável pelo crescimento médio anual da economia chinesa acima de 10% nos últimos 15 anos.

A condição é que a maior parte de sua produção seja destinada ao mercado externo. Os produtos vendidos no mercado interno, se autorizados, pagam tributos cobrados das importações. A legislação brasileira atual (Decreto-Lei nº 2.452/1988) proíbe vendas no mercado externo.

As empresas instaladas nas ZPE gozarão dos seguintes incentivos na esfera federal (DL nº 2.452/1988):

- isenção de impostos e contribuições federais (Imposto de Importação, IPI, Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, Finsocial e IOF);
- às compras no mercado interno será atribuído o mesmo tratamento fiscal, cambial, creditício e administrativo aplicável às exportações em geral para o exterior, ou seja, as vendas para as ZPE gozarão das mesmas isenções de uma exportação normal (relativamente aos impostos federais);
- o Imposto de Renda sobre lucros será aquele vigente na data da aprovação do projeto na ZPE, "ressalvado tratamento legal mais favorável instituído posteriormente", assegurando, sob este aspecto, a "manutenção das regras do jogo";
- as empresas gozarão também de liberdade cambial e de procedimentos administrativos mais simplificados; e
- os tratamentos fiscal, cambial e administrativo serão assegurados pelo prazo de até 20 anos, que poderá ser "estendido, sucessivamente, por períodos iguais ao originalmente concedido".

Além disso, o Convênio ICMS nº 99/1988, do Confaz, autoriza a isenção do ICMS nas saídas destinadas aos estabelecimentos localizados em ZPE; na entrada de mercadorias de bens importados do exterior; e na prestação do serviço de transporte de mercadorias ou bens entre as ZPE e os locais de embarque/desembarque.

A criação de ZPE trará uma série de benefícios para o Brasil e para o povo brasileiro.

Em primeiro lugar, contribuirá sobremaneira para a redução das desigualdades regionais, uma vez que sua instalação em áreas menos desenvolvidas do País garantirá o aporte de investimentos produtivos, primeiro passo para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

O Presidente da Associação Brasileira de Exportações (ABRAZPE), Helson Cavalcante Braga, afirma que há cerca de US$10 bilhões em investimentos engatilhados para serem anunciados após a sanção.

Pelos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as ZPE criaram 60 milhões de empregos diretos nos 104 países onde estão presentes.

A instalação de ZPE servirá, também, para fortalecer ainda mais a incontestável vocação exportadora do nosso País, traduzida nos mais de 40 bilhões de dólares de saldo comercial registrados no ano passado.

A suspensão de tributos da qual gozarão as ZPE, aliada às facilidades de infra-estrutura proporcionadas pelos governos estaduais e municipais, irá possibilitar a redução dos custos de produção, trazendo um aumento significativo da competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

Muitas são as vantagens, mas nenhuma delas supera o enorme potencial de geração de empregos trazido pela instalação de uma Zona de Processamento de Exportações, especialmente nas cidades de menor porte.

Muito contribuirá o fato de que a instalação de ZPE tende a respeitar a vocação natural das áreas receptoras do investimento, possibilitando o emprego imediato da mão-de-obra local.

Senhor Presidente, ao ressaltar a importância das ZPE, gostaria de falar especificamente sobre a relevância de termos uma Zona de Processamento de Exportação de Rio Grande/RS como um instrumento estratégico para atrair investimentos e gerar empregos na região sul do Estado.

Apresentei dois projetos de lei, criando a ZPE na região do Vale dos Sinos e outro que cria a ZPE na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. A criação dessas ZPE representará um estímulo importante para o desenvolvimento da economia do Estado, com o aproveitamento das potencialidades locais.

No Brasil foram criadas 17 Zonas de Processamento de Exportação, mas destas apenas quatro estão com infra-estrutura concluída – a de Rio Grande, uma em Santa Catarina, outra em Minas Gerais e outra no Tocantins. No entanto nenhuma das quatro está em funcionamento, pois falta alfandegamento.

O sul do estado, especialmente o eixo Pelotas-Rio Grande, poderá impulsionar o seu setor industrial, ainda pouco desenvolvido, utilizando o instrumento da ZPE e a Lei de Incentivos Fiscais.

Existem atualmente ZPE em Maracanaú/CE; Macaíba RN; Suape/PE; Parnaíba/PI; São Luís/MA; João Pessoa/PB; Barcarena/PA; N. S. Socorro/SE; Araguaína/TO; Ilhéus/BA; Cáceres/MT; Rio Grande/RS; Corumbá/MS; Vila Velha/ES; Imbituba/SC; Itaguaí/RJ; Teófilo Otoni/MG.

No caso da ZPE Rio-Grandina, ele relatou que precisa ser retomada a discussão de alfandegamento (cobrança de direitos aduaneiros) com a Receita Federal, pois o pedido antigo precisa ser revisado. O projeto a ser votado na Casa deverá impulsionar o funcionamento da ZPE de Rio Grande.

Senhor Presidente, inúmeras vezes já estivemos nesta tribuna para nos pronunciar sobre a queda do dólar em relação as exportações. Algumas, medidas foram tomadas, entendo que uma das mais importantes pode ser as ZPE.

Quero registrar ainda que nos surpreendemos recentemente quando percebemos, na criação de fundos regionais, que a região Sul não está incluída.

Com essa preocupação apresentei o PLS nº 261/2007, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, estabelecendo sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.

Voltando ao tema ZPE, quero afirmar que é uma proposta concreta, que espero seja viabilizada com a aprovação, já que foi criada há mais de uma década.

Segundo Helson Braga ela não beneficiará só o ponto em que está localizada, mas todos os que estão a sua volta.

A ZPE Rio-Grandina foi criada em 1994 e tem uma área de 534 hectares. Sua implantação se deu com a proposta de estimular o desenvolvimento da região, mas até agora este objetivo não foi alcançado.

O sul do estado, especialmente o eixo Pelotas-Rio Grande, poderá impulsionar o seu setor industrial, ainda pouco desenvolvido, utilizando o instrumento da ZPE e a Lei de Incentivos Fiscais. Ambas as cidades já dispõem de incentivos para novos investimentos.

Não tenho dúvidas de que a implantação de ZPE em ramos industriais diversos, tais como o calçadista, o têxtil, o agroindustrial e o eletro-eletrônico, entre inúmeros outros, será capaz de reverter os estragos provocados pela apreciação cambial na indústria exportadora brasileira.

A regulamentação das ZPE é, assim, o passo que precisamos dar rumo a um maior dinamismo em nossas exportações, que se traduzirá em maiores saldos comerciais para o Brasil, em menores desigualdades regionais e, principalmente, na geração de empregos e renda para milhões de brasileiros e brasileiras.

Muito me alegra saber que, juntos, Governo e Líderes partidários do Senado conseguiram chegar a um acordo para a regulamentação das ZPE.

Assim, aprovaremos o Projeto aqui no Senado do jeito que se encontra, e o Presidente Lula vetará os pontos com os quais o Governo não concorda. Logo em seguida, será editada uma Medida Provisória (MP) estabelecendo os critérios do regime tributário diferenciado e preenchendo as lacunas na legislação.

A MP promoverá, também, a harmonização entre a futura Lei das ZPE e o restante da legislação que concede incentivos fiscais à produção. Sendo assim, o Governo possibilitará a instalação imediata de ZPE, sem pendências legais ou divergências quanto à interpretação das leis.

A harmonização contribuirá, também, para que as condicionantes existentes hoje para a concessão de incentivos fiscais a determinados setores, como por exemplo o de informática, sejam mantidas para as empresas do mesmo ramo que resolvam se instalar em ZPE. Promove-se, assim, a segurança jurídica e a justa competição.

Outro ponto do acordo firmado entre o Governo e os Líderes partidários é a formação de uma comissão, composta por membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com o objetivo de avaliar a oportunidade de implantação de ZPE em determinadas localidades.

Garante-se, assim, a instalação de ZPE em cidades que realmente delas precisem para a promoção de seu desenvolvimento.

Estou convicto de que o entendimento firmado entre o Governo e os Líderes é a melhor maneira para a imediata aprovação da Lei das ZPE.

Desta forma, seremos capazes de corrigir as distorções existentes no Projeto de Lei, sem correrrmos o risco de procrastinar a instalação das Zonas de Processamento, instrumentos tão importantes para a promoção do desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Ao fim e ao cabo, o maior beneficiário de todo esse processo é o trabalhador brasileiro, especialmente o trabalhador que perdeu seu emprego por causa dos problemas de competitividade de diversos setores de nossa economia, oriundos da valorização do real frente ao dólar.

A regulamentação das ZPE – e seu efetivo funcionamento – é, sem dúvida alguma, um enorme passo que o Brasil dará rumo à geraçãode empregos e de renda, pressupostos fundamentais do desenvolvimento econômico e social da Nação.

Quero fazer uma agradecimento muito especial ao Senador Tasso Jereissati, pela sua coragem e bravura por encabeçar esse projeto das ZPE e com a sua aprovação o Brasil se tornará muito mais desenvolvido e com certeza chegará ao mesmo nível de crescimento econômico de países como a China.

Carta aos militantes

Porto Alegre, 20 de julho de 2007

Ao meu amigo Olívio Dutra – Presidente do Partido dos Trabalhadores do RS; Aos ministros, deputados federais e estaduais, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, dirigentes do partido, militantes, lideranças do movimento sindical e social e delegados deste importantíssimo evento.

Gostaria muito de estar com vocês participando do III Congresso do Partido dos Trabalhadores. Creio que este é um momento histórico para o nosso partido e também para nossas vidas.

Estamos nos preparando para as eleições municipais de 2008 e colhendo os frutos do segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De fato um governo democrático e popular. O sucesso é inegável e incontestável. Nunca na vida republicana brasileira alcançamos resultados tão positivos como agora. Nunca a corrupção foi tão combatida.

O Risco Brasil, as taxas de juros e o desemprego diminuem a cada dia. A balança comercial se fortalece. O salário mínimo digno que sempre esteve presente em nossos embates está tendo uma atenção especial. O ProUni, Luz para Todos, Bolsa Família, PAC e tantos outros programas e ações sociais avançam de forma acelerada.

Nunca neste País, negros, brancos, índios, pessoas com deficiência, pobres e todos os discriminados foram tratados com respeito e solidariedade. Hoje estamos garantindo dignidade e cidadania para os brasileiros.

Meus amigos e minhas amigas, o Rio Grande do Sul está de luto. O Brasil chorou a morte de 199 pessoas no acidente da TAM. Entre os 96 gaúchos estavam, com certeza, muitos de nossos amigos. Neste momento de comoção só posso pedir a Deus que ilumine o caminho de todos os que faleceram e dos familiares que estão sentindo esta dor tão profunda de perda de pessoas amadas.

Companheiros e companheiras, meu filho Jean Cristian Paim, está na UTI. Há mais de 15 dias que não saio de seu lado. Estou entrincheirado no Hospital Mãe de Deus. Cada segundo, cada minuto, cada hora, cada dia, cada semana que ele resiste é uma vitória. Estamos lutando pela vida. Com certeza esta é a batalha mais sofrida, mais doída, que participei.

Meus companheiros, creiam vocês, que eu acredito em Deus... Na força do universo. Por isso tenho tanta fé... O Jean Paim vai se salvar.

Agradeço a você Olívio Dutra e a todos os companheiros pelo apoio recebido.

Agradeço também ao Presidente Lula pelo telefonema carinhoso. Em determinado momento, coloquei no viva-voz para o Jean ouvir. Embora sedado, sei que ele escutou a voz inconfundível do presidente dizendo "levanta moleque, precisamos de você!"

Nos últimos dias fiquei mais convicto ainda com o que Prestes nos ensinou: "Não há vento favorável para quem não sabe a que porto quer chegar".

Eu e o meu filho somos como vocês, militantes das causas populares. Somos peleadores, somos lanceiros e é esta energia que me dá a força para acreditar na vitória da vida.

Saúde para todos, vida longa ao Partido dos Trabalhadores.

Um forte abraço,

Senador *Paulo Paim*

O Projeto Cantando as Diferenças

Nesses últimos três anos acompanhei com muita satisfação a elaboração e o desenvolvimento do Projeto Cantando as Diferenças, PLS nº 285.

Projeto que apresentei no Senado em 2006 e que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A idéia é que o Poder Executivo crie e implante o Programa "Cantando as Diferenças", destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados.

Também no ano passado, apresentei o PLS nº 286. Ele institui o "Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças" e foi aprovado por unanimidade. Atualmente a matéria encontra-se na Câmara dos Deputados (PL nº 412/2007).

Independentemente da trajetória dessas matérias no Congresso Nacional, o Cantando as Diferenças já foi apresentado em centenas de municípios do Rio Grande do Sul e alguns estados do Brasil.

E, volto a afirmar a todos vocês, o meu carinho e minha paixão por este lindo projeto.

E o sucesso do Cantando deve-se também à adesão de diversas entidades e organizações.

Atualmente a idéia conta com a parceria de muitas entidades e instituições, tais como:

– aquelas ligadas aos Movimentos Sociais e Populares;
– o Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
– a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul;
– as Câmaras de Vereadores e as Prefeituras.

São pessoas que acreditam que, por meio de muito trabalho e de reconhecimento político das diferenças, vamos construir uma sociedade, um País mais justo e igualitário.

O lançamento do Cantando as Diferenças ocorreu no Rio Grande do Sul, durante o "Seminário sobre Células Tronco: Raízes de problemas ou ramos de soluções", promovido pela Universidade Luterana do Brasil através do Instituto de Pesquisa em Acessibilidade apoiado pelo Movimento das Pessoas com Deficiência.

E, desde então, o projeto vem se tornando ferramenta de luta dos movimentos sociais.

São indígenas, afrodescendentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, jovens membros de associações de apicultores e trabalhadores rurais, de sindicatos, de universidades e de escolas públicas, e privadas, entre outros.

Enfim, muitos são os grupos que vêem no Cantando o que de fato ele pretende: uma forma de inclusão.

E é com alegria que vemos esse ideal se expandir.

No primeiro semestre deste ano, tivemos a oportunidade de lançar o Cantando as Diferenças em vários municípios gaúchos.

Farei um breve retrospecto:

Em março estivemos em Viamão, com a temática "Mulheres e Meio Ambiente".

No mês de abril o projeto foi lançado, em Tramandaí. Foi uma parceria com Associações de Apicultores da Região do Litoral Norte. A temática foi "Planeta Terra, Saúde e Meio Ambiente".

Em maio o lançamento ocorreu na região da produção envolvendo 33 prefeituras e também em Guaíba, sob a temática "Trabalho, Meio Ambiente e Matrizes Religiosas Africanas". Isso em conjunto com entidades religiosas locais.

No mês de junho o lançamento foi em São Leopoldo, com a temática "A Vida Vem do Rio e Meio Ambiente".

Em julho foram planejadas as atividades e o lançamento nos Municípios de Sapiranga, São Sebastião do Caí e Montenegro. A temática: "Imigrantes, Trabalhadores Rurais e Colonos".

No mês de agosto, realizamos na semana passada o "I Seminário Nacional Cantando as Diferenças com Florestan Fernandes", sob temática Matrizes Religiosas no Brasil e o Meio Ambiente.

Isso dentro das celebrações dos 35 anos da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e os dez anos do Instituto de Pesquisa em Acessibilidade (IPESA/FULBRA).

Acredito que esse Seminário veio ao encontro do que o mestre Florestan semeava por meio de suas pesquisas, ações e discursos.

Lembro aqui uma parte de seu pronunciamento, proferido em 1988, na Câmara Federal quando afirmou:

> "Nossos problemas e dilemas (...) dizem respeito à miséria, (...) à fome, aos milhões de desempregados,
>
> (...)à extrema concentração da propriedade agrária, às migrações erráticas das populações expulsas do campo para as cidades, ao inchaço das cidades e ao favelamento (...),
>
> ... ao abandono do menor, ao genocídio das populações indígenas, à discriminação e ao preconceito raciais contra o negro e outros grupos étnicos,
>
> (...) à corrupção do poder político e à anemia do Estado, em todos os níveis."

Lembramos com muita saudade, os 12 anos sem Florestan Fernandes. Mas é preciso ressaltar que as sementes deixadas por ele habitam nossas mentes e corações.

E o Cantando as Diferenças é uma dessas sementes!

Quero aqui agradecer os parceiros que colaboraram na elaboração desse Seminário. São eles:

* os representantes das matrizes religiosas africanas, indígenas, brasileiras, judaicas, cristãs, hinduístas e budistas;
* o Governo Federal, por intermédio das Secretarias Especiais da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos;
* a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;
* o Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
* a Prefeitura Municipal de Palmas, no Tocantins;
* o Serviço Municipal de Água e Esgotos (SEMAE) de São Leopoldo;
* a Ulbra, por meio da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; da a Capelania; dos cursos de Geografia, de Ciências Sociais, de Engenharia Ambiental; do Programa de Pós-Graduação em Educação; das Prós-Reitorias de Desenvolvimento Institucional e Comunitário, de Graduação das Unidades Externas e de Pesquisa e Pós– Graduação; da Fundação Universidade Luterana do Brasil e dos aliados do Cantando as Diferenças Ipesa/Fulbra;

* o Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Sul (SINTEC/RS);
* o Centro de Integração Paulo Paim (CIPP);
* a revista *Educando* e a Fundação Educando;
* Medex, Assobecaty, Copelmi e Faders;
* o Programa Elo Nativo da Rádio Vale Feliz;
* a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e as secretarias municipais de Educação que estarão presentes na atividade.

É também com alegria que saúdo o nosso novo aliado: o Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (CONUB), que estará assinando o termo de adesão amanhã, aqui neste seminário.

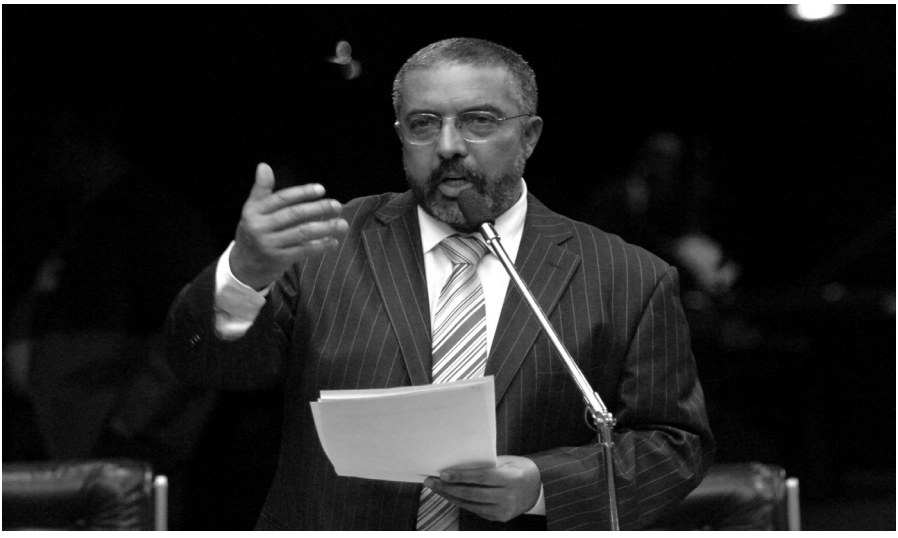
Em nome de todos os parceiros do "I Seminário Nacional Cantando as Diferenças com Florestan Fernandes" quero registrar a participação de sua filha no evento, Heloísa Fernandes, que continua semeando as idéias do pai.

Destaco um dos seus trabalhos, apresentado no DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que ela resgata a célebre frase de Florestan Fernandes, "façamos a revolução nas salas de aula, que o povo a fará nas ruas".

A essência filosófica do Cantando as Diferenças, fortalece-se com essa idéia ao propor a inclusão do Estado e da sociedade para com as diferenças culturais, sociais e individuais.

Assim como o reconhecimento político das mesmas, possibilitando alternativas de mudança, através da produção de saberes e atitudes, oportunizando palco para quem não tem palco, ou seja, praticando de fato à solidariedade libertadora e a libertação da liberdade.

Muito obrigado.



Os 119 anos da abolição inconclusa

Quero convidá-los, hoje, a fazer uma volta ao passado do Brasil. Uma visita há 119 anos. O que veríamos? Estaríamos na época do Império... dependendo do dia em que chegássemos e a cidade em que estivéssemos, veríamos muitas coisas, mas uma delas seria comum a nossos olhos: um enorme número de pessoas negras andando pelas ruas.

Negros carregando caixas, negras servindo de babás, cozinheiras negras, engraxates negros, negros trabalhando nas casas dos chamados senhores, negros nos campos.

Um Brasil de maioria negra.

Há 119 anos, sabemos todos, a Princesa Isabel assinava a Lei Áurea. A carta de alforria dos negros escravos. Pergunto: mas que alforria? Uma liberdade por lei, mas não de fato.

Como sabemos, a Lei Áurea possuía apenas dois artigos:

> "Art lº É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.
>
> Art 2º Revogam-se as disposições em contrário."

Se estivéssemos lá, em 13 de maio de 1888, o que veríamos? A euforia da população, uma chuva de flores sobre os parlamentares e abolicionistas.

Transcrevo aqui um trecho de matéria publicada pelo jornal *Gazeta de Notícias*, em 15 de maio daquele ano:

> "Continuavam ontem com extraordinária animação os festejos populares. Ondas de povo percorriam a Rua do Ouvidor e outras ruas e praças, em todas as direções, manifestando por explosões do mais vivo contentamento o seu entusiasmo pela promulgação da gloriosa lei que, extinguindo o elemento servil, assinalou o começo de uma nova era de grandeza, de paz e de prosperidade para o Império brasileiro. (...) Em cada frase pronunciada

acerca do faustoso acontecimento traduzia-se o mais alto sentimento patriótico, e parecia que vinham ela do coração, reverberações de luz.

Mal podemos descrever o que vimos. Tão imponente, tão deslumbrante e majestoso é o belíssimo quadro de um povo agitado pela febre do patriotismo, que só d'ele poderá fazer idéia quem o viu, como nós vimos. Afigura-se-nos que raríssimas são as histórias das nações os fatos comemorados pelo povo com tanta alegria, com tanto entusiasmo, como o da promulgação da gloriosa lei de 13 de maio de 1888."

Como podemos notar, a população estava feliz. Sim, os negros, até então escravizados, torturados, tinham esperança. Esperança de uma vida melhor.

Mas, os dias foram passando. E a euforia começou a dar lugar à realidade.

Os negros podiam tocar suas vidas, mas havia quem quisesse os empregar? Havia quem quisesse deixá-los estudar? A Lei Áurea lhes garantiu liberdade, entretanto, nenhum direito.

As pessoas que assim procediam formavam a minoria. Muitas se diziam a favor da abolição, mas, em seus íntimos continuavam tendo preconceito. Sim, o preconceito, acredito eu, é uma das coisas mais difíceis de serem eliminadas.

Aos negros não eram dados direitos ao trabalho, ao estudo e nem à compra de terras. Por outro lado, os demais trabalhadores – imigrantes e não ex-escravos –, tinham direito a tudo isso. A eles era assegurado o direito a terras e ferramentas, ao estudo e ao trabalho remunerado.

Não é de nos perguntarmos por que razão não existe em nosso País (pelo menos não que eu tenha conhecimento) nenhum fazendeiro ou grande produtor do agronegócio negro?

Mas, os negros e brancos de bem lutaram. E dia após dia as coisas foram, sim, melhorando. Porém, melhorias lentas.

Mais de um século depois daquele 13 de maio, o que vemos? Se uma pessoa daquela época viesse para cá, certamente ela se surpreenderia ao ver tantos negros e negras em situação semelhante à daquele tempo, ou seja, da escravidão.

Ao andar pelas ruas o que esse brasileiro da época do Império veria? Negros limpando as ruas, negros morando nas favelas, negros nas casas como domésticos, negros fora das universidades e dos bancos escolares, negros fora do parlamento, fora do Executivo, fora dos primeiros escalões das áreas pública e privada. A não ser raras exceções. Vocês vão ter de convir que algo está errado.

Quantos são os prefeitos negros? Estive recentemente na Marcha de Prefeitos sobre Brasília e ontem participei de uma reunião com integrantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), não vi nenhum negro. Algo não está errado?

Qual proprietário de um grande jornal, de uma grande revista, de uma grande rádio ou de uma grande tv que é negro? Estará mesmo tudo bem? Algo está errado.

Essas são reflexões que precisamos fazer nesta semana do 13 de maio. Estamos caminhando para os 120 anos da abolição não concluída.

Nós, negros, somos, no mínimo, metade da população brasileira. E, apesar disso, somos tão poucos na linha de frente desse debate. Tanto que apresentei um projeto de lei que prevê a premiação das pessoas que tem se destacado na luta contra o preconceito e o racismo. Trata-se do Troféu Lanceiros Negros.

Idéia que partiu da injustiça cometida contra os negros que, em 1844, foram traídos na Batalha de Porongos, durante a Revolução Farroupilha.

Heróis da Revolução dos Farrapos, eles participaram da guerra por seus ideais e por sua liberdade. A eles foi prometida a liberdade após a guerra, mas, como disse, foram traídos, desarmados e fuzilados.

A alegação: se fossem libertos o rastilho de pólvora poderia se alastrar pelo País exigindo o fim da escravidão e a garantia de direitos.

Assim, 44 anos antes da abolição, eles foram mortos.

Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, o Brasil mudou muito, contudo o preconceito, fruto de uma cultura escravocrata, ainda perdura. Em menores graus, é certo, mas ainda existe.

Prova disso é a exclusão social em que vive o negro hoje. Dados do Atlas Racial Brasileiro, divulgados pelo PNUD em 2004 nos mostram que 65% dos pobres e 70% dos indigentes brasileiros são negros. Números que mantêm uma certa tendência desde a década de 90.

A pesquisa mostra ainda que, apesar de uma queda nos números de mortalidade infantil, as taxas entre os filhos de mulheres negras é 66% acima das registradas entre os de mulheres brancas.

Pergunto: não é algo muito semelhante ao que tivemos há 119 anos?

Uma outra pesquisa, realizada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulada "Retrato das Desigualdades: Gênero e Raça", traz dados semelhantes. Mostra-nos que cerca de 21% das mulheres negras são empregadas domésticas, sendo apenas 23% com carteira assinada. Entre as não negras esses números são 12,5% e 30%, respectivamente.

Na área educacional, também há disparidade. Em 2003, 16,8% dos negros com mais de 15 anos eram analfabetos, entre a população não negra esse percentual era de 7,1%. Nas universidades temos apenas 5% de alunos negros. Número muito baixo para um País de maioria negra.

Aproveito aqui para fazer uma reclamação: Em 2003, a Lei nº 10.639 foi aprovada. Ela determina a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo da Rede de Ensino. Mas isso não tem sido cumprido. Digo mais, existem pessoas que querem mascarar a lei.

Atualmente, resolução 4 de agosto de 2006, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) parece querer alterar o que dispõe a lei. Sob alegação de que carecemos de materiais específicos sobre o tema e de que a lei permite a transversalidade, o tema pode passar a ser dado sem a atenção merecida.

Seria uma forma de impedir que nossos jovens tenham, de fato, conhecimento sobre sua origem? Sobre a origem verdadeira da formação do povo brasileiro?

A Lei Áurea lhes garantiu liberdade, entretanto, nenhum direito.

O que é isso? Medo? O tema precisa, sim, ser debatido, ser estudado.

Aqui quero citar uma fala que está no livro *Relações Raciais na Escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*, editado pela Unesco sob coordenadoria das pesquisadoras Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay:

> "Eu não sei, mas às vezes eu acho que quanto mais falam, o tiro sai pela culatra. Eu acho muitas vezes isso. E alguns alunos são assim. Se começar a falar como era na África, daí sim, tem gente que põe para fora toda a maldade que tem, que o negro tinha que ter voltado para a África. Tem gente que faz isso e muito."

Esse pensamento é o de uma professora, não é negra, do ensino médio de uma escola privada da capital gaúcha. E isso se repete por todos os lugares.

Vejamos o caso da Universidade de Brasília, em que alunos africanos tiveram seus quartos incendiados. Um caso explícito de intolerância e racismo e que estão querendo transformar em um simples ato de agressão e violência contra o patrimônio público. Um absurdo! Uma vergonha!

Vejamos o debate das ações afirmativas. Parte de nossa elite chega ao absurdo da incompreensão e da má fé de dizer que aqueles que querem, efetivamente, construir uma política de inclusão – entre elas o Estatuto da Igualdade Racial e a política de cotas –, são irresponsáveis. Vejam a que ponto nós chegamos.

Outro caso ocorre em Porto Alegre, onde um Juiz de Direito quer confiscar os bens e fechar a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora alegando "transtorno de barulhos". Entidade criada em dezembro de 1872 por "negros forros" (que haviam conquistado a liberdade). Lerei aqui um trecho do documento que me foi enviado:

> "(...) nossa entidade no ano de seu 135º aniversário, sendo considerada a mais antiga sociedade negra deste País, corre o risco de fechar suas portas por conta da intolerância jurídica e étnica, tendo em vista que estamos localizados em uma região da zona sul de Porto Alegre onde existem diversos clubes, sociedades e associações, onde todas têm liberdade de funcionamento amparadas por alvarás expedidos pelo Poder Municipal."

Pergunto: serão todos clubes e associações fechados?

Por que o projeto (PL nº 7.198/02) que reconhece anistia *post mortem* ao herói negro da Revolta das Chibatas, Almirante João Cândido, passou pelo Senado e está parado na Câmara desde 2003? Felizmente em março deste ano o Deputado Edmilson Valentim apresentou requerimento de urgência para apreciação em Plenário.

Leio aqui a música de composição de João Bosco e Aldir Blanc, em homenagem ao Almirante negro, João Cândido, intitulada:

"O Mestre Sala dos Mares"

"Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar apareceu
Na figura de um bravo marinheiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como almirante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas

Rubras cascatas
Jorravam das costas dos negros
Entre cantos e chibatas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do marinheiro gritava, então:

Glória aos piratas, às mulatas, às sereias,
Glória à farofa, à cachaça, às baleias,
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esqueceram jamais

Salve o almirante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

Salve o almirante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais"

Quero dizer que apresentei hoje projeto para que João Cândido, nosso Almirante negro, seja considerado um dos heróis da pátria.

Aproveito para dizer que vou solicitar à CNBB que um dos temas da Campanha da Fraternidade seja a abolição não conclusa.

Senhor Presidente, como é evidente, as disparidades são muitas, por isso não podemos fraquejar.

Depois, quando digo que esse debate está dividido, tal como há 119 anos, alguns discordam. Mas não. Temos de um lado os abolicionistas, pessoas que defendem políticas afirmativas e o fim dos preconceitos, e de outro lado os que querem manter os negros excluídos, não aceitam as políticas de inclusão.

Dizem que estou exagerando, mas não, esse é o debate atual.

Os escravocratas de ontem estão muito vivos e mais violentos que no passado, pois possuem instrumentos que, ao invés de informar a população, procuram desinformar e confundir.

Por tudo isso é que temos de aprofundar a reflexão e o debate. Devemos lembrar que em 13 de maio do ano que vem estaremos completando os 120 anos da abolição, uma abolição inconclusa.

Não podemos continuar assim. A luta de negros e brancos que buscam a igualdade e o fim dos preconceitos não acabou com a assinatura da Lei Áurea. Ali tivemos uma vitória e o início de uma nova batalha. Sim, porque a liberdade foi conquistada, mas não os direitos.

Foi em razão dessa abolição inconclusa que propusemos a criação de uma Comissão Temporária no Congresso Nacional. Envolvendo Legislativo, Judiciário e Executivo, a idéia é debater matérias como o PL nº 73/99 que institui o sistema de cotas, de autoria da Deputada Nice Lobão, e a PEC, de nossa autoria, que institui o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Há ainda o Estatuto da Igualdade Racial que, entre outras coisas, prevê o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde; o respeito às atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer; o direito à propriedade definitiva de terras para remanescentes das comunidades quilombolas; o reconhecimento do direito à liberdade de consciência e de crença.

Mais, apresentei o PLS nº 225/07 que institui o ano de 2008 como "Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa".

O objetivo é conclamar a sociedade para refletir sobre o tema, e colaborar para que os projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional possam ser aprovados até o ano de comemoração dos 120 anos de abolição não conclusa, como forma de enfrentarmos e combatermos o racismo e o preconceito.

Como venho dizendo, no Brasil, o racismo ainda é negado por diversos discursos que pregam a plena assimilação do negro à cultura dominante. Ou, então, a discriminação racial não é assumida como rotina apenas, como prática eventual ou episódica! Vejam que irônico!!

Em contrapartida, como observado por Antonio Sérgio A. Guimarães, "reconhecer a idéia de raça e promover qualquer ação anti-racista baseada nesta idéia, mesmo se o autor é negro, é interpretado como racismo".

Felizmente, isso já vem sido combatido. Precisamos fazer mais? Sim, é evidente. Porém, temos avançado. Um exemplo são os mecanismos de reparação, tendo em vista o recente despertar do Estado brasileiro para os programas de ação afirmativa.

Ninguém pode apagar o passado de nosso País. Este passado se reflete no presente e somente com a sabedoria da experiência poderemos projetar um futuro onde todos sejam realmente iguais.

Como disse Albert Einstein, "triste época! É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito". Mas, ainda tenho esperanças de que um dia as pessoas deixem de julgar as outras pela cor de suas peles, pelos seus cabelos, por suas religiões... Sonho com o dia em que todos entendam que a raça é uma só: a humana. E que nós, humanos, temos sim as nossas especificidades e são elas que nos tornam tão especiais.

Peço licença para finalizar com um poema de minha autoria intitulado "Inclusão".

"Por que não?
Foram 400 anos de escravidão.
É legítimo que haja uma compensação.
Cota na universidade, no trabalho, na política, no teatro, no cinema, na televisão.
Por que não, meu irmão?
Esse é o caminho, é a solução, este país tem que enfrentar a chaga da discriminação.
As universidades da Bahia do Senhor do Bonfim, do Rio de Janeiro, com seu Cristo Redentor, e
de Brasília, a capital da Nação, já fizeram essa opção. Que sirvam de exemplo ao sistema de educação. Eu estava lá, eu participei, vi este fato histórico.
18 de março de 2004, na UnB brancos e negros disseram: "O negro agora na universidade tem vez." Vi um quadro iluminado com os jovens abraçados. Eram brancos, negros, índios, homens e mulheres, representando esta Nação rasgando a barreira da discriminação.
Que bonito, que bom,
o Brasil ser outro: sem preconceito, sem divisão.
Nesse caminho, o Estatuto da Igualdade Racial e social mostra que é possível combater a discriminação."

A importância do ensino técnico profissionalizante e do Fundep

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou na última terça-feira o relatório "Trabalho decente e juventude na América Latina".

Ele nos mostra uma triste realidade: cerca de 106 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, da América Latina e do Caribe, têm seus futuros ameaçados pelo desemprego, a inatividade e a informalidade.

São cerca de dez milhões de jovens desempregados (16% da força de trabalho); 30 milhões empregados no mercado informal e sujeitos a condições precárias de trabalho; e 22 milhões de jovens que não estudam nem trabalham.

Dentre esses que não estudam nem trabalham o estudo aponta as causas: falta de oportunidades e frustrações seguidas.

Mais, desses 22 milhões, 81% estão nas cidades e 72% são mulheres.

Elas acabam prejudicadas porque cuidam dos serviços domésticos e, em muitos casos, têm gravidez precoce e, por isso, não conseguem estudar ou trabalhar.

Esses jovens estão em situação de risco social.

No início da semana uma outra pesquisa, essa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), concluiu que as escolas podem salvar vidas.

De acordo com o levantamento, quanto menos tempo o jovem passa na escola, mais chances ele tem de ser assassinado.

A pesquisa usou dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Segundo o pesquisador a taxa de homicídios no Brasil é de 26 mortes a cada 100 mil habitantes.

Sendo que, se pegarmos os jovens com escolaridade entre um e três anos, a taxa é dez vezes maior.

Por exemplo: no universo de homens entre 18 e 25 anos, com escolaridade de até três anos, cuja renda per capita seja equivalente a R$112, a taxa de homicídios é de 237,67 em cada cem mil habitantes.

Ambos estudos nos revelam uma coisa: falta investimento em educação, em qualificação profissional. Não há como negar.

E aqui ressalto: devemos investir cada vez mais nas chamadas escolas técnicas.

Tenho convicção de que desemprego, violência, entre outros problemas, seriam em parte solucionados se investíssemos mais em educação.

É por isso que insisto na importância da aprovação da PEC nº 24/05, de minha autoria, que altera os artigos 159, 239 e 240 da Carta Magna, acrescentando, ainda, o artigo 214-A, e institui o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (FUNDEP).

A meu ver o Fundep terá papel fundamental dentro do quadro educacional introduzido pelo Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O projeto prevê que 2% do produto da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sejam destinados para o Fundo.

Determina ainda que 3% da arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) sejam destinadas ao Fundep.

Se a PEC for aprovada em 2007, estima-se que em 2008 o recurso previsto para o fundo gire em torno de R$5 bilhões.

A criação do fundo não onera o Tesouro, nem sacrifica outras políticas públicas.

Após dois ou três anos da implantação do Fundo, estima-se triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio.

Além disso, haverá significativa expansão dos cursos de menor duração, destinados à formação continuada de trabalhadores.

Mais, a implantação do Fundep não impede que as matrículas dos cursos profissionais em escolas públicas sejam também contempladas pela sistemática de financiamento do Fundeb.

É importante ressaltar que o Fundep, articulado ao PDE, contemplará com transparência o controle público da gestão dos recursos.

O relator da matéria, Senador Demóstenes Torres, demonstrou extremo compromisso com a proposta.

Durante o mês de outubro a PEC estará pronta para ser votada.

Senhoras e senhores senadores, passei pelo ensino profissionalizante e, por isso, conheço sua importância no que diz respeito ao aumento de oportunidades de emprego para os jovens das classes sociais mais baixas.

Geração de empregos aliada à qualificação profissional é a melhor forma de inserção social. Vou mais além: é um dos melhores modos de elevar a auto-estima dessa parcela da população.

E foi minha experiência pessoal que me levou a apresentar nesta semana o PLS nº 514.

Ele determina que empresas com mais de cem funcionários concedam bolsas de estudos aos filhos dos mesmos.

Funcionaria da seguinte forma: a cada cem funcionários, uma bolsa seria concedida ao filho de um desses trabalhadores.

O jovem teria carteira assinada, no valor correspondente ao piso salarial da categoria, mas ao invés de estar na empresa trabalhando, estaria estudando, obtendo qualificação profissional.

E, note-se, esse aluno pode vir a ser um profissional qualificado para trabalhar na empresa que lhe proporcionou o estudo.

Ou seja, ganham o jovem, a família, a empresa e o País.

Lembro ainda Senhoras e Senhores Senadores que a proposta do projeto de lei é fruto da minha própria experiência e foi fundamental para a minha formação técnica profissional. Eu próprio recebia uma piso salarial da categoria para fazer meu curso técnico na época no Senai, isto pago pela então Vinícola Rio-Grandense, na proporção de 1 salário para cada 100 trabalhadores.

Senhor Presidente, sabemos que a educação é base para tudo. E essa visão está sendo aceita nas mais diversas esferas.

Na última segunda-feira o Presidente Lula afirmou que o governo vai construir novas escolas técnicas. Ato que faz parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Até 2010 o Ministério da Educação terá implantado 150 novas escolas técnicas pelo País. Programação que faz parte da segunda fase do Plano.

Dessas 150 escolas, dez serão implantadas no Rio Grande do Sul.

Os municípios contemplados serão: Erechim, São Borja, Santa Rosa, Osório, Bagé, Venâncio Aires, Porto Alegre (na Restinga), Camaquã, Caxias do Sul, e Panambi. E ainda, prevista escolas técnicas para Canoas, São Sebastião do Cai, Teotônia, Uruguaiana e Gravataí.

Vamos além. Estaremos contribuindo para geração de empregos, para a melhoria de destribuição de renda...

Destaco que será dada ênfase para a economia local. Assim, por exemplo, em São Borja a atenção será voltada especialmente para agricultura e pecuária; em Panambi para implementos agrícolas.

A idéia é ao qualificar a população local evitar o êxodo e o desemprego.

Além disso, tendo formação básica de qualidade e a possibilidade de uma especialidade técnica valorizada pelo mercado de trabalho, os jovens serão estimulados a continuar os estudos.

É um ciclo. Eles passarão a ter confiança em um futuro melhor. A marginalidade e o crime não serão mais as únicas alternativas.

Por tudo isso, peço a atenção dos Senhores para a aprovação dessas matérias.

E faço esse pedido com a certeza de que estaremos contribuindo não apenas para a qualificação de nossos trabalhadores.

Vamos além. Estaremos contribuindo para a geração de empregos, para a melhoria da distribuição de renda, para o desenvolvimento econômico.

Contribuiremos na criação de um Brasil mais justo, seja do ponto de vista econômico ou social.

Muito obrigado.

Comentários do Relator sobre a Comissão Mista do Salário Mínimo

Martin Luther King disse, certa vez, que "se um homem não descobriu nada pelo qual morreria, não está pronto para viver".

Não tenho a pretensão de me ombrear ao Doutor King, mas, dentro das minhas possibilidades e capacidades, tenho feito da minha vida pública uma luta contínua pela defesa daqueles que não têm voz, dos idosos, dos negros, das pessoas com deficiência, dos índios, das mulheres, das crianças, dos pobres, da defesa do meio ambiente e da livre opção sexual.

Nem sempre venci, mas tenho a consciência tranqüila para afirmar que nunca desisti da luta, por mais difícil que ela fosse.

Uma das minhas bandeiras, desde os meus tempos como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, há quase trinta anos, tem sido a luta por um salário mínimo justo e que atenda às necessidades do trabalhador e de sua família.

De tal forma, empenhei-me sobremaneira na criação da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, a qual foi instalada pelo Ato Conjunto nº 3, de 2005. Não foi fácil. As resistências, mesmo entre lideranças políticas mais progressistas, foram muitas, mas, graças aos esforços de parlamentares ligados à luta dos trabalhadores, conseguimos implantar a Comissão.

E conseguimos mais. Além de estabelecer que a competência da Comissão seria a de estudar, debater e propor mecanismos permanentes de reajuste do salário mínimo,

também conseguimos que fossem discutidos os benefícios dos aposentados e pensionistas, haja vista que, em grande medida, os reajustes do salário mínimo refletem-se nos benefícios da Previdência Social.

Meus amigos, para algumas pessoas que não são comprometidas com as causas dos trabalhadores, o salário mínimo surge como tema de interesse apenas às vésperas do 1º de maio, quando se discute qual o valor do reajuste anual.

Passado esse momento, o tema volta ao segundo plano. Esquecem-se, como sempre, daquela brasileira ou daquele brasileiro que têm de conviver com um salário que mal dá para sustentar a si mesmo ou a sua família.

Esquecem-se, também, do sonho do Presidente Getúlio Vargas, que criou o salário mínimo com a intenção de que este servisse de parâmetro para a população assalariada.

O sonho, infelizmente, não se realizou. A partir da década de 80, com o fracasso econômico da ditadura militar e, nos anos 90, com a política recessiva do Governo, o número de excluídos manteve-se estável.

Em 1960, o número de excluídos era de 49,6%. Em 1980, era de 47,3% da população. Em 2000 passou para 42,6%. Para efeito de comparação podemos verificar que o índice é praticamente similar ao de quarenta anos atrás. Em suma, pouco ou nada se fez para retirar milhões de brasileiros da miséria.

É verdade que o Governo Lula representou um ponto de inflexão ao colocar como prioridade número um o estabelecimento de políticas redistributivas, como o internacionalmente reconhecido Bolsa Família.

O salário mínimo, porém, é a outra forma de redistribuir renda, mesmo se considerarmos o elevado índice de informalidade existente em nosso País. Isso se deve ao chamado "efeito farol", ou seja, o salário mínimo funciona como um referencial para os valores pagos ao trabalhador, mesmo que esse não tenha carteira de trabalho assinada.

Mais do que nunca, a fim de evitarmos os sempre desgastantes e decepcionantes reajustes discutidos a cada ano, é chegado o momento de criarmos mecanismos consistentes e legalmente estabelecidos para que o reajuste do salário mínimo seja feito por meio de parâmetros acordados pela sociedade. Esse é, fundamentalmente, o motivo que amparou e legitimou a Comissão Mista do Salário Mínimo.

Em nossa Comissão reafirmamos, de início, algumas questões. Vejamos:

O primeiro fato que queremos destacar é que não admitiremos, em hipótese alguma, a tese de defesa de alguns de que teríamos que ter dois salários mínimos, um para trabalhadores da ativa e outros para aposentados.

Outro ponto é garantirmos o que manda a Constituição, o salário mínimo unificado em nível nacional e ninguém receberá valor inferior a ele.

Para encontrar soluções, a longa jornada de trabalho da Comissão se iniciou em 24 de janeiro de 2006, quando foi realizada a primeira de quinze audiências públicas com o Ministro do Trabalho, representantes de entidades sindicais, representantes de entidades patronais, representantes de entidades de aposentados e pensionistas, pesquisadores do IBGE, Ipea e FGV, servidores públicos e com o público

em geral, em diversas capitais estaduais, como Curitiba, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Manaus.

Com a realização desses diversos e produtivos encontros, foi possível chegar a algumas conclusões preliminares. Vou, aqui, arrolar meia dúzia delas.

A primeira é que o Brasil é um país extremamente desigual e o salário mínimo pode ser um instrumento eficaz na redução da desigualdade, pois um aumento do salário mínimo exerce influência direta ou indireta sobre toda a economia.

A segunda é a inexistência de um mecanismo sistemático de reajuste do salário mínimo.

A terceira diz respeito ao fato de ter havido, ao longo das últimas décadas, um processo de achatamento do salário médio que, assim, passou a se aproximar do salário mínimo.

A quarta conclusão desfaz o mito de que existiria um grande déficit da Previdência, o que não é realidade, uma vez que existem fontes destinadas constitucionalmente a suprir as despesas com a Seguridade Social.

A quinta refere-se a um efeito real de distribuição de rendas graças às aposentadorias rurais vinculadas ao salário mínimo desde o início da década de 90.

A sexta é a constatação de que quebramos um verdadeiro tabu. Muitos diziam que o aumento do salário mínimo causaria inflação e inibiria o crescimento. O que aconteceu foi exatamente o contrário. Nos últimos anos o salário mínimo teve, em média, um crescimento real acima do dobro do PIB e os resultado foram:

- a inflação despencou;
- a taxa de juros que ultrapassava a 26%, hoje é 13,25%;
- foram gerados 6 milhões de empregos com carteira assinada;
- o risco Brasil, que já chegou ao patamar de 800 pontos, está na faixa de 200 pontos;
- o salário mínimo vale, em dólares, o dobro do que quatro anos atrás;
- o poder de compra do salário mínimo, no mesmo período, praticamente dobrou;
- nenhuma prefeitura do País quebrou devido ao aumento do salário mínimo, como pregaram os alarmistas;
- os trabalhadores domésticos passaram a ter mais oportunidade de trabalho.

Podemos perceber que hoje a situação mudou e mudou para melhor, com o aumento dado ao salário mínimo.

Em relação às propostas e recomendações, dentre os muitos citados, enumero cinco, a saber:

Em primeiro lugar, a recuperação do valor do salário mínimo deve ocorrer concomitantemente com a implementação de políticas compensatórias e o controle da inflação.

Em segundo lugar, há a necessidade de criar novos mecanismos de financiamento da Previdência Social, reduzindo a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas em prol da incidência dessa contribuição sobre o faturamento.

Em terceiro, devemos estipular um prazo adequado para efetuar a recuperação das perdas históricas do salário mínimo.

Em quarto lugar, o reajuste de benefício do aposentado e do pensionista deve ter o mesmo índice que for concedido ao reajuste do salário mínimo.

Por fim, é preciso pensar em mecanismos e políticas públicas para incorporar, na Seguridade Social, o trabalhador informal e temos também que garantir um princípio da Previdência Universal, com critérios de concessão dos benefícios igual para todos, seja da área pública ou privada, sem o Fator Previdenciário.

Nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, pudemos perceber, claramente, que os efeitos do salário mínimo sobre a economia são positivos. Um de nossos principais objetivos é reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda no Brasil. E essa é uma tarefa que se impõe.

Como afirmamos anteriormente, o salário mínimo é uma baliza para os demais salários. Tanto é assim que o impacto do mínimo atinge salários muito superiores.

Na realidade, o mínimo, ao aumentar a renda das camadas mais pobres da sociedade, leva ao aumento da produção e do consumo, criando um círculo virtuoso.

Esse relatório final constitui-se em documento histórico, na medida em que propõe, talvez pela primeira vez na história deste País, um mecanismo de reajuste anual e permanente para o salário mínimo.

Conforme consta do projeto de lei, assegura-se a recuperação da perda inflacionária. Esta recuperação será conforme a inflação, mais o dobro do PIB – Produto Interno Bruto.

Em relação aos aposentados, propõe-se a criação de um instrumento de correção previdenciária que corresponderia ao resultado da divisão entre o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pago pelo Regime Geral da Previdência Social.

Isso serviria como freio para a queda relativa entre os benefícios pagos e os reajustes concedidos aos aposentados que percebem pensões acima do salário mínimo.

Em relação aos municípios, recomenda-se que seja aprovada a PEC nº 285, de 2005, que prevê que o Fundo de Participação dos Municípios passe de 22,5% para 23,5% dos tributos arrecadados.

Ademais, propõe-se alterar a legislação tributária para reduzir a contribuição social incidente sobre a folha de salários e aumentar aquela que incide sobre a receita bruta, o que contribuirá para reduzir o emprego informal.

Destacamos também que o relatório acaba com o famigerado Fator Previdenciário. Este instrumento que, para cálculo dos benefícios, usa a expectativa de vida é maquiavélico e cruel, pois reduz o benefício das mulheres em mais de 40% e dos homens acima de 35%.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todos os participantes da Comissão Mista. Como foram muitos os participantes, nomeio apenas o Presidente, Deputado Jackson Barreto, e o Vice-presidente, Deputado Walter Barelli.

Ambos agiram com muita diplomacia, com posição suprapartidária para que pudéssemos apresentar, em nome de toda Comissão, este trabalho.

Agradeço, também, aos Consultores Legislativos do Senado Federal que providenciaram todo o apoio técnico necessário para que pudéssemos entregar um relatório consistente do ponto de vista jurídico e econômico.

Agradeço a todos os que de uma forma ou de outra contribuíram para a construção deste trabalho.

A Universidade do Mercosul

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores senadores, na semana passada solicitei ao Senador Sérgio Zambiasi que ele relate, na Comissão Conjunta do Mercosul, projeto de minha autoria que cria a Universidade do Mercosul – com sede no Estado do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma fiz o convite ao Senador Pedro Simon para que ele relate a mesma proposta na Comissão de Educação.

Creio que os governos do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, num futuro próximo, o da Venezuela, bem como o Parlamento do Mercosul, instalado ontem, têm a tarefa de promover a educação como direito humano básico.

Isso, será relevante na democratização da educação como objetivo de integração do Cone Sul.

A Universidade do Mercosul será fundamental no processo de integração com a institucionalização de atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir na formação dos jovens dos países, em nível superior, no desenvolvimento científico, artístico, cultural, econômico e, sobretudo, no fomento de relações de amizade que confirmem a paz no Sul de nosso continente.

As conversações entre os membros do Bloco já apontam para a construção desta instituição, que, inclusive, poderá se tornar um centro de ensino cujos diplomas tenham validade internacional.

O Governo Federal deverá enviar ao Congresso Nacional uma proposta para criação da Universidade do Mercosul.

Esta proposta vem ao encontro de projeto de minha autoria, já citado neste pronunciamento.

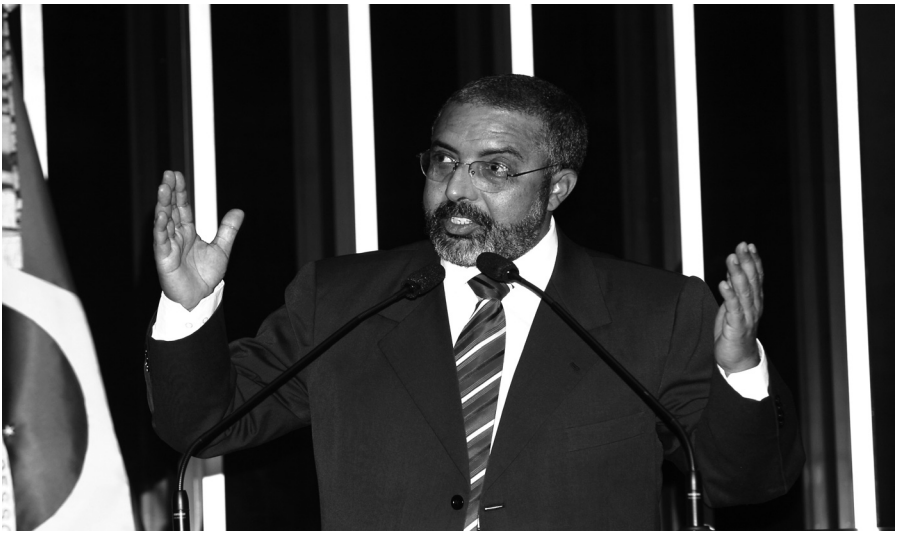
A universidade vai capacitar estudantes dos países que fazem parte do Mercosul.

Os cursos devem ter grades curriculares com assuntos sobre a integração dessas nações.

A Universidade do Mercosul deve ser criada a partir de uma experiência brasileira de integração de professores e estudantes de universidades federais, que pode, conforme declaração do Presidente Lula, começar ainda este ano.

Senhor Presidente, para finalizar gostaria de saudar a inauguração do Parlamento do Mercosul ocorrida ontem em Montevidéu e, parabenizar todos os membros, em especial aos gaúchos: Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi e os Deputados Federais Beto Albuquerque, César Schirmer, Germano Bonow, Cláudio Dias, Vieira da Cunha (suplente) e Júlio Redecker (suplente).

A instalação do Parlamento do Mercosul fortalece os objetivos do Tratado de Assunção que criou em 1991 o Mercosul.



O Dia Internacional do Idoso

Senhor Presidente,Senhoras e Senhores Senadores, começo meu pronunciamento hoje lendo um poema, o "Poema do Idoso", cujo autor desconheço. Diz o poema:

> *"Se meu andar é hesitante e minhas mãos trêmulas, ampare-me.*
>
> *Se minha audição não é boa e tenho de me esforçar para ouvir o que você está dizendo, procure me entender.*
>
> *Se minha visão é imperfeita e o meu entendimento escasso ajude-me com paciência.*
>
> *Se minha mão treme e derrubo comida na mesa ou no chão, por favor, não se irrite, tentei fazer o que pude.*
>
> *Se você me encontrar na rua, não faça de conta que não me viu.Pare para conversar comigo. Sinto-me só.*
>
> *Se você, na sua sensibilidade, me ver triste e só, simplesmente partilhe comigo um sorriso e seja solidário.*
>
> *Se lhe contei pela terceira vez a mesma história num só dia, não me repreenda, simplesmente ouça-me.*
>
> *Se me comporto como criança, cerque-me de carinho.*
>
> *Se estou doente e sendo um peso, não me abandone.*
>
> *Se estou com medo da morte e tento negá-la, por favor, ajude-me na preparação para o adeus.*
> *(Autor Desconhecido)"*

Hoje, data em que comemoramos o Dia Internacional do Idoso, quero aqui lembrar dessa parcela de nossa população pela qual devemos ter o maior respeito.

É fato que a população mundial está envelhecendo. E esse envelhecimento tem de ter reflexos nas ações sociais, econômicas e culturais.

É preciso reeducar. E digo isso porque ainda é grande o número de idosos que sofrem maus-tratos, que não têm seus direitos respeitados.

Os idosos brasileiros, assim como todos os demais, precisam viver de maneira digna.

Foi pensando nisso que há quatro anos aprovamos, e o Presidente Lula sancionou em 1º de outubro de 2003, a Lei nº 10.741, o Estatuto do Idoso.

Segundo ele, todos, sem exceção, têm o dever de prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso. Ou seja, ninguém pode se omitir.

Temos entre seus direitos:

> o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho e à profissionalização;
> preservação do valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição;
> na assistência social está incluído o benefício de um salário mínimo mensal aos idosos a partir de 65 anos, que não tenham meios para prover sua subsistência;
> garantia de prioridade: nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à comunidade;
> direito à saúde integral que prevê: atendimento domiciliar, quando necessário; fornecimento gratuito de medicamentos e, inclusive de próteses, habilitação ou reabilitação; vedação da cobrança diferenciada nos planos de saúde, em razão da idade; assistência imediata e prioridade no atendimento;
> habitação: moradia digna na família natural ou substituta, ou em instituição pública ou privada;
> nos programas habitacionais, o idoso goza de prioridade para aquisição da moradia própria (3% das unidades residenciais para os idosos);
> critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão;
> transporte: gratuidade para maiores de 65 anos nos coletivos urbanos e semi-urbanos com apresentação de documento pessoais que comprove a idade;
> 10% dos assentos são reservados para idosos, devidamente identificados;
> no transporte coletivo interestadual serão reservadas duas vagas gratuitas, e desconto de no mínimo 50% no valor das passagens que excederem as reservas gratuitas;
> Isso para os idosos que tenham renda igual ou inferior a dois salários mínimos;
> 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados serão reservadas aos idosos;
> o Ministério Público ou o Poder Judiciário tem maiores responsabilidades nas medidas específicas de proteção ao idoso, quando houver ação ou omissão da sociedade ou Estado;
> falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.

Repito: é preciso respeitar uns aos outros. É preciso lembrar que todos, sem exceção iremos envelhecer!

Enfim, esses são apenas alguns dos direitos garantidos pelo Estatuto. Mas, nem sempre respeitados.

Repito: é preciso respeitar uns aos outros. É preciso lembrar que todos, sem exceção, iremos envelhecer.

Estudos demográficos mostram como é rápido e expressivo o crescimento da população de idosos no mundo.

Resultado da diminuição progressiva das taxas de fecundidade e mortalidade, e do aumento da expectativa de vida das pessoas.

Segundo dados encontrados em publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nos últimos 60 anos o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumentou nove vezes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca a expectativa de vida para homens e mulheres no País.

No ano de 2000 era de 68,2 anos e em 2005 aumentou para 74,4 anos.

Estima-se que em 2050 existirão dois bilhões de pessoas idosas no mundo, sendo que dois terços delas estarão vivendo em países em desenvolvimento.

Embora, inicialmente possa parecer distante, esse período, equivalente a não mais que uma geração, é muito pouco tempo em termos de reorganização social.

No dia 31 de agosto deste ano, o IBGE divulgou novos dados sobre a estrutura das famílias brasileiras.

Esses dados integram os primeiros resultados da Contagem da População 2007 e apontam que as famílias têm, em média, menos de dois filhos.

Mostra também que o número de moradores por residência caiu. Passou de 3,92 (registrado em 2000), para 3,53 (em 2007).

De acordo com os coordenadores da pesquisa isso evidencia, principalmente, três pontos: baixa taxa de fecundidade, aumento do número de pessoas que moram sós e grande número de casais idosos.

De acordo com o estudo, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro são os estados que têm a população mais envelhecida.

Senhor presidente, o utra pesquisa recente, divulgada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), revela-nos que o Brasil tem um terço de toda população idosa da América Latina e Caribe.

Em 2006, o Brasil contava 19 milhões de pessoas acima de 60 anos. O equivalente a 10,2% da população do país.

Em 2025 o país será o 6º em população idosa no mundo.

Segundo a pesquisa, houve uma melhora registrada nas condições de vida dessa parcela da população: em 2006 ,5,4% dos idosos viviam com meio salário mínimo per capita. Em 1996, esse índice era de 7,7%.

Essa melhora se deu, de acordo com os pesquisadores, devido aos reajustes do salário mínimo.

E, note-se, o salário mínimo teve um reajuste de 8,51% e os aposentados e pensionistas receberam apenas 3,3%.

Ou seja, a melhora registrada poderia ter sido muito maior se o mesmo percentual de reajuste concedido ao mínimo tivesse sido dado aos vencimentos de aposentados e pensionistas.

Mais uma vez os aposentados que ganharam pouco mais que o salário mínimo recebem um percentual que não chega a ser nem a metade do reajuste dado ao mínimo.

Lamentavelmente foi esse o reajuste anunciado neste ano.

O aumento teve por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de abril de 2006 a março de 2007.

A forma como, nas últimas décadas, vem sendo praticada a política de reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas desgosta a todos.

Cada ano que passa o número de aposentados e pensionistas que passam a receber o salário mínimo aumenta.

A continuar esta fórmula do reajuste, em pouco mais de cinco anos todos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência estarão ganhando apenas um salário mínimo.

Esses 3,3% não recuperam o poder de compra dos nossos aposentados e pensionistas.

Muitos remédios, por exemplo, subiram mais que isso e sem falar nos aumentos dos planos de saúde. Eles aguardam a recuperação do poder de compra.

Precisamos devolver o poder aquisitivo a uma categoria que contribuiu durante toda sua vida, a fim de que possam viver com dignidade o momento de suas aposentadorias.

Senhoras e Senhores Senadores, o que podemos constatar é que o Brasil será, em breve, um país de maioria idosa. Tal como os da Europa e o Japão, por exemplo.

E, o principal desafio que a longevidade propõe às pessoas idosas é a preservação da qualidade de vida, na presença das ameaças da restrição da autonomia e da independência, causadas pela deterioração da saúde e empobrecimento da vida social.

Somam-se a isso comprometimentos por doenças físicas e mentais, as sofríveis restrições econômicas e também educacionais.

Diante disso precisamos avaliar: como andam os direitos dos idosos?

A Organização das Nações Unidas realizou a primeira Assembléia Mundial do Envelhecimento em agosto de 1982, em Viena. Nessa Assembléia foi aprovado o Plano Internacional de Ação para a Velhice (Viena/Áustria).

O Plano, respaldado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, estabeleceu 62 recomendações para ações nas áreas da saúde, nutrição, proteção dos consumidores idosos, habitação, meio ambiente, família, bem-estar social, emprego e educação.

O Brasil, como signatário desta carta, buscou implantar políticas públicas de modo a assegurar os direitos do idoso.

Na Assembléia foi também proposta a necessidade de os países formularem políticas, desenvolverem investigações, estabelecerem contatos e contarem com o apoio dos meios de comunicação de massa no sentido de informarem sobre a importância de um envelhecimento saudável.

Bem, após 20 anos foi realizada a II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, em 2002, em Madri, com a participação de 159 países.

Os países signatários da ONU decidiram adotar o Plano Internacional para o Envelhecimento para responder às demandas e aos desafios colocados pelo envelheci-

mento da população no século XXI, bem como para promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades.

No Plano, foram adotadas medidas em todos os níveis e nos âmbitos nacional e internacional.

Três linhas de ação foram definidas como prioritárias: idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem estar na velhice e a criação de um ambiente propício e favorável.

Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, Costa Rica, Espanha, entre outros, são países que vêm participando ativamente desses eventos e estão trabalhando no sentido de implementar o Plano de Madri.

Deste Plano três eixos foram destacados: o idoso e o desenvolvimento; saúde e o bem-estar da pessoa idosa na velhice; e a criação de um ambiente propício e saudável.

O Brasil como signatário da ONU tem envidado esforços para assegurar os direitos humanos à população idosa.

Nessa linha, o Brasil já aprovou a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94) e o Estatuto do Idoso.

Atualmente o governo trabalha para implantar o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa, o qual é coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência (SEDH).

A base operacional é realizada mediante implantação de Centros de Referência de Combate, Abuso, maus-tratos à Violência a Pessoa Idosa e já está em fase de implantação em 14 estados do Brasil.

A Secretaria realizou a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa cujo tema foi: Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

Desta conferência de caráter deliberativo resultou o Plano Estratégico Nacional para implementação das Deliberações da Conferência, definindo ações, metas e financiamento para todas políticas setoriais que tem interface com o processo de envelhecimento.

O Plano Estratégico aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) foi construído de forma integrada com os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Previdência e SEDH.

Uma próxima missão será de firmar o Pacto de Gestão com caráter federativo para adesão e implantação deste Plano.

Hoje, uma das metas da Secretaria Especial de Direitos Humanos é realizar uma ação conjunta com os governos estaduais, municipais, universidades e ONG a fim de estender a implantação dos Centros de Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa em todos os estados da Federação.

Em parceria com o Centro Latino Americano de Violência e Saúde será implantado um Observatório Nacional com o objetivo de realizar estudos e pesquisa sobre o tema.

Senhoras e Senhores Senadores, deixo aqui um recado aos meus idosos e aposentados: usem a Lei, instrumento que lhes é de direito e façam valer os seus esforços!

De minha parte, sempre poderão contar com minhas proposituras legislativas no combate à violação de seus direitos e com meu empenho em melhorar a qualidade de vida de vocês.

A crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul

Mais uma vez volto à tribuna desta Casa para falar sobre a crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesta semana, estarei mais uma vez, reunido com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, tratando de várias demandas do estado, entre elas, o ressarcimento de R$2 bilhões pendentes por conta de investimentos feitos em rodovias federais e também as perdas decorrentes da Lei Kandir, estimadas em R$3,2 bilhões.

O assunto não é novo.

É sempre bom lembrarmos que o quadro de penúria por que passa as finanças do estado não é de agora.

Entra governo e sai governo e a crise continua. Uns procurando culpados. Outros jogando a culpa em governos anteriores.

Efetivamente, nos meus mais de 20 anos de vida pública, não fui testemunha de um verdadeiro movimento em defesa dos interesses do Rio Grande do Sul.

Lá ainda prevalece a cor do lenço. Ou se é maragato ou se é chimango. Nada contra a nossa história. Se não fosse ela o que seria de nós gaúchos?

Não esqueçamos que nestes entreveros nós já perdemos a guerra, e ainda os lanceiros negros foram assassinados.

Creio que é chegado o momento de um grande entendimento pelo Rio Grande do Sul onde governo, oposição, partidos, empresários e trabalhadores sentem juntos, quem sabe, ao redor de um fogo de chão e, acompanhados de um chimarrão bem cevado discutam efetivamente os problemas do estado.

Mas antes de iniciar essa celebração que se deixe os partidarismos, as ideologias e os revanchismos de lado, pois só assim, é que vamos entrelaçar esses lenços maragatos e chimangos para o bem do estado.

Senhor Presidente, isso que eu falei agora tem uma simbologia toda especial para nós gaúchos.

Semana passada a Assembléia Legislativa recusou democraticamente por 34 votos a zero o Programa de Recuperação do Estado. Inclusive, partidos que compõe a base governista se dividiram e votaram contra.

Vale lembrar, que a Assembléia Legislativa também disse não a propostas e projetos de governos anteriores, como dos ex-Governadores, Germano Rigotto, Olívio Dutra, Antonio Brito, Alceu Collares, Pedro Simon e Jair Soares.

Seria ingenuidade da minha parte, achar que o fim do mundo iniciou agora com a recusa da proposta da Governadora Yeda Crusius.

É bom destacar que quem liderou a derrubada do pacotaço por dentro do próprio governo e sua base de sustentação foi o Vice-Governador Paulo Feijó, dos Democratas.

O certo é que a população do meu Estado não agüenta mais essas lutas intestinais.

Como disse um conhecido jornalista: se tivermos de lamber as feridas que a façamos.

Volto a insistir: o Rio Grande do Sul só sairá deste atoleiro quando as forças vivas da sociedade se unirem para resolver os problemas do estado.

A quem interessa esses descaminhos, eu não sei. Apenas sei que a população gaúcha em nenhum momento ganha algo com isto.

O Governo gaúcho está pleiteando junto ao Banco Mundial um empréstimo de até um bilhão de dólares, em 2008. Para tanto, o Governo Federal tem de dar aval.

Conforme o que me disse o Ministro Guido Mantega e o Secretário do Tesouro, Arno Augustin, o pleito está bem encaminhado junto ao Governo Federal, inclusive com o apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O dinheiro servirá para ajudar a reestruturar parte da dívida do estado, com juros mais baixos do que os atuais pagos pelo governo, mas exigirá a contrapartida do governo: ajustar as contas, com redução de despesas e aumento de receitas.

O jornal *Zero Hora*, de hoje, trás um esclarecedor artigo assinado pelo deputado estadual Adão Villaverde, em que em certo momento ele diz, abre aspas:

> "Considerando resgates de créditos que já são do Estado, em percentuais mínimos da dívida ativa, do combate à sonegação e da reorientação dos benefícios fiscais, o Governo Estadual pode recuperar mais de R$1 bilhão somando providências em nível nacional que começam a ser esboçadas com disposição da União de avalizar US$1 bilhão em financiamento internacional para alongar a dívida do Rio Grande do Sul, se permitirá diminuir um valor significativo no inaceitável repasse sistemático à União de quase 18% da receita líquida para 13%.
>
> Esses recursos representariam um valor até superior ao déficit apontado pelo Executivo, de R$1,3 bilhão.
>
> Está claro, portanto, que é plenamente possível reverter o quadro, sem transferir responsabilidades para o cidadão pagar a conta apresentada, mais uma vez, com o aumento de tributos."

Da mesma forma, quero recomendar o artigo do Deputado Estadual, Raul Pont, publicado na última edição do jornal *Le Monde Diplomatic Brasil*, onde ele faz uma radiografia, vamos dizer assim, sobre a crise das finanças públicas do Rio Grande do Sul.

Ele cita vários eixos que fizeram com que o estado esteja nesta atual situação como, a falta de renegociação da dívida, renúncias fiscais, venda de patrimônio, e como já disse a Lei Kandir.

Era o que tinha a dizer.

Os 20 municípios gaúchos cujos indicadores são comparados aos de países da Europa

Um Brasil europeu. É assim que a revista *Veja* intitula reportagem publicada em 7 de outubro passado, que aponta indicadores socioeconômicos de vinte municípios do Rio Grande do Sul. Os índices apresentados pelas cidades de: Bento Gonçalves, Bom Princípio, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Dois Irmãos, Feliz, Harmonia, Ivoti, Linha Nova, Morro Reuter, Pareci Novo, Nova Petrópolis, Picada Café, Presidente Lucena,

Santa Maria do Herval, Santa Tereza, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Vendelino, Vale Real , são comparáveis aos de países europeus.

Esses municípios registram por exemplo, a menor desigualdade social do País. Enquanto que no restante do País a pobreza (percentual da população que vive com menos de um terço do salário mínimo por mês) alcança 22%, nestes municípios o índice é de 4%, que se compara ao da Inglaterra.

O analfabetismo por sua vez, considerando o percentual da população com mais de 15 anos, é de 2,8% nestas cidades gaúchas (índice equiparado ao Canadá) e no restante do Brasil é de 13,6%.

A criminalidade também mostra diferenças. No ano passado, quinze destes municípios, não tiveram nenhuma morte violenta registrada.

A expectativa de vida é de 79,1 anos para 72,3 anos em outros lugares do país.

Em Caxias do Sul e Bento Gonçalves, o índice de jovens que chegam às Universidades alcança 40%.

A mortalidade infantil, considerados 1.000 nascimentos, é de sete nos municípios mencionados (taxa comparada a dos Estados Unidos) e de 27 em outros lugares do Brasil.

A taxa de desemprego é de 5%, comparada a da Suécia e 98% das residências possuem água encanada.

Uma série de importantes indústrias estão instaladas na região, como a DeellAno, a Miolo, a Marcopolo, que concentra 47% da produção nacional no ramo de ônibus, a Randon que fabrica metade das carrocerias do País e assim por diante.

A taxa de crescimento da população chegou a 40% em quinze anos, ou seja, duas vezes mais do que a brasileira e o PIB por sua vez, cresceu 4,2% ao ano, tendo o restante do Brasil registrado a metade disto.

O custo de vida em Carlos Barbosa por exemplo, é o mais baixo do País.

Senhor Presidente, a reportagem mostra que, os observadores apontaram a educação como o maior diferencial destes municípios, que teriam atingido os mais altos níveis de educação há muitas décadas.

Outros fatores também foram citados mas, a educação certamente é o carro chefe.

Fico muito orgulhoso destes cidadãos e cidadãs gaúchos que alcançaram excelente qualidade de vida mas, certo é que todos nós gostaríamos de ver o Brasil inteiro despontando com índices tão favoráveis quanto os aqui mencionados em relação a estas cidades.

O Brasil está crescendo e mudanças positivas estão sendo implementadas. Todos nós amamos o nosso País e nosso dever, enquanto parlamentares, é contribuir para que cada cidade, da menor a maior, possa atingir este nível de qualidade de vida.

Nossos projetos devem levar a nossa população os direitos por uma vida melhor. Sei que a minha gente gaúcha se sente feliz com esta conquista, mas também compartilha desse desejo de ver um Brasil promissor para todos.

Meus parabéns a cada uma de vocês, que anteriormente citei e obrigada por nos mostrarem que esse Brasil que nós queremos, é possível.

A Unipampa

Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, aproveito a abertura desta sessão e do meu pronunciamento para, primeiramente, agradecer ao Senador Cristovam Buarque por termos aprovado, hoje de manhã, de forma definitiva, a Unipampa, como eu chamava a Universidade da Campanha. V. Exª, inclusive, encaminhou requerimento de urgência para que ela venha diretamente ao plenário.

É um pleito antigo essa Universidade da Campanha. Eu tinha encaminhado um projeto autorizativo. Num segundo momento, conseguimos que o próprio Executivo, então, encaminhasse, e foi aprovado por unanimidade.

O Dia do Artista Gaúcho (Gildo de Freitas e Teixeirinha)

O Estado do Rio Grande do Sul comemorou ontem o Dia do Artista Gaúcho. A data é uma homenagem a Leovegildo José de Freitas (o Gildo de Freitas) e Vitor Mateus Teixeira (o Teixeirinha).

Gildo de Freitas faleceu em 4 de dezembro de 1982 e Teixeirinha em 4 de dezembro de 1985.

Teixeirinha, que gravou 65 LP e vendeu mais de 20 milhões de discos, nasceu em Rolante, no dia 3 de março de 1927. Aos seis anos, perdeu o pai e, aos nove, a mãe.

Órfão, foi morar com parentes, mas, como eles não tinham condições de sustentá-lo, resolveu sair pelo mundo trabalhando. Entre as suas profissões, foi vendedor de jornais e carregador de malas.

Aos 24 anos, Teixeirinha decidiu seguir carreira artística, cantando em rádios do interior.

Em 1959, gravou em São Paulo o seu primeiro disco. Mas foi o quarto trabalho de Teixeirinha que o conduziu ao sucesso nacional. Trazia a música *Coração de Luto*, que contava a história da morte de sua mãe.

O sucesso estourou em todo Brasil, atingindo uma venda superior a 1 milhão de cópias no ano de 1961, algo inédito na história da música popular brasileira.

Em 1966, Teixeirinha lançou o filme *Coração de Luto*, um sucesso de bilheteria. Iniciava-se aí uma vitoriosa carreira como ator e como produtor de filmes, com títulos como *Ela Tornou-se Freira* (1972) e *Carmem, a Cigana* (1976). Seus 12 filmes foram assistidos por cerca de 15 milhões de espectadores.

Há pouco tempo, a música Querência Amada, de sua autoria, foi eleita o Hino Popular do Rio Grande do Sul em uma votação entre os ouvintes de uma rádio.

Senhor presidente, Gildo de Freitas foi o maior trovador/repentista do meu Estado. Trabalhou em diversas profissões, mas era a rigor um trovador e cantador popular.

Na segunda metade dos anos 40 começa a sua fama de trovador nos programas de rádio ao vivo em Porto Alegre. Corta o interior do Rio Grande do Sul com suas apresentações.

Conhece (1950) Getúlio Vargas e entra em sua campanha política. Em 1963 viaja para São Paulo onde grava seu primeiro disco. Após o golpe de 1964 é convidado a prestar depoimento sobre suas ligações com o Trabalhismo. Em 1970, Jango o convida para viver no Uruguai e ele não aceita. Ele era um grande amigo de Leonel Brizola.

O patrono dos trovadores gaúchos gravou 15 discos e deixou uma imensa legião de seguidores e admiradores.

Dentre as suas composições eu gosto muito de "Percorrendo o Rio Grande"

Ô milonga galponeira
já que tu tens qualidade
vai dar uma volta ao mundo
no Brasil da liberdade

Vai por mim lá no Rio Grande
terra de hospitalidade
entra no Rio Grande Amado
e vai matar minha saudade

Percorre bem meu Rio Grande
leva bastante alegria
em Alegrete, Rosário
São Borja, Santa Maria

São Gabriel, Dom Pedrito
Soledade e Vacaria
Novo Hamburgo e Porto Alegre
São Leopoldo e Caxias

Santana do Livramento
Jaguarão e Itaqui
Camaquã e Montenegro
São Francisco e Jaguari

Viamão e Santo Antônio
Taquara, Gravataí
Portão, Rincão do Cascalho
e São Sebastião do Caí

Milonga chega nas praias
em Torres, Tramandaí
no Pinhal e na Cidreira
Palmares, Capivari

Dá uma chegada em Pelotas
Rio Grande, Piratini
vai a Pinheiro Machado,
Cachoeira e Cacequi

São Sepé e Caçapava
Lavras, Bagé e Três Passos

vai levar a esta gente
meu grande e sincero abraço
e diga a todos que agarrem
um punhal de puro aço
cortem o meu coração
e cada um leve um pedaço.

O encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul já pariu grandes homens públicos.

Falei aqui de João Goulart, mas posso citar Pinheiro Machado, Getúlio Vargas, Leonel Brizola, Júlio de Castilhos, Flores da Cunha, Raul Pila, Gaspar Silveira Martins, e tantos outros que souberam com afinco defender as causas do Estado.

Eu fiz esta pequena introdução para dizer que ontem, eu estive, juntamente com os senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, reunido no Palácio do Planalto com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, e o Ministro das Relações Institucionais, José Múcio.

A pauta como não poderia deixar de ser foi a crise financeira do Rio Grande do Sul.

Como eu disse logo na saída para os jornalistas que estavam cobrindo o encontro "creio que agora os bons ventos poderão chegar ao Sul".

Lembrei a eles que estes bons ventos vem ao encontro de uma proposta que eu entreguei, no final de abril, ao Presidente Lula, numa reunião da bancada petista que tivemos na residência do Senador Eduardo Suplicy, aqui em Brasília.

Muitos diziam que este era apenas um sonho do Paim. Este sonho não é só do Paim. Este sonho é de todos nós. E ele pode se tornar realidade.

Senhor Presidente, ontem, o Presidente Lula afirmou que quer fazer um pacto com todos os gaúchos e gaúchas para tirar o estado da crise financeira. É exatamente o que todos nós queremos.

Naquele momento eu fiquei convicto que na terra da heróica Revolução dos Farrapos não há mais divisão entre maragatos e chimangos.

Ele está sensível aos pleitos do estado como o ressarcimento pendentes por conta de investimentos feitos em estradas federais, a dívida que a União possui com a CEEE, entre outras.

Senhor Presidente, para tanto, ele determinou a realização de um grande encontro com representantes do Governo, Assembléia Legislativa, Fiergs, Federasul, Farsul, Famurs, AGM, e o movimento sindical de trabalhadores.

No próprio documento que a ele entregamos em abril, já citávamos que essas entidades deveriam participar do entendimento.

Acredito que estamos no caminho certo e que vai desaguar numa saída para a crise do estado. Está claro a posição do Presidente Lula em querer ajudar a gente do Sul do Brasil.

Ainda hoje, eu estarei entregando à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, um documento que me foi encaminhado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Frederico Antunes, e que foi elaborado pelas forças vivas da querência de Bento Gonçalves e dos legendários lanceiros negros.

Este documento contem uma radiografia da situação econômica do estado. E será de grande valia para que o Presidente Lula saiba detalhadamente porque os riograndenses estão fazendo todo este movimento em busca de soluções.

Na próxima semana a Ministra Dilma estará na Assembléia Legislativa, reunida com as principais lideranças gaúchas, as mesma que assinam o documento.

Mas, Senhor Presidente, quero cumprimentar o Senador Pedro Simon pela emocionante retrospectiva que ele fez para o Presidente Lula sobre a situação do Rio Grande e o desprezo que o Poder Central tem para com o nosso estado, antes e depois da Revolução Farroupilha. Confesso aos senhores que a emoção do Senador Simon contagiou a todos nós.

Naquele momento eu fiquei convicto que na terra da heróica Revolução dos Farrapos não há mais divisão entre maragatos e chimangos. Os lenços vermelhos e brancos estão entrelaçados em defesa dos homens e mulheres do sul.

Os senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi disseram que se o Presidente Lula atender as reivindicações dos gaúchos, ele Lula, com certeza, fará pelo Estado do Rio Grande do Sul mais do que fizeram juntos, os seis gaúchos (Hermes da Fonseca, Getúlio Vargas, João Goulart, Costa e Silva, Emilio Médici e Ernesto Geisel), que foram presidentes da República.

Senhor Presidente, se construirmos essa unidade estaremos respaldados pelo hino riograndense que diz: sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra, sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra.

Os 54 anos da morte do Presidente Getúlio Vargas

Na semana passada, aqui desta tribuna, vários senadores lembraram os 54 anos da morte do Presidente Getúlio Vargas. Mesmo estando no interior do Rio Grande do Sul, onde cumpri uma extensa agenda por mais de 25 municípios, fui informado que o Senador Paulo Duque fez, como sempre, uma brilhante exposição.

Senhor Presidente, mesmo que rapidamente, eu não poderia deixar de fazer um registro sobre os 54 anos do suicídio de Vargas, ocorrido no dia 24 de agosto de 1954.

A época eu estava com quatro anos, e me lembro como se fosse hoje do meu velho pai chorando. E pelas ondas da ZYF-3, Rádio Caxias do Sul, escutei o Dante Andreis noticiar o ocorrido.

Para a minha família foi uma tragédia. Tanto o meu pai como os meus tios eram getulistas dos "quatros costados" – como os gaúchos costumam falar.

Esse momento da minha vida está reportado no meu livro de memórias *O rufar dos Tambores*, lançado em 2006.

Com toda certeza Vargas foi o maior Presidente que este País já teve. Quando ele assumiu a chefia da Nação, pela primeira vez, em 1930, o Brasil era um país essencialmente agrícola.

Em 1954, "ao deixar a vida para entrar na História", nos legou um País moderno.

É de sua lavra a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia do vale do Rio Doce, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), a Petrobras, a Eletrobrás.

O Ministério do Trabalho foi criado, e em pouco tempo as relações trabalhistas sofreram profundas mudanças.

O Brasil conheceu a Justiça do Trabalho e a Previdência Social. Surgiram os sindicatos de patrões e empregados. Nasce também a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o salário-mínimo, as férias anuais, o descanso semanal remunerado e a carteira de trabalho. Tudo isso, senhoras e senhores senadores, são crias do velho Getúlio.

Sempre quando tenho oportunidade digo que a obra realizada por Vargas teve bons alicerces e por isso ela resiste.

Getúlio Vargas é daqueles homens que nunca morrem, pois seus idéias estarão sempre vivos".

Mas Senhor Presidente, aproveitando, quero parabenizar o Deputado Arnaldo Jardim (PPS – SP) que apresentou na quarta-feira, dia 20 de agosto, na Câmara dos Deputados seu substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.987/07, do Deputado Cândido Vaccarezza (PT – SP), que reorganiza a legislação trabalhista. O substitutivo tem 907 artigos, consolida 62 diplomas legais, declara outros 16 não recepcionados pela Constituição vigente; declara já terem sido revogados outros 212 (dos quais 10 apenas parcialmente); e revoga formalmente 237 diplomas legais, sendo 214 em sua totalidade e 23 em parte. Em um projeto de tamanha importância para a classe trabalhadora devemos ter um estudo minucioso para não suprimir direitos conquistados ao longo dos anos, por isso já iniciamos uma avaliação detalhada quanto à parte material e processual do substitutivo. Em uma primeira olhada, verifiquei que o parecer está em consonância com as atuais reivindicações trabalhistas, tanto que contempla o Projeto de Lei nº 294/2008 que apresentei no Senado Federal, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade. Vamos seguir com a nossa analise.

Os trabalhos desenvolvidos em 2007

Estamos no findar dos trabalhos legislativos de 2007. O ano que passou foi desgastante para todos nós, mas ao mesmo tempo produtivo. Por isso no meu pronunciamento de hoje vou fazer um pequeno balanço das minhas atividades aqui no Senado Federal.

Alargamos o nosso relacionamento com as prefeituras municipais e câmaras de vereadores, prestando todas as informações solicitadas para a obtenção de recursos federais, além de acompanharmos os projetos por elas apresentados ao Poder Executivo.

Mantivemos os mesmos critérios adotados para a indicação de emendas. Ou seja, continuamos dar prioridade para aqueles municípios que ainda não foram contemplados. Para aqueles municípios que possuem menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); e para aquelas administrações que adotem de fato o corte das diferenças, ou seja, tenham políticas públicas para as pessoas com deficiência, idosos, crianças, desempregados, índios, política para as mulheres, e que combatam todo o tipo de preconceito. No exercício deste ano foram priorizadas 78 prefeituras com indicação de

emendas individuais em diversas áreas do Orçamento. A distribuição dessas emendas ficou da seguinte maneira:

Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2008: sete emendas apresentadas. Proteção Social ao Idoso; Expansão rede escolas profissionalizantes; Construção Ponte Rio Guaíba; Promoção e ações de inclusão Social – Cantando as diferenças; Controle de resíduos da bacia do rio dos Sinos; reajuste do salário mínimo; e prioridade de metas para ações de igualdade racial. Foi aprovada no anexo das metas da LDO prioridade para a UERGS. Apresentamos uma emenda na bancada.

Para o Plano Plurianual 2008. Apresentamos dez emendas individuais e oito emendas de comissão, e que passo a citar:

Individuais: recuperação da bacia do rio dos Sinos; modernização e manutenção das escolas profissionalizantes; proteção social especial à pessoa idosa; Estruturação da rede de educação básica e fundamental; construção da ponte sobre o rio Guaíba; políticas de atenção à saúde da pessoa negra; quadras esportivas em comunidades quilombolas; aeroporto de Santana do Livramento; UERGS; órteses e próteses para população de baixa renda.

Emendas de Comissões: CAS – políticas de atenção à saúde da pessoa negra; órteses e próteses para população de baixa renda; CDH – divulgação e preservação da cultura indígena; capacitação de cuidadores de idosos – ILP; CE – Universidades Estaduais – manutenção e modernização; escolas profissionalizantes – manutenção e modernização; esporte recreativo e de lazer para comunidades quilombolas; CRA – aquisição de Patrulha Agrícola.

Na Lei Orçamentária Anual 2008. Apresentamos 14 emendas individuais que irão atender 80 prefeituras gaúchas, 18 emendas de Comissão e uma emenda de bancada. São elas:

Individuais. Proteção Social Básica – R$400 mil; Quadra esportiva educacional – R$300 mil; Escola de Ensino Médio – R$100 mil; Infra-Estrutura urbana – R$200 mil; Desenvolvimento da Agricultura – R$2,8 milhões; Projetos territórios rurais – R$100 mil Implantação Memorial Lanceiros Negros – R$100 mil; proteção Social Especializada – R$ 150mil; Recursos para Saúde Básica (Postos de saúde, Programa de Saúde da Família) – R$1 milhão; Estruturação Saúde hospitalar – R$100 mil; Desenvolvimento do Turismo – R$1,8 milhão; Cadeia produtiva pesqueira – R$100 mil; Acesso aqüaviário – R$150 mil; Esporte e lazer – R$700 mil.

Comissão. CAS – Atenção à saúde da pessoa negra – R$50 milhões; Estruturação rede de atenção ao idoso – R$100 milhões; CDH – Implantação de Conselhos de PCD – R$50 milhões (aprovado R$300 milhões); Combate trabalho infantil – R$50 milhões; Atendimento a mulheres em situação de violência – R$40 milhões; Apoio iniciativas da igualdade racial – R$100 milhões (aprovado R$300 milhões); CDH – Prevenção e combate à homofobia – R$40 milhões; Implantação de Centros Integrados de enfrentamento violência contra o idoso – R$50 milhões; CE – Fomento da Educação Profissional – R$200 milhões (aprovado R$300 milhões); Expansão rede profissional e tecnológica – R$50 milhões; Promoção de acessibilidade na educação especial – R$50 milhões; Reestruturação educação básica pública – R$100 milhões (aprovado R$ 800 milhões); Desenvolvimento Educação Quilombola – R$50 milhões; Universidade Estadual – R$100 milhões; CRA – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – R$60 milhões; Recuperação bacia do rio dos Sinos – R$300 milhões; Desenvolvi-

mento cadeia produtiva da Pesca – R$50 milhões; Desenvolvimento aqüicultura – R$ 100 milhões (aprovado 100 milhões).

Emenda de bancada: UERGS – 15 milhões (aprovado R$15 milhões).

Senhor Presidente, nas minhas conversas com prefeitos e vereadores e nas andanças nos mais longínquos rincões, não só do meu Estado, mas de outros cantos do país, pude perceber claramente a necessidade de um novo pacto federativo...

...Uma nova modalidade de relacionamento entre União, estados e municípios. Onde prevaleça efetivamente a igualdade na distribuição de recursos e principalmente que os administradores regionais e locais atuem com responsabilidade social.

Tenho dialogado com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Sem titubear empenhei a minha palavra em defesa de todas as reivindicações dos munícipes, como, por exemplo, na elevação de 22,5% para 23,5% dos tributos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Quando finalizei o relatório da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo recomendei que o Congresso Nacional aprovasse a PEC nº 285/2005, por entender que é uma justa causa dos municípios brasileiros.

Senhoras e Senhores, o Rio Grande do Sul atravessa uma séria crise financeira. Sabemos que isso não é de agora. E sabemos também que o estado só vai sair destas águas bravias e ancorar num porto seguro se todas as forças vivas da sociedade se juntarem para buscar soluções.

Em abril, em nome dos três senadores gaúchos, entregamos ao Presidente Luiz Inácio Lula das Silva, uma carta contendo algumas iniciativas para ajudar a tirar o estado deste verdadeiro atoleiro financeiro.

Sugerimos ao presidente Lula que ouvisse o Governo gaúcho, a Assembléia Legislativa, os as entidades empresariais e o movimento sindical de trabalhadores. Na semana passada, a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, esteve lá no estado dialogando com esses atores.

O Rio Grande do Sul possui uma série de reivindicações junto ao Governo Federal. O ressarcimento de R$2 bilhões por conta de investimentos feitos em estradas federais, as perdas de Lei Kandir, estimadas em R$3,2 bilhões, a dívida que a União possui com a CEEE, entre outras.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está empenhado nessa luta e, inclusive disse publicamente que quer um grande pacto de todos os gaúchos para sanar as dificuldades enfrentadas pelo estado.

Creio que os bons vento já estão chegando no Rio Grande do Sul. O Governo Federal deu aval para empréstimo do Banco Mundial ao Rio Grande do Sul – Os recursos provenientes dessa economia servirão, segundo o secretário da Fazenda, Aod Cunha, para auxiliar na redução do déficit do Estado e aumentar os investimentos.

A expectativa é de que o financiamento seja liberado em maio de 2008. O Estado terá 20 anos para pagar o empréstimo com juros menores. O financiamento de US$1 bilhão para a reestruturação da dívida é inédito no Brasil e será o maior volume individual repassado pelo Banco Mundial a um Estado subnacional.

Nesta semana chega a Comissão de Economia do Senado a Mensagem Presidencial dando o aval necessário para o empréstimo. Já solicitei ao Senador Aloísio Mercadante que priorize a sua votação. A senadora pelo Mato Grosso, Serys Sechalengo, gaúcha de Cruz Alta, deverá ser a relatora.

Mas, Senhor Presidente, Além de executarmos o nosso papel na defesa dos interesses do Rio Grande, tivemos também a oportunidade de realizarmos diversas iniciativas legislativas para o desenvolvimento social e econômico do estado e do país. Apresentamos 46 projetos de lei (PLS). Destaco neste sentido a criação da Sudesul, o Fat Rural, as ZPE do vale dos Sinos e região norte do RS, regulamentação da profissão de comerciário, e a Universidade do Mercosul.

É importante destacar que na semana passada o Poder Executivo encaminhou projeto para a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

Foram 28 requerimentos (RQS), um projeto de decreto legislativo (PDS), quatro propostas de emenda à Constituição (PEC), relatamos oito projetos do Senado e quatro oriundos da Câmara.

Aprovamos 14 projetos em 2007 e, já encaminhados a Câmara dos Deputados. São eles:

PLS nº 1/07 – Cria a Escola Técnica Federal de Erechim (RS).

PLS nº 64/07 – Cria a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari (RS).

PLS nº 143/07 – Cria a Escola Técnica Federal de Porto Alegre.

PLS nº 215/07 – Cria a Universidade Federal da Região das Missões no Rio Grande do Sul.

PLS nº 225/07 – Institui o ano de 2008 como "Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa".

PLS nº 256/07 – Cria a Escola Técnica Federal de Gravataí (RS).

PLS nº 126/06 – Dispõe sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação.

PLS nº 286/06 – Institui o Dia Nacional de reflexão do "Cantando as Diferenças".

PLS nº 127/05 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio.

PLS nº 351/04 – Altera a Lei nº 9.998, de 17-8-2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos 30% dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação.

PLS nº 39/03 – Cria o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (FUNDAP).

PLS nº 178/03 – Modifica dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PLS nº 298/03 – Dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

PLS nº 609/07 – Cria a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Rio Grande (RS).

Não posso deixar de fazer um rápido comentário sobre dois projeto do Executivo, que tivemos a honra de relatar.

O primeiro criou a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Essa universidade já está impulsionando o desenvolvimento da região de Bagé e demais cidades que possuem campus como Alegrete, Rosário, São Gabriel e Dom Pedrito.

Já o PLC nº 97/97 cria a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. A medida vai propiciar melhores condições para a instituição seguir ampliando e diversificando suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, inclusive com a oferta de cinco novos cursos que são os de Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Licenciatura em Ciências Biológicas", ressaltou o senador Paim.

Senhor Presidente, quando chegamos a esta Casa com o apoio de mais de dois milhões de votos, sabíamos que a tarefa seria árdua.

Estimulados por aqueles que acreditam em nosso trabalho não desistimos nunca, sempre com a certeza de que estamos ajudando a construir um estado e um País melhor para todos.

Várias foram as ações. Mas há algumas que marcaram como a questão do Aerus, o biodiesel, zoneamento agrícola, periculosidade dos carteiros, setor calçadista, ligação asfáltica entre os municípios, o reconhecimento das centrais sindicais, Kepler Weber, Brasken/Petrobras/Ultra, Proágua, entre outros.

Senhoras e Senhores Senadores, entendo que para mim está sendo um grande desafio presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Sei que o caminho que estamos traçando só é possível graças ao empenho de todos os senadores que compõem a CDH. Minha eterna gratidão a todos os queridos colegas e funcionários.

Durante o decorrer do ano, foram realizadas 58 reuniões, das quais 37 eram audiências públicas, 19 reuniões deliberativas para a análise de projetos em tramitação ou apresentados na comissão, e dois encontros foram dedicados à votação de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

As audiências públicas tiveram ampla participação da sociedade organizada. Tratamos de diversos temas e, que passo a citar alguns: violência urbana, preconceito e racismo, sistema prisional, idosos, pessoas com deficiência, meio ambiente, direitos indígenas, previdência social, trabalho escravo, estrutura sindical, entre outros.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência/Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

O motivo que me traz a essa tribuna, em 1º lugar é um motivo de alegria:

No dia 9 de julho último foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e, algo importante a se destacar, este foi um processo bastante rápido. O Congresso está de parabéns por isso.

A promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência é um compromisso que o País assume de adequar sua legislação com os princípios internacionais sobre o tema "pessoa com deficiência".

Pela minha avaliação, o Estatuto da Pessoa com Deficiência está em plena consonância com a convenção.

Foi um brilhante trabalho, devo destacar, o substitutivo elaborado pelo relator, o grande Senador Flávio Arns, especialista neste assunto.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi aprovado por unanimidade no Senado e seguiu para a Câmara onde encontra o Estatuto que lá tramitava em paralelo, numa comissão especial, criada especialmente para analisá-lo.

Os dois Estatutos foram então apensados e foi praticamente quando o texto da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi aprovado em Nova Yorque e os países começaram a ratificá-la.

Ratificando-a, o Brasil assumiu o compromisso de modernizar a legislação, de modo a colocá-la em acordo com princípios internacionais de promoção de direitos das pessoas com deficiência.

Pois bem, a proposta de modernização e adequação está aí, é o estatuto, e as pessoas com deficiência o aguardam!

Senhor Presidente, com toda a certeza, o tema mais recorrente que recebo em meu gabinete, através de *e-mails* de pessoas com deficiência é sobre o trabalho, seja sobre cotas nas empresas, seja sobre cotas no serviço público. Isso, para mim, revela o interesse que as pessoas com deficiência tem com sua autonomia e inclusão no mundo produtivo.

"INCLUSÃO", essa é a palavra-chave, é o que há de mais fundamental nas discussões das pessoas com deficiência , onde essas devem assumir o papel principal de suas histórias. O Brasil, ao ratificar a Convenção, assume este compromisso.

Segundo palavras de Luisa Russo, presidente do Instituto Paradigma, em entrevista concedida ao Responsabilidade Social. com, "Outro grande desafio para a inclusão dessas pessoas está na baixa escolaridade, que resulta na baixa qualificação para o trabalho"

Dados do Ministério da Educação revelam que, em 2006, dos 33 milhões de brasileiros matriculados no ensino fundamental, apenas 2% tinham alguma deficiência...

No ensino médio, de nove milhões de alunos, a parcela de pessoas com deficiência cai ainda mais, para apenas 0,13%, e no ensino superior, de quatro milhões de estudantes, 0,12% têm deficiência.

Eis aí uma clara demonstração de que a inclusão ainda não é uma prática no nosso País. Luiza Russo diz ainda que: "A questão da contratação das pessoas com deficiência pelas empresas, em relação ao cumprimento da lei de cotas, é uma ação afirmativa de reparação de um direito, até então cerceado às pessoas com deficiência, de poderem concorrer e obter um emprego. É claro que essa medida, no cenário que nos encontramos hoje, da baixa qualificação profissional e educacional dessa população, causa uma série de desconfortos e idiossincrasias, como a cobrança do estado pelo cumprimento da lei e a fragilidade das políticas públicas no atendimento educacional dessa população bastante numerosa, de quase 26 milhões de brasileiros; a busca de soluções pouco sustentáveis de cursos rápidos, e muitas vezes promovidos pelas empresas e ONG, de qualificação para jovens e adultos com deficiência sem visão de longo prazo de resgate de escolaridade que promove o acesso ao emprego em funções sempre operacionais e sem mobilidade de carreira nesse primeiro momento; a generalização do processo de inclusão econômica também contribuindo para a construção de um novo estereótipo da pessoa com deficiência onde algumas empresas recebem e tutelam o futuro e a carreira das pessoas com deficiência; o mercado aquecido para contratações gerando oportunismos dos dois lados (empregador e empregado").

"INCLUSÃO", essa é a palavra-chave, é o que há de mais fundamental nas discussões das pessoas com deficiência.

Luiza Russo, aqui, levanta uma questão crucial para a inclusão, uma questão que está entre o trabalho e a educação e passa pela qualificação e a formação profissional. Aí está um dos nossos principais desafios.

É preciso que se estabeleçam políticas consistentes de inclusão educacional.

Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência traz uma seção que trata da educação superior, ou seja, do acesso, da continuidade e da formação superior da pessoa com deficiência... Isso mediante estabelecimento de cotas nos vestibulares, da adaptação de provas e de currículos, permitindo que as pessoas com deficiência sejam avaliadas e que possam concluir o ensino superior, assim como prevê o parágrafo único do artigo 44.

Parágrafo único. Considera-se adequação curricular todos os meios utilizados pela Instituição de Ensino para permitir que o aluno com deficiência tenha acesso garantido ao conteúdo da disciplina, inclusive mediante a utilização de recursos tecnológicos, humanos e avaliação diferenciada que possibilite o conhecimento necessário para o exercício da profissão, garantindo a conclusão do ensino superior.

Senhor Presidente, quero aqui, fazer um chamado para toda a sociedade, para as entidades de pessoas com deficiência, para as pessoas com deficiência e para o Congresso: vamos ao debate, vamos votar o Estatuto, e pensem comigo, que bonito seria se conseguíssemos comemorar a sanção presidencial do Estatuto até o dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial (PEC nº 75/2003)

Na próxima segunda-feira (11 de fevereiro), as centrais sindicais de trabalhadores (CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CGT) realizarão na cidade de São Paulo, um ato a favor da redução da jornada de trabalho, das atuais 44 horas semanais para 40 horas, sem redução salarial.

Será uma manifestação de rua, mais especificamente na Praça Ramos de Azevedo, defronte ao Teatro Municipal, onde será instalado postos de coleta de assinaturas favoráveis a redução da carga horária de trabalho no Brasil.

A redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, é uma antiga reivindicação do movimento sindical brasileiro, que mais uma vez se mostra consciente da sua função de lutar por um país mais justo e solidário.

Acredito, Senhor Presidente, que o nosso País está maduro suficiente para implantar esta medida.

Desde 1995, em parceria com o então deputado federal e, agora senador, Inácio Arruda, defendo esta idéia como forma de geração de novos postos de trabalho.

A PEC nº 75/2003, de nossa autoria, tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), desta Casa, e tem como relator o Senador Marcelo Crivella.

Aproveito e faço um apelo ao presidente da CCJ, Senador Marco Maciel, para que coloque a proposta em pauta.

Senhoras e senhores, existem várias pesquisas sobre a redução da jornada de trabalho como forma imediata para a criação de novos empregos, para uma melhor distribuição de renda e, conseqüentemente na melhoria das condições de vida do nosso povo.

Conforme o Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), a redução de jornada, geraria de imediato cerca de três milhões de novos postos de trabalho.

Num segundo momento com a redução para 36 horas semanais seriam criados aproximadamente seis milhões de empregos e a redução para 30 horas, cerca de 10 milhões.

É claro que para potencializar a geração de novos postos de trabalho, a redução da jornada de trabalho deve vir acompanhada de medidas como o fim das horas extras e uma nova regulamentação do banco de horas.

A experiência da redução de jornada de 39 horas semanais para 35 horas foi feita na França pelo Governo de Lionel Jospin (1997- 2002).

Foram criados um milhão de empregos.

O exemplo francês trouxe benefícios, pois além da geração de mais empregos, foi capaz de reduzir os custos das empresas por meio da diminuição de contribuições.

É preciso que todos entendam que a redução de jornada só representará uma vitória se for fruto do entendimento, entre empregados, empregadores e governo, pois o País decente que queremos, está baseado na humanização das relações de trabalho, onde todos podem sair vencedores.

O empresariado brasileiro necessita de incentivos para a produção e redução de custos, enquanto que os empregados, que são a força viva do trabalho, necessitam de uma participação maior no sistema para ter uma vida digna.

É certo que teremos avanços. As empresas se capitalizaram mais e, obviamente, investiram mais em postos de trabalho.

É bom enfatizar que com a redução da jornada teremos menos acidentes de trabalho. Os trabalhadores poderão se preparar mais para conviver com as novas tecnologias.

Eles também terão um tempo maior para ficar com seus familiares. E ainda, estaremos fortalecendo o ciclo natural da economia, incrementando assim, o mercado interno.

O objetivo principal desta discussão é fazer com que representantes do Executivo, Legislativo, empresários e trabalhadores encontrem, juntos, alternativas que contemplem as aspirações do conjunto da sociedade para que tenhamos um Brasil melhor para todos. É importante lembrar que quanto mais pessoas estiverem trabalhando, mais a Previdência será beneficiada, garantindo um salário decente para os aposentados.

A situação do setor vinícola brasileiro

Gostaria de chamar novamente a atenção de todos para a delicada situação pela qual passa a vitivinicultura nacional.

No mês passado representantes da indústria vinícola estiveram em audiência com o então Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, expondo as dificuldades do setor e solicitando a revogação das novas regras para o Imposto sobre Produtos Industrializados.

Diante do insistente pedido, e sensibilizado frente às dificuldades das indústrias, foi publicado, em 31 de julho, o Decreto nº 6.520, que traz a possibilidade de reenquadramento dos produtos até o mês de setembro.

A preocupação agora é com a venda dos mais de 100 milhões de litros de vinho que estão acumulados e prontos para a comercialização.

Segundo o Senhor Darci Dani, secretário-executivo da Associação Gaúcha de Vinicultores (AGAVI), "vai sobrar uva nas parreiras".

O desequilíbrio entre a demanda interna e o crescimento do setor vem tirando o sono dos representantes das vinícolas brasileiras.

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, com o intuito de minimizar a drástica situação de comercialização do vinho gaúcho, negociou 99,73% dos lotes de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) realizado no último dia 30.

A medida objetivou incentivar o escoamento de quatro milhões de litros de vinho.

O resultado foi tão positivo que a Companhia deve divulgar um novo edital de mais quatro milhões de litros.

Segundo informações da Conab os interessados em obter a subvenção econômica oferecida pelo governo terão que adquirir o produto diretamente de produtores do Rio Grande do Sul e escoar para regiões fora do Nordeste, Sul e Sudeste.

Quero elogiar a boa intenção do Governo, mas as dificuldades enfrentadas ainda são muito grandes, em especial quanto à alta carga tributária.

O Estado do Rio Grande do Sul tem cerca de 500 vinícolas em atividade e o cultivo da uva é baseado na agricultura familiar.

Minha preocupação é com toda a economia da região, pois o Estado do Rio Grande do Sul produz 90% do vinho nacional.

Enquanto a tributação do vinho nos países vizinhos ao Brasil varia em torno de 20% o vinho nacional sofre com valores que superam os 50%.

Não há setor que resista tamanha tributação.

A comercialização de vinhos finos nacionais tem diminuído a cada ano, enquanto que a de importados tem aumentado.

O brasileiro consome, atualmente, 75% de vinhos importados contra 25% do vinho nacional.

Por outro lado, o consumo inferior a dois litros de vinho por pessoa/ano é muito baixo e continua bem distante dos 40 litros por ano dos argentinos ou dos 60 litros por ano dos franceses.

O brasileiro consome pouco vinho de fabricação nacional em comparação a outros países, apesar da excelente qualidade do produto brasileiro!

Essa, inclusive, foi uma das questões levantadas pelos produtores de vinho brasileiro na Audiência Pública que foi realizada ontem, na Câmara.

Os produtores fizeram um alerta para o fato de que é bastante provável que a próxima safra não seja absorvida pelo mercado.

Eles pedem que a alíquota do IPI seja reduzida de 10 para 5% e a uniformização das alíquotas de ICMS em torno de 12%. Enfatizaram a diferença da carga tributária que sofrem no país, incidente sobre o vinho, com a dos países das Europa.

Duas outras questões também foram apontadas por eles. O presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Viticultura, Hermes Zaneti, alertou sobre o contrabando que, segundo ele, chega a alcançar 15 milhões de litros de vinho por ano que entram no Brasil de forma ilegal e, outro problema, é a concorrência de produtos derivados da uva e do vinho, como sangrias e coquetéis. Os produtores de vinho dizem que esses produtos são bem comuns na mesa dos brasileiros, mas reclamam afirmando que eles têm autorização precária do Ministério da Agricultura, que não estariam em conformidade legal.

O Ministério informou que deu prazo às empresas até o dia 7 (amanhã), para se adequarem e que se não o fizerem, terão que mudar a composição de suas sangrias e coquetéis.

Bem, fato é, Senhor Presidente, que nossos vinhos e espumantes são de excelente qualidade e não param de conquistar prêmios no mundo todo.

Somente este ano trouxemos inúmeras premiações de diversos países.

No último concurso realizado na França, nos dias 18 e 19 de julho, a Espumante Moscatel apresentada pela União de Vinhos do Rio Grande recebeu medalha de ouro enquanto que os espumantes da Cooperativa Vinícola Aurora, da Casa Valduga e da Sociedade de Bebidas Panizzon, receberam medalhas de prata.

Nos Estados Unidos, em concurso realizado em São Francisco, também no mês de julho, os vinhos e espumantes brasileiros trouxeram nada mais que 17 premiações.

Não restam dúvidas que o produto nacional não deixa nada a desejar entre os melhores do mundo. Somente este ano o setor trouxe prêmios da Grécia, França, Inglaterra, Bélgica, Itália e Espanha.

Conquistamos 1,2 mil medalhas em concursos internacionais nos últimos cinco anos.

O número de premiações em concursos internacionais de vinhos não pára de crescer.

Onde quer que nossos produtos estejam presentes, trazemos medalhas, projetando no mercado internacional o nome do Rio Grande do Sul e a qualidade de nossas vinícolas.

Senhor Presidente, faço um apelo aos órgãos do Governo Federal para que olhem com mais atenção para o setor, principalmente em relação à questão tributária e aos acordos internacionais que tem fomentado uma concorrência desleal com o produto nacional.

A cada brinde com vinhos e espumantes brasileiros estamos contribuindo para a geração de mais empregos e para o fortalecimento do setor.

Esse é o nosso vinho Senhoras e Senhores Senadores. Vinho de qualidade inegável que conquista prêmios máximos fora de seu país e cujo sabor faz com que os estrangeiros se rendam a ele. Temos de colocar essa maravilha ao alcance do bolso dos brasileiros também!

A aprovação do empréstimo de US$ 1,1 bilhão para o Estado do Rio Grande do Sul

Na semana passada recebi mensagem de Sua Excelência a Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Senhora Yeda Crusius, agradecendo o empenho deste senador e também de toda a bancada gaúcha, pela consolidação do empréstimo de 1,1 bilhão de dólares (ou 1,7 bilhão de reais) junto ao Banco Mundial.

Esse empréstimo foi aprovado pelo conselho do banco na quinta-feira passada, dia 31, e será usado para quitar parte das dívidas que o Estado possui com a União.

Em contrapartida, o estado apresentou medidas que foram aceitas pelo banco: manter o programa de redução de gastos de custeio, resultados da capitalização do Banrisul e criação de fundos previdenciários.

Senhor Presidente, esta operação é considerada a maior já autorizada a um Estado na história do BIRD.

O dinheiro, senhoras e senhores, virá em duas parcelas: US$650 milhões em agosto e US$450 milhões em março de 2010.

O governo gaúcho deixará para trás parte de uma dívida com juros de 12% a 18% ao ano e assumirá outra de prazo longo, de 30 anos, com taxas na casa de 3% ao ano.

Em todo o processo de discussão e negociação para a concretização do empréstimo foi fundamental o espírito público de todos os senadores e deputados gaúchos que souberam deixar de lado as suas diferenças ideológicas para o bem do nosso Estado.

E é com esta felicidade, vamos dizer assim, e com a consciência tranqüila de ter feito o melhor para minha terra, que relembro e leio uma manchete de um importante jornal do País que foi publicada no dia 6 de junho de 2005:

Na ponta da lança e dos cascos. Congressistas do Rio Grande do Sul superam diferenças partidárias para garantir aprovação de projetos em prol do Estado.

A situação dos aposentados e pensionistas brasileiros

Nas últimas semanas tivemos a oportunidade de estar mais perto de nossa gente. E o que vimos foi aquilo que estamos cansados de saber: nossos aposentados estão desesperados.

Sim, senhoras e senhores, essa é a palavra: desesperados.

São milhões de homens e mulheres que temem ver cada vez mais seus recursos diminuídos.

Nos lugares onde estivemos as perguntas eram sempre as mesmas: "quando o fator previdenciário será extinto?"; "quando nossas aposentadorias serão reajustadas?"; "teremos reajustes compatíveis aos do salário mínimo?".

Se cada um de nós, aposentados e trabalhadores, fizermos nossa parte, certamente o Brasil vai se tornar um País melhor para todos.

Vimos, senhoras e senhores senadores, que cada um dos aposentados e dos trabalhadores que me procuravam tinham a esperança de respostas positivas a essas questões.

O fato de esta Casa ter aprovado nosso PLS nº 296/03 que acaba com o fator previdenciário e a emenda que apresentamos ao PLC nº 42/07 que concede às aposentadorias o mesmo percentual de reajuste dado ao mínimo, lhes dão a certeza de que algo pode ser feito para alterar suas situações.

E essa esperança passa uma certeza: a de que essas pessoas não desistirão de cobrar seus direitos.

Nossos aposentados e pensionistas deixarão bem claro que eles também decidem na hora das urnas.

Senhor Presidente, estamos aliados a essas pessoas e também aos nossos trabalhadores. Já mostramos isso.

Agora nossa gente espera que nossos colegas da Câmara dos Deputados mostrem que também estão aqui no Congresso para defender os interesses de nossa gente.

Senhor Presidente, recentemente o Presidente Lula nos surpreendeu positivamente. Disse aos brasileiros que era hora de fazer pressão para cobrar seus direitos.

E é isso que os trabalhadores, os aposentados e os pensionistas brasileiros devem fazer: pressionar para que o fim do fator previdenciário seja aprovado.

Pressionar para que as aposentadorias e pensões tenham o mesmo reajuste do salário mínimo.

Esses são temas que não esquecemos.

Estamos, todos, acompanhando as votações dessas matérias tal como o ditado popular que diz "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura".

Por maior que seja o rochedo, temos certeza de que conseguiremos atravessá-lo. É hora dos brasileiros cobrarem de nós, seus representantes aqui no Congresso Nacional, uma posição.

Por isso conclamamos a todos: vamos pressionar. Não somos os únicos a dizer que isso terá resultados.

O próprio Presidente da República nos alerta para isso!

Temos de pressionar nossos deputados a votar em favor dessas matérias.

Senhoras e Senhores Senadores, não nos cansamos de repetir que a aprovação do fim do fator previdenciário vai beneficiar 30 milhões de trabalhadores.

Brasileiros e brasileiras que, com a incidência do fator no momento de suas aposentadorias, terão prejuízos altíssimos.

Os registros de perdas alcançam até 40% para as mulheres e até 35% para os homens.

É preciso que todos tenham claro que o fator atinge apenas aqueles que ganham salários de até R$3.038,20. Ou seja, os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social.

Os mais prejudicados são os mais pobres. São eles que terão uma velhice sofrida, tal como acontece hoje.

Uma injustiça com pessoas que dedicam suas vidas ao trabalho, muitas vezes deixando suas famílias em segundo plano, muitas vezes sem ter tempo para o lazer.

Senhor Presidente, o ideal é que todos os trabalhadores brasileiros tenham direitos iguais. É isso que buscamos.

Aos que são contrários ao fim do fator, é importante ressaltarmos que apresentamos como alternativa a PEC nº 10/08.

A proposta estipula uma idade mínima para os trabalhadores da área privada, nos mesmos princípios daqueles que temos para os servidores públicos.

A idéia da PEC nº 10 é seguir uma série de normas de transição a fim de evitar injustiças.

A intenção é, inicialmente, fixar os limites de 51 anos de idade para os homens e de 46 para as mulheres, como regra de transição, com o pedágio de um ano a cada três anos.

A idade de 55 anos e 60 seriam para aqueles que entrassem no sistema depois da aprovação da PEC nº 10/08.

Ou seja, com exceção das aposentadorias especiais, ninguém se aposentará com menos de 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e de 30, no caso das mulheres.

Assim, Senhoras e Senhores Senadores, ao fim do período de transição tanto os servidores públicos quanto os do RGPS estarão se aposentando com 55 e 60 anos, mulheres e homens, respectivamente.

Nossa proposta garante os princípios de justiça, igualdade e solidariedade para todos trabalhadores. Com o fim do fator e a adoção da idade mínima, a forma de cálculo das aposentadorias será feita com base nas 80 maiores contribuições. Isso a contar de 1994 até os dias de hoje, garantindo assim o princípio da integralidade. Ou seja, todos receberão o benefício em sua totalidade, sem reduções.

Finalizamos, Senhor Presidente, reforçando nosso apelo por pressão junto aos parlamentares.

Solicitamos a todos aqueles que lutam pela integralidade, pela paridade, por não voltar a pagar a Previdência depois de terem se aposentado, enfim, a todos que desejam igualdade e justiça, que façam pressão para que o PLS nº 296/03, a emenda ao PLC nº 42/07 e a PEC nº 10/08 sejam aprovados.

Mais, solicitamos que essa pressão seja constante, afinal, muitos são os temas que visam beneficiar os brasileiros.

Essa pressão, costumamos dizer aos que nos perguntam, pode ser feita por manifestações nas ruas, por cartas. Telegramas, *e-mails*, fax, telefonemas.

Se cada um de nós, aposentados e trabalhadores, fizermos nossa parte, certamente o Brasil vai se tornar um País melhor para todos.

Projeto de Educação Ambiental em áreas de Turismo Rural na Região Turística da Rota Terras do Rio Grande do Sul

Gostaria de fazer um registro a respeito da visita que recebi há poucos dias em meu Gabinete, do Sr. Osvaldo Rubin Facco, que é presidente da Rota das Terras, no Rio Grande do Sul.

A Rota das Terras é uma região turística que apresentou um projeto muito interessante de educação ambiental em áreas de turismo rural na região turística daquela Rota.

O projeto em questão será desenvolvido pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), com a participação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Turístico e Ambiental (CONDESUS – Rota das Terras), que é formado por 21 municípios gaúchos.

Agricultores familiares, envolvendo homens, mulheres e jovens, secretarias municipais, rotas turísticas, empreendedores do trade turístico vão levar em frente este projeto belíssimo.

Eles buscarão contar com o apoio de órgãos de governo nas esferas estadual e Federal, conselhos de desenvolvimento, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores, representações da sociedade local e escolas da região para que o projeto seja levado a termo.

Eles vieram ao meu Gabinete trazendo o pedido de recursos que encaminharam ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a fim de que possam efetivamente implementar esta idéia.

Trata-se, Senhor Presidente, de um projeto que alavancará o turismo rural da região em uma perspectiva ambiental e territorial, inserido no contexto da agricultura familiar visando o desenvolvimento rural sustentável.

A Rota das Terras inclui caminhos de cultura, encanto e lazer, inclui a visitação dos caminhos rurais da terra. É um roteiro inesquecível onde são visitadas cidades be-

líssimas como: Alto Alegre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Campos Borges, Carazinho, Colorado, Cruz Alta, Ernestina, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Jacuizinho, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Tapera, Tio Hugo e Victor Graeff.

Os passeios incluem pontos históricos, praças encantadoras, cascatas de águas cristalinas, igrejas centenárias, barragens.

São visitados também sítios, fazendas, casa de vinhos, cabanhas, várias fazendas e tudo isso regado a cafés da manhã inesquecíveis pois a nossa culinária, modéstia a parte é de dar água na boca.

Imaginem aquele café cheiroso com todo tipo de cucas, bolos, tortas doces e salgadas, enfim com um mundo de delícias caseiras.

O misto de imigrantes que colonizaram o nosso Rio Grande fez daquelas terras um verdadeiro paraíso e podem acreditar, é um povo muito acolhedor que adora receber visitas e tratá-las com muito carinho e esmero.

Não esqueçam das cavalgadas, do mate amargo (chimarrão), do churrasco e do carreteiro e de uma culinária diversificada que vai desde massas às mais variadas carnes e tudo isso regado a um bom vinho!

Faço um apelo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no sentido de avaliar com muito carinho e atenção o pedido formulado.

E faço um convite para todos vocês: Não percam a oportunidade de visitar a Rota das Terras. Outro dia deixei o convite feito para que visitassem a região gaúcha da Rota das Serras e hoje eu digo a vocês, façam as duas visitas se puderem, pois uma coisa é certa: arrependimento é um sentimento que nunca irá fazer parte de suas lembranças, pelo contrário, elas serão inesquecíveis e deixarão o gostinho de quero mais!

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

É uma pena, mas enquanto muitas das nossas crianças, neste momento, estão nos bancos escolares, tendo acesso à educação e atividades educacionais, outras tantas são obrigadas a trocar livros e brinquedos pelo trabalho. Trabalho que muitas vezes é pesado e cansativo.

Sempre digo que é difícil e doloroso imaginar uma criança carregando pedras em uma mina de carvão, por exemplo. Esse é apenas um exemplo da realidade que os pequeninos enfrentam em diversos lugares do mundo.

As estimativas globais da Organização Internacional do Trabalho são de que 165 milhões de crianças, de 5 a 14 anos de idade, são vítimas do trabalho infantil. Muitos dos quais trabalham longas horas e em condições perigosas.

As piores formas de trabalho infantil incluem trabalhos perigosos, exploração sexual, tráfico de meninos e meninas, assim como todo tipo de escravidão.

O número de crianças envolvidas em atividades econômicas na África Subsariana, que é aquela que corresponde à região do continente africano a sul do Deserto do Saara, ou seja, aos países que não fazem parte do Norte de África, é o mais elevado de qualquer região do mundo, com quase 50 milhões de crianças trabalhadoras, o que representa 26% do número total de crianças.

Os números mais elevados de crianças trabalhadoras verificam-se na região Ásia-Pacífico, onde 122 milhões de crianças com idades compreendidas entre os cinco e os 14 anos estão a trabalhar.

A América Latina e Caribe fizeram muitos progressos, diminuindo para 5% o número de crianças com idades entre cinco e 14 anos envolvidas em atividades laborais.

Quase sete de cada dez crianças trabalhadoras estão no setor agrícola. O setor dos serviços emprega 22% das crianças e o setor industrial, incluindo minas, construção e produção, emprega 9%.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mais recente, 5,1 milhões de brasileiros entre cinco e 17 anos estão no mercado.

Entre 10 e 14 anos, são 1,7 milhão em todo o país, sendo que 53,3% trabalham até 18 horas semanais, sem remuneração.

Senhoras e senhores senadores, é claro que nós já tivemos avanços. Grande parte dos 75 milhões de crianças sem acesso à educação primária começam a trabalhar em idade precoce. Esse número, comparado aos 103 milhões de 1999, mostram isso.

O relatório feito pela OIT reconhece ainda que o número de crianças envolvidas em atividades econômicas também está diminuindo. Calcula-se que entre 2000 e 2004 o número de crianças entre cinco e 14 anos economicamente ativas diminuiu em 20 milhões. No entanto, restam 191 milhões de crianças entre cinco e 14 anos envolvidas em algum tipo de atividade econômica.

Hoje, estão sendo realizados milhares de eventos em dezenas de países para celebrar o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

O tema central da campanha deste ano é o acesso de meninos e meninas à "educação como resposta certa contra o trabalho infantil".

O Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) informa que milhões de meninos e meninas trabalhadores, dos cerca de 218 milhões que existem no mundo, ou não têm acesso a uma educação para um futuro melhor ou devem combinar o trabalho com os estudos. As pesquisas realizadas deixam claro que o trabalho infantil está diretamente vinculado à pobreza. Uma família com baixa renda muitas vezes não tem meios suficientes para garantir a educação de seus filhos.

A família muitas vezes pode depender da contribuição financeira que a criança traz para complementar a renda familiar e considerar essa contribuição mais importante do que o acesso à educação.

Esse problema pode estar ligado aos custos que envolvem a educação, uma vez que suas famílias dependem do trabalho destas crianças para subsistir, ou simplesmente porque não existem escolas nos locais onde elas vivem.

Temos que entender que a educação e formação integrais e de qualidade são o caminho para as crianças terem sucesso no mercado de trabalho e precisamos dar boas condições de estudo para nossas crianças.

A educação infantil, que é a primeira etapa da educação básica, é direito da criança, opção da família e dever do Estado, de acordo com a Constituição Federal de 1998. A educação básica é o primeiro passo para o bom aprendizado.

É lamentável que em muitos países as escolas onde as famílias de baixa renda podem enviar seus filhos não dispõem de recursos e nem estão adaptadas às suas necessidades. As instalações são limitadas, as classes lotadas e a carência de professores com formação adequada, são alguns dos elementos que contribuem para um baixo nível educacional.

Entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), coloca-se que é fundamental a necessidade de aumentar a sensibilização da sociedade para o problema estabeleceu.

Precisamos que todos se conscientizem, Senhor Presidente, e que consigamos cumprir as metas propostas como:

1) oferecer uma educação primária gratuita e obrigatória; 2) eliminar os obstáculos da educação de meninas; 3) assegurar que as crianças tenham acesso a escola e a um ambiente de aprendizagem seguro e de qualidade; 4) facilitar a nivelação da educação de crianças e adolescentes em defasagem com o sistema de educação formal; 5) abordar o problema do déficit mundial de professores e assegurar um corpo docente com formação profissional adequada e condições de trabalho decente; 6) reforçar as leis sobre trabalho infantil e educação, em atendimento às normas internacionais; 7) lutar contra a pobreza e criar oportunidade de trabalho decente para os adultos; 8) aumentar a sensibilização para a necessidade de eliminar o trabalho infantil.

Eu vejo de forma muito positiva a campanha deste ano que focaliza a educação como resposta a esta tristeza que é o trabalho infantil.

Se eu pudesse dizer algo para essas criaturinhas que são submetidas a este flagelo, eu gostaria de abraçá-las e dizer: "Não vai demorar muito e vocês vão poder pegar seus livros e seus lápis e ouvir a professora explicar como se faz uma soma, como se escreve a palavra "estudar", como é importante cuidar da água, das plantas, dos animais, como foi a história do menino que escreve histórias e hoje todos conhecem o seu lindo Sítio do Pica Pau Amarelo.

Muito em breve crianças, vocês vão ter muito tempo para pegar seus brinquedos ou inventar brincadeiras e correr soltos pela rua sem precisar se preocupar em ajudar seus pais a comprar arroz e feijão.

Todo mundo está fazendo o possível para que vocês possam ser o que são: apenas crianças e logo, logo, vocês vão poder parar de ter que ser adultos e vão encher seus corações da faceirice que a infância merece.

Senhoras e senhores senadores, tudo que for feito para dar às crianças uma vida de crianças, tem meu total apoio. Tomara que todos nós unidos possamos transformar esse desejo em realidade!

A abertura da 16ª FENADOCE (Feira Nacional do Doce), da cidade de Pelotas (RS)

É com muita alegria que registro, que no dia de hoje (4), **será aberta oficialmente no Centro de Eventos da cidade de Pelotas,** no Rio Grande do Sul, a 16ª edição da Fenadoce – a já tradicional Feira Nacional do Doce.

A Festa tem como Rainha a senhorita Gabriele Betin da Rocha e, como princesas as senhoritas Charlene Macedo Quadrado e Rafaela Fernandes Machado.

Serão 19 dias de muitas atividades e festas.

A previsão dos organizadores é de que sejam comercializados três milhões de doces preparados com base em receitas tradicionais trazidas pelos colonizadores portugueses.

São esperados mais de 300 mil visitantes.

A Fenadoce nasceu em 1986, criada pelo Poder Público associado a outras entidades.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas assumiu o evento em 1995.

No início, acontecia a cada dois anos, sempre em um local diferente na cidade.

A partir de 2000, tornou-se anual e ganhou endereço certo: o Centro Internacional de Cultura e Eventos, próximo ao principal trevo de entrada do município.

Não só os brasileiros visitam a feira, mas turistas do próprio Mercosul.

Senhor Presidente, espero que todos que tiverem oportunidade de prestigiar a Fenadoce, compareçam.

É uma oportunidade impar para conhecer um pouco do Rio Grande do Sul e da sua colonização.

Vários eventos paralelos acontecem, onde são discutidos em palestras e seminários temas como turismo, meio ambiente, mídia, eleições, segurança no trabalho, entre outros.

Lembro que a 16ª FENADOCE termina no dia 22 de junho.

A eleição da primeira prenda negra do Rio Grande do Sul

Gostaria de deixar registrado, aqui nesta Casa, que no último sábado, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), em 38 anos de concurso estadual tradicionalista, elegeu a sua primeira prenda negra.

Trata-se da representante do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Amaranto Pereira, da cidade de Alvorada, Gabrielli da Silva Pio, de 21 anos, a quem eu desejo total sucesso nesta nova empreitada.

Segundo suas declarações, "Esse resultado é fruto de muita leitura, esforço e persistência", disse ao ser aclamada pela população de sua cidade e desfilar em carro aberto e prossegue ela "Com muito orgulho, digo que sou a primeira prenda negra a ser eleita no Rio Grande do Sul". Por quase um ano, as mais de 70 concorrentes da 38ª Ciranda Cultural de Prendas enfrentaram quatro etapas: avaliação escrita, atividades artísticas, avaliação oral e características pessoais.

Também gostaria de parabenizar o Movimento Tradicionalista Gaúcho e a 1ª Região Tradicionalista (RT), pela nobre escolha e, lembrar que em 1986 o Brasil elegeu a sua primeira Miss Brasil negra, a gaúcha Deise Nunes.

A 2ª Caminhada pela Vida, Verdade e Justiça, ocorrida em Porto Alegre no dia 17 de maio de 2008

Gostaria de registrar nos Anais do Senado, no dia de hoje, o ocorrido no dia 17 de maio de 2008, em Porto Alegre, capital do estado que represento.

Naquele dia aconteceu uma programação denominada 9ª reunião de familiares das vítimas do vôo TAM JJ3054, organizada pela Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Vôo TAM JJ3054 – AFAVITAM.

Foi uma reunião entre aqueles que, para sempre, trarão em suas memórias aqueles momentos terríveis onde a vida de 199 pessoas, em sua maioria jovens que tinham todo o futuro pela frente, foram ceifadas em questão de segundos.

Em São Paulo já haviam sido desenvolvidas atividades semelhantes com ótimo acolhimento da população em geral.

Pois bem, a programação, que iniciou pela manhã, teve reuniões com o Procon e Defensoria Pública do RS, reunião com o Criminalista Dr. Eduardo César Leite, informações atualizadas sobre o inquérito policial que tramita em São Paulo apresentadas pelos Drs. Aldo Galiano ou Antônio Carlos Barbosa e o perito Dr. Antonio Nogueira.

Nessas reuniões ficou efetivamente demonstrado que tanto as famílias, amigos, como a população em geral, não estão satisfeitas com as providências tomadas até aqui pelo Governo Federal e pelas empresas aéreas.

São reclamações que vão desde o resgate dos fatos daquele dia, as suas efetivas responsabilizações, como também as providências futuras no sentido de mostrar publicamente as ações corretivas e preventivas tomadas na busca de uma segurança real para o transporte aéreo no País.

Na parte da tarde, foi realizada a 2ª Caminhada pela Vida, Verdade e Justiça, onde aproximadamente 500 pessoas caminharam do parque da Redenção, na Cidade Baixa, até o denominado Parcão, onde foram depositadas diversas fotos dos falecidos, muitas flores, e faixas com os dizeres: Vergonha! Os Mandamentos da TAM e a ex-Diretoria da ANAC; Vida Não Tem Preço; Negligência e Descaso; Exigimos o Fim do Caos Aéreo; Nunca Mais Congonhas; Acorda Brasil! Esse momento teve seu encerramento com uma missa ecumênica realizada por líderes de diversas crenças.

Senhoras e senhores senadores, no domingo, dia 18, a AFAVITAM realizou também uma cerimônia de celebração à vida em frente ao aeroporto Salgado Filho, de onde partiu o fatídico vôo TAM JJ 3054. Lá foram iniciados os plantios de 199 árvores, representando cada uma das vítimas daquele vôo.

As quatro árvores iniciais representaram aqueles corpos que não conseguiram ser encontrados. Um familiar disse naquele momento: "Com essa árvore, eu recebi de volta o meu filho...".

Também junto das árvores foi colocada uma pedra fundamental que fará com que todos que passem façam sua reflexão e escolham pela segurança de suas vidas!

Senhor Presidente, o relatório, já divulgado pela imprensa, aponta uma série de irregularidades que contribuíram para a catástrofe. Como por exemplo:

A responsabilidade é da fabricante européia Airbus, porque o sistema de manetes para freio ou decolagem não tem alarme para avisar que o equipamento pode estar na posição errada.

A TAM e a Infraero informaram que vão aguardar a divulgação desse relatório para se manifestarem. A Airbus não fez declarações. Um panfleto distribuído aos participantes no dia 17, dizia:

"A sociedade brasileira precisa acordar para a falta de segurança no transporte aéreo e exigir soluções imediatas. Nada mudou depois dos últimos maiores acidentes da aviação brasileira, que resultaram em 353 mortos.

Normas internacionais de segurança são desrespeitadas todos os dias, não há fiscalização e as empresas aéreas fazem a manutenção de suas aeronaves do jeito que quiserem, quando quiserem e se quiserem."

Senhor Presidente, os direitos dessas famílias precisam ser respeitados. É importante que todas as vozes se unam neste clamor que essas pessoas fazem e que esse acidente possa servir de alerta para a questão da segurança no transporte aéreo.

Entre os mortos estavam crianças, adolescentes, adultos, idosos, líderes dos aposentados e pensionistas e também o Deputado Federal gaúcho Julio Redecker que vinha em ascenção meteórica.

Senhor Presidente, mediante os fatos que nos foram relatados estamos dispostos, depois de conversar com os familiares, a realizar uma audiência pública. Para tanto iríamos convidar todos os envolvidos a fim de buscar soluções para as expectativas desses familiares que perderam seus entes queridos.

A anistia do herói negro, João Cândido

Nesta semana em que o Senado fez uma série de programações relativas aos 120 anos da Abolição da Escravidão, a Câmara dos Deputados aprovou o PL nº 7.198/02, da nossa senadora Marina Silva.

O projeto prevê a anistia para o líder e herói da Revolta da Chibata, João Cândido Felisberto, o Almirante Negro.

João Cândido nasceu em Encruzilhada do Sul, na Coxilha Bonita da serra do Herval (atual Dom Feliciano), no Rio Grande do Sul, em 24 de junho de 1880.

Em 1894 já fazia parte da Escola de Aprendizes de Marinheiros e, no ano seguinte, com apenas 13 anos, faz sua primeira viagem.

Ele tinha apenas 20 anos quando liderou o motim.

Senhoras e senhores, aqui nos permitimos a voltar um pouco no tempo. Como sabemos, um dia após a Proclamação da República os castigos físicos na Marinha brasileira foram abolidos.

Porém, um ano depois eles foram restabelecidos.

O previsto era: "Para as faltas leves, prisão a ferro na solitária, por um a cinco dias, a pão e água; faltas leves repetidas, idem, por seis dias, no mínimo; faltas graves, vinte e cinco chibatadas no mínimo."

Além de ser um castigo degradante a qualquer ser humano, não podemos deixar de lembrar que muitos marinheiros, a maioria na verdade, eram negros.

A volta de castigos assim, dois anos após a abolição era revoltante.

E os marinheiros brasileiros começaram a questionar isso, principalmente em razão do contato que tinham com marinheiros de outros países.

Países em que tais punições não eram aplicadas e nem aceitas.

Senhor Presidente, os castigos físicos revoltavam por lembrarem os maus-tratos que os negros haviam sofrido.

Além disso, as chibatadas e os demais castigos ultrapassavam o que determinava a lei.

Temos sempre de lembrar que muitos marinheiros viram esses horrores acontecerem com seus familiares e, em alguns casos, eles mesmos eram ex-escravos.

Isso levou os marinheiros a começarem a se organizar.

Em 22 de dezembro de 1910, na volta de uma dessas viagens ao exterior, um acontecimento transforma-se no estopim para a revolta.

Por ter ferido um cabo com uma navalha, o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, tripulante do mesmo navio que João Cândido, o Minas Gerais, recebeu como punição as chibatadas.

Porém, recebeu 250 na presença da tropa formada, ao som de tambores. O rigor da punição, revoltou a tripulação que, liderada por João Cândido, tomaram o navio.

A revolta teve a adesão de marinheiros de outras embarcações. Em uma carta João Cândido escreveu:

"O Governo tem que acabar com os castigos corporais, melhorar nossa comida e dar anistia a todos os revoltosos."

Dizia ainda: "Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao Presidente da República e ao ministro da Marinha."

No dia 26 de novembro o Presidente Marechal Hermes da Fonseca aceitou as reivindicações. Não haveria mais castigos físicos e dois dias depois, muitos marinheiros foram expulsos.

Em dezembro, cerca de 22 marinheiros foram presos sob alegação de conspiração. Com isso, alguns fuzileiros se amotinaram na ilha das Cobras e foram bombardeados.

De aproximadamente 600 revoltosos, sobreviveram pouco mais de cem, detidos nos calabouços da antiga Fortaleza de São José da Ilha das Cobras.

Entre os detidos, 18 foram recolhidos a uma cela escavada na rocha viva. Nesse local atiraram cal virgem. Isso, senhoras e senhores, na véspera do Natal!

Após um dia apenas João Cândido e o soldado naval Pau de Lira sobreviveram. Apesar de ter declarado ser contra a manifestação, João Cândido foi expulso da Marinha, sob a acusação de ter favorecido os rebeldes.

O Almirante Negro, como ficou conhecido, foi internado no Hospital dos Alienados em Abril de 1911, como louco e indigente.

Em 1912 ele e seus companheiros de revolta foram julgados e absolvidos. Mesmo assim, o marinheiro foi banido da Marinha. O sonho que talvez ele tenha tido de fazer parte da Marinha brasileira havia sido tolhido.

Quem de nós pode saber o que pensava e por que situações João Cândido passou. O que sabemos é que muitas foram as privações e as perseguições.

João Cândido não conseguia, nem mesmo em empresas particulares, atuar na área em que sabia.

Segundo ele mesmo: "depois que saí da cadeia ainda tentei trabalhar no mar, mas fui sempre perseguido".

Após a expulsão, passou a maior parte de sua vida como carregador de peixes na Praça XV, no Rio de Janeiro.

O mais próximo do mar que ele pôde, ou melhor, que o deixaram chegar.

João Cândido morreu em 1969, de câncer no Hospital Getúlio Vargas, no Rio, pobre e esquecido, aos 89 anos de idade.

O herói que, como diz a música de João Bosco e Almir Blanc:

"(...) tem por monumento

As pedras pisadas do cais"

É por tudo isso, senhoras e senhores senadores, que em nosso livro *Pátria Somos Todos*, o homenageamos.

É por tudo isso que batalhamos por sua anistia, por seu reconhecimento.

Em 20 de dezembro de 2007 esta Casa aprovou nosso PLS nº 241/07 que determina a inscrição do nome de João Cândido Felisberto no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Neste ano, em 29 de fevereiro presidimos uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre a anistia a João Cândido.

Na ocasião o sobrinho-neto de João Cândido, João Cândido Neto, esteve conosco, representando nosso herói.

Em março começamos a colher novos frutos de nossa luta. A Marinha do Brasil liberou documentos sobre a vida de João Cândido Felisberto.

Também em março, nos reunimos em nosso gabinete com o alto comando da Marinha do Brasil a fim debater o projeto de anistia para João Cândido.

Após isso, fomos, juntamente com o ministro da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos e o alto comando da Marinha, até o presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia.

Na pauta: a anistia para o Almirante Negro.

O Deputado Chinaglia se comprometeu a colocar o projeto em votação até o dia 13 de maio de 2008. E foi o que tivemos.

A matéria foi aprovada e agora voltará para esta Casa, pois recebeu uma emenda. Já entramos com requerimento de urgência para sua votração.

Queremos, Senhor Presidente, que esta matéria seja votada na semana que vem para que a sanção presidencial possa ocorrer no dia 24 de junho, data de nascimento de nosso Almirante Negro.

Infelizmente, João Cândido não teve em vida o reconhecimento que lhe é devido. Porém, está mais do que na hora de mostrarmos às futuras gerações quem foi João Cândido.

Mostrar a todos brasileiros o quão ele foi importante na história de nossa gente.

Muito obrigado! Isso é o mínimo que devemos dizer a ele.

Afinal, como todo grande ser humano, ele abriu mão de muitas coisas ao se levantar contra as barbáries, às injustiças, à violência e à discriminação.

Anistia a João Cândido, nosso eterno Almirante Negro!

O artigo do escritor Moacyr Scliar

É com satisfação que leio trecho da coluna do escritor Moacyr Scliar publicada hoje no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre onde este senador que fala é citado pelo ilustre conterrâneo.

Diz ele:

"Enquanto generosos reajustes estão sendo concedidos a várias categorias, pensões e aposentadorias foram drasticamente comprimidas. O que lembra o filme japonês *A Balada de Narayama*, que se passa em uma pequena aldeia japonesa séculos atrás. Nessa aldeia, quem chega aos 70 anos é levado ao topo de Narayama, a nevada montanha próxima, para ali aguardar a morte por congelamento.

Uma drástica aplicação da regra darwiniana da sobrevivência do mais apto que o Japão, hoje um país próspero e com uma elevada expectativa de vida, superou há muito tempo e que nós temos de superar também.

A emenda proposta pelo senador Paulo Paim, que estende a aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo é pelo menos um ponto de partida para isso."

Senhor Presidente, é claro que palavras como as do Moacyr Scliar que acabei de ler nos deixa orgulhosos de sabermos que aos poucos a sociedade vai entendendo que esta luta em defesa dos interesses dos aposentados e pensionistas é mais do que necessária.

Os 236 anos da cidade de Porto Alegre/RS

Meu coração se alegra em poder vir a esta Tribuna prestar homenagem aos 236 anos de Porto Alegre.

Os eventos da semana de comemoração do aniversário da nossa querida capital gaúcha, são inúmeros.

Porto Alegre certamente é uma alegria para o povo do Rio Grande do Sul.

É a nossa capital gaúcha, que sempre esteve no centro dos acontecimentos políticos e sociais do Estado e do País.

Terra de um povo guerreiro cuja história registra sua coragem frente às adversidades e sua luta por seus ideais.

Falar de Porto Alegre é falar de uma gente acolhedora, aguerrida, que não teme o trabalho e que sabe valorizar a cultura, o lazer, a vida.

Porto Alegre é respeitada em todo País pela construção do orçamento participativo, pelo 1º Fórum Social Mundial, implantados pelo Governo Petista, que buscou aprofundar a relação da Prefeitura com a cidadania, fazendo da participação popular prioridade para o fortalecimento da democracia.

Nós temos marcos históricos incríveis na cidade de Porto Alegre, belezas ímpares como a Praça da Matriz, a Santa Casa de Misericórdia, marco da Medicina do Estado, a Biblioteca Pública, a Praça da Alfândega, o Museu de Artes do Rio Grande do Sul, o prédio antigo do Correio, o Museu Julio de Castilhos, a Casa de Cultura Mário Quintana, o Theatro São Pedro e tantas outras obras notáveis.

Falar de Porto Alegre é falar de uma gente acolhedora, aguerrida, que não teme o trabalho e que sabe valorizar a cultura, o lazer, a vida.

Passear nas ruas de Porto Alegre, no calçadão de Ipanema, visitar o Mercado Público Central, o Brique da Redenção, o Jardim Botânico, ou ainda viver e relembrar a boemia dos anos 50 no Bairro Cidade Baixa, são prazeres difíceis de descrever.

E como não mencionar o nosso Guaíba, um lago magnífico de 547 quilômetros quadrados e que é dono do pôr do sol mais lindo que se pode imaginar.

O Guaíba é formado pelos rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí que desembocam no Delta do Jacuí. Ele banha os municípios de Porto Alegre, Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão. A partir do Guaíba, as águas vão para a lagoa dos Patos e, por seqüência, para o oceano atlântico.

O nome, de origem indígena, significa lugar onde o rio se alarga e na orla do Guaíba, podemos ver o Cais do Porto, a Usina do Gasômetro, a Avenida Beira-Rio que é muito utilizada na prática de esportes e muitos outros locais que dão ainda mais graça ao Lago.

Senhor Presidente, recebi documento da Aliança Solidária pela Cidadania, Vida e Liberdade, (ASCICIL) uma Entidade sem fins lucrativos, sediada em Porto Alegre, sobre o Projeto ViváGuaíba, que eles criaram em parceria com o Programa Escola Aberta.

Este Projeto é voltado para a preservação da qualidade de vida da região metropolitana de Porto Alegre, e faz parte dos eventos comemorativos da Semana de Aniversário dos 236 anos de Porto Alegre, que acontece de 22 à 30 de março de 2008.

O objetivo que eles buscam, e para o qual dou meu total apoio, é de transformar o Lago Guaíba em Área de Proteção Ambiental.

Eles estão tentando conscientizar e sensibilizar a população e o Poder Público para aprovação do Projeto.

Nós estivemos em audiência com a Ministra Marina Silva para tratar da questão e ela mencionou que em respeito a iniciativa e preocupação, já estava sendo estudada a possibilidade de decretar o Lago Guaíba – Área de Proteção Ambiental Integral (PI), junto aos morros de Porto Alegre.

Senhoras e Senhores Senadores, a ASCIVIL juntamente com outras Instituições vem fazendo um trabalho incansável em defesa do VIVÁGUAÍBA e eu me incluo no fraterno e simbólico abraço que foi dado outro dia no Lago Guaíba.

Espero sinceramente que o projeto alcance sucesso pois a preservação da água é essencial para o planeta e não podemos mais deixar o assunto para amanhã. As atitudes devem ser tomadas AGORA!

Porto Alegre merece, o Brasil merece que preservemos aquela área.

Minha querida Porto Alegre, receba meu abraço e minha admiração que só faz aumentar sempre e sempre.

Você é uma acalento para os nossos corações. Você é pura poesia! São 236 anos de magia e encantamento. Você é esplêndida em sua grandiosidade singular!

A Escola Naval de Rio Grande

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, eu ia falar, nesta tarde, sobre o encontro que tivemos hoje, no Ministério da Educação, com o Secretário-Executivo Eliezer Pacheco, onde foi consagrada a Escola Naval de Rio Grande, com a presença de prefeitos, deputados e vereadores de todos os partidos, em um processo suprapartidário. Mas, Sr. Presidente, eu falarei outro dia sobre a Escola Naval do Rio Grande.

Quero dizer a V. Exª – e é bom que o Senador Romero Jucá esteja aqui, neste momento – que estou encaminhando à Mesa dois requerimentos com a assinatura dos Srs. Líderes. Um deles é pela votação do PL nº 58, que trata dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

É bom resgatar que esse PL nº 58, apresentado em 2003, nós o aprovamos em todas as comissões da Casa. Estava pronto para ser votado em plenário. Houve um recurso e voltou para uma comissão, sendo indicado como Relator o Senador Romero Jucá.

Mediante esse requerimento, faço o apelo de que esse parecer seja dado em plenário. E aqui votaremos contra ou a favor. O importante é deliberar! Os idosos deste País – e, neste caso, são nove milhões de pessoas de cabelos brancos – estão esperando uma decisão do Senado da República.

O que não se pode é ficar com um projeto guardado. O projeto não pode ficar guardado. Não estou entrando no mérito; quero votar.

Quero adiantar um pouquinho mais e dizer que estou entrando também com o 296, que trata do fator previdenciário. Esses dois projetos vão atingir, neste País, mais de 50 milhões de pessoas. O importante para mim, no PL nº 58, que é um acordo de senadores nesta Casa, é que a matéria seja votada. Esperamos que, no mais tardar até a semana que vem, nós deliberemos.

Quero lembrar que, no próprio PL nº 42, que trata da política de salário mínimo, também apresentamos um requerimento de urgência. Está pronto para ser votado. O que tem a ver com os aposentados? É que também tem uma emenda dizendo que se estenda aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste que é concedido ao salário mínimo. Por isso, Senador Romeu Tuma, vou entregá-lo a V. Exª. Espero que, sendo votadas as medidas provisórias que estão trancando a pauta, possamos votar, em primeiro lugar, esses temas que interessam efetivamente ao conjunto da população deste País.

Digo mais: já estamos aqui no Plenário. O movimento não é liderado por ninguém; é um movimento suprapartidário. São 10 ou 12 senadores que estão dispostos a fazer um apelo ao Plenário: ou votamos a questão dos aposentados, ou não votamos nada. Um senador disse o seguinte: "Talvez seja a primeira vez no Senado da República que a obstrução não será feita pelos líderes partidários". Gostaríamos muito que os líderes estivessem caminhando conosco. Se não caminharem, vamos tentar, aquela bancada que tem compromisso com os aposentados e os pensionistas, fazer com que a matéria seja votada.

E cada um votará com a sua consciência, como na CPMF. Todos sabem a minha posição: eu perdi, votei e me submeti. Neste caso é idêntico. Os milhões e milhões de homens e mulheres de cabelos brancos se sentem enganados, porque todos nós falamos aqui, mas não votamos.

O apelo que estou fazendo é para que se vote a matéria. Daí vamos discutir o mérito, cada um vai defender a sua posição legitimamente.

Então, o apelo que faço, Senador Romero Jucá – e me dirigi a V. Exª; fiz acordo com todos os que assinaram de que falaria na sua presença, aqui no plenário –, é para que esses dois projetos e digo com toda a tranqüilidade: o que mais exigem neste momento é a votação do PL nº 58, independentemente de os outros também terem urgência. Entendo que não é justo, não é correto, não é honesto sequer termos um discurso para fora, e no voto nada acontece. Eu me sinto mal, constrangido em defender

historicamente – por isso esse projeto é ainda de 2003 – que os aposentados deveriam receber pelo menos o mesmo percentual que é dado ao salário mínimo, e a matéria simplesmente não ser nem apreciada.

Nas comissões, nós votamos e foi unânime. Por que não se vota aqui? Houve o recurso para o Plenário? Por mim a matéria, tanto um como o outro, tinha que ir direto para a Câmara dos Deputados. Houve o recurso? É democrático, eu respeito. Houve o recurso até para ir para uma comissão? Que vá para a comissão, mas, pelo Regimento, conforme o art. 118, o prazo é de 15 a 20 dias.

E, há quase um ano, o projeto voltou para as comissões e não vem para o Plenário. Isso não é bom para ninguém; bom é votar. Lembro-me do inesquecível Ulysses Guimarães, que dizia: "Votem, senadores e senadoras, contra ou a favor, mas votem". O que não dá é continuarmos fazendo de conta de que é para valer, e não é para valer, porque a matéria não vem a voto.

Senador Mão Santa, que pediu um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Com a paciência e a sensibilidade do Presidente Romeu Tuma, entendo que o Presidente Collor caiu, perdeu o mandato quando os velhinhos, queridos aposentados, ganharam na Justiça 147% de aumento, e ele disse " eu não dou". Os velhinhos a que V. Exª se referiu, os nove milhões, são muitos e muitos mais. Desses velhinhos aposentados, queridos, todos somos filhos, somos netos. Então, é o País todo. É o Governo que está enganando o País. De que vale Luiz Inácio ter dito "sou credor, não devo aos banqueiros", mas dever aos velhinhos aposentados? Vamos pagá-los.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Romero Jucá está pedindo um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não, Sr. Presidente. Logo após o Senador Paulo Paim, eu gostaria de usar da palavra pela Liderança e pelo art. 14. Já que tanto o Senador Mário Couto quanto o Senador Paim me citaram na questão do projeto, eu gostaria de registrar uma posição e as providências que estão sendo tomadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, quero concluir, fazendo mais uma vez um apelo.

Senador Romero Jucá, mais uma vez cito V. Exª. Há uma vontade no Plenário, de um número expressivo de senadores, de que essa matéria seja votada. Se não for votada, informo a V. Exª, conforme entendimento feito: vamos trabalhar na linha de que nada seja votado.

Se for necessário, se nem for votado, e aqui os senadores já anunciaram – Senador Mesquita Júnior, Senador Mário Couto, Senador Flávio Arns, que estou lembrando neste momento, Senador Mão Santa, enfim, inúmeros senadores –, estamos dispostos até a fazer uma vigília cívica, não contra alguém, mas a favor da votação do PL nº 58.

A 27ª Festa Nacional da Uva de Caxias do Sul (RS)

Com o tema "Uma vez imigrante, para sempre brasileiro", inicia hoje (21), se estendendo até o dia 9 de março, na minha cidade natal, Caxias do Sul, a 27ª (vigésima sétima) Festa Nacional da Uva e a 21ª Feira Agroindustrial.

Serão momentos inesquecíveis, onde a brava gente da serra gaúcha, recebe de braços abertos e sorrisos largos a todos que se achegarem por aqueles parreirais para encherem os olhos numa das maiores festas comunitárias do País.

Quem já esteve em Caxias sabe o encantamento dessa festividade. Os *shows* musicais e teatrais, os desfiles com carros alegóricos, os bailes, a gastronomia típica, um bom vinho, o povo nas ruas e muita, muita diversão.

Não há quem não fique seduzido e enamorado pelo sabor da uva.

Tudo iniciou há 77 anos na sede do Recreio Cruzeiro, esquina Visconde de Pelotas com Sinimbu.

A iniciativa foi da prefeitura e da Estação Experimental de Viticultura e Enologia.

A idéia era celebrar a vindima – a colheita da uva.

Já no segundo ano, os comerciantes passam a colaborar com o evento e, eis que surge em 1933, na terceira edição, a primeira rainha da festa.

O então governador do estado, Flores da Cunha, colocou na cabeça de Adélia Eberle uma pequena coroa.

Tenho enorme carinho por Caxias do Sul e sua gente... O meu sentimento é muito forte... Está agregado na minha pele e navega nos rios das minhas veias.

Não há como negar a importância que a "Pérola das Colônias" tem na minha vida.

Quando eu era guri de calças curtas, corria livre, soltava pandorga e jogava bolita pela rua Antonio José Ribeiro Mendes.

Essa rua me viu crescer e, como meus irmãos, também foi testemunha dos ensinamentos dos meus pais, Ignácio e Itália.

E foi pela Antonio José Ribeiro Mendes – a rua da minha infância, que eu vi passar, em 1954, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, que viera participar da festa e inaugurar o Monumento ao Imigrante e o Parque de Exposições da Festa da Uva.

O velho Getúlio Vargas foi o primeiro Presidente da República a participar da festa. Depois vieram outros e mais outros.

Mais recentemente o Presidente Luis Inácio Lula Silva tem sido um honroso visitante ao abrilhantar com seu carisma as vindimas de um novo tempo. Neste ano ele será representado pela Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef.

Senhor Presidente, é a partir dos anos 60 que a Festa da Uva de Caxias do Sul se torna o maior evento do gênero da América do Sul, atraindo pessoas dos mais longínquos rincões do País, artistas, celebridades, e autoridades nacionais e internacionais.

A importância da Festa da Uva já era tão visível que ela foi escolhida para receber a primeira transmissão de TV em cores no Brasil.

Isso aconteceu durante o desfile do dia 19 de fevereiro de 1972. Na época, o ministro das Comunicações era o caxiense Hygino Corseti.

Senhoras e senhores, a Festa Nacional da Uva envolve mais de 1 milhão de pessoas.

Neste ano ela tem um significado especial, pois ocorre no ano que Caxias do Sul será a Capital Nacional da Cultura.

Realizada a cada dois anos, ela tem seu primeiro ponto alto cinco meses antes a sua realização.

É no mês de setembro que a Festa Nacional da Uva escolhe seu Trio de Soberanas.

Esse evento reúne mais de 13 mil pessoas e envolve toda a região. Para a edição de 2008, a Festa escolheu sua 24ª Rainha, Andressa Grillo Lovato, que ao lado de duas Princesas, Paula da Costa Taddeucci e Vanessa Susin, são o símbolo da beleza e da hospitalidade caxiense.

Mas a estrela mais festejada da festa é sem dúvida a uva... preta, branca, rosada, doce.

Mais de 250 mil quilos da fruta estão sendo preparados; os pavilhões, uma estrutura de 40 mil metros quadrados que vista de cima tem o formato de cachos de uva e expõe toda a força produtiva de Caxias e da região; o Corso Alegórico, composto por sete desfiles; a Olimpíada Colonial, jogos que incluem arremesso de queijo, debulhar milho e corrida de trator e de carrinho de mão, além de demonstrações de como fazer massa e amassar uvas com os pés; e os projetos Tirando o Pó e Recantos, que envolvem a comunidade no resgate histórico da Festa e da colonização italiana e na decoração da cidade.

A Festa da Uva de 2008 será uma das maiores dos últimos anos.

Conta com o apoio do Governo Federal, Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Petrobras, Banrisul, Lei de Incentivo à Cultura, entre outros.

Desejo boa sorte ao presidente da festa, Reomar Slaviero, e a toda Comissão Organizadora.

À comunidade caxiense o meu buona fortuna!

Para finalizar, termino com a letra da música "Uma vez imigrante, brasileiro para sempre" de autoria de Mário Michelon.

Há um sorriso feliz

Nos cachos da videira
É a Festa que sempre se quis
Pra lembrar a vida inteira.

Deixa o teu coração
Se embalar na melodia
Nosso amor cultiva este chão
E os sonhos de cada dia.

O vento da felicidade
Nos leva a todo o lugar
Quanta alegria nos invade
Contigo podermos cantar:

Uma vez imigrante
Para sempre brasileiro

Este aroma... de onde vem?
É a uva da Serra Gaúcha

Quem já veio traz alguém
Porque há um laço que nos puxa.

Vem aqui festejar
É Caxias tão bela e radiante
No esplendor do teu olhar
Fica ainda mais brilhante.

O vento da felicidade...

A saudade traz lembranças
E a Festa, encantos mil
Colorimos de paz e esperança
A imagem do nosso Brasil.

Grazie senhor Presidente, Grazie Senhoras e Senhores Senadores, Grazie a todos.

O fator previdenciário

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizará amanhã, às 9h30min, audiência pública para debater nossa projeto que extingue o fator previdenciário.

Estarão lá representando os aposentados e pensionistas brasileiros a presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da receita Federal do Brasil (ANFIP), Assunta Di Dea Bergamasco e, representando a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), o advogado Daison Portanova.

Cumprimentamos o presidente da Comissão, Deputado Jofran Frejat e o relator da matéria, Deputado Germano Bonow, não só pela iniciativa mas também por ambos serem favoráveis a nossa iniciativa, ou seja, o fim do fator previdenciário.

Afinal, é de fundamental importância para o povo brasileiro o debate e a aprovação dessa matéria.

Aqui no Senado já aprovamos o fim do fator. Agora é a vez de nossos deputados mostrarem aos brasileiros que estão defendendo seus interesses, seus direitos.

A matéria que saiu aqui do Senado como PLS nº 296/03 e que tramita na Câmara como PL nº 3.299/08.

Como já dissemos por diversas vezes, a aprovação do projeto vai beneficiar 30 milhões de pessoas.

São trabalhadores que, com a incidência do fator previdenciário no momento de suas aposentadorias, terão perdas altíssimas.

No caso das mulheres os registros de perdas alcançam os 40%, já para os homens o número é de 35%.

E isso acontece em razão da forma como o fator é calculado que leva em consideração a idade, a alíquota e o tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria, e a expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

Ou seja, quanto maior a expectativa de vida, menor será o valor do benefício a ser recebido.

O pior de tudo é que o fator atinge apenas aqueles que ganham salários de até R$3.038,20, ou seja, os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social.

Aqueles que ganham, por exemplo, R$25 mil no serviço público também não sofrerão a incidência do fator.

Uma injustiça. Lutamos para que todos os trabalhadores brasileiros tenham direitos iguais.

Por isso, apresentamos como alternativa ao fim do fator a PEC nº 10/08 que estipula uma idade mínima para os trabalhadores da área privada, nos mesmos princípios daqueles que temos para os servidores públicos.

Aqui no Senado já aprovamos o fim do fator. Agora é a vez de nossos deputados mostrarem aos brasileiros que estão defendendo seus interesses, seus direitos.

A idéia da PEC 10 é seguir uma série de normas de transição a fim de evitar injustiças.

O objetivo é, inicialmente, fixar os limites de 51 anos de idade para os homens e de 46 para as mulheres, como regra de transição, com o pedágio de um ano a cada três anos.

A idade de 55 anos e 60 seriam para aqueles que entrassem no sistema depois da aprovação da PEC nº 10/08.

É importante destacar que ninguém se aposentará com menos de 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e de 30, no caso das mulheres.

Ficam fora dessa regra apenas as aposentadorias especiais que variam de 15 a 25 anos de contribuição.

Ao fim do período de transição tanto os servidores públicos quanto os do RGPS estarão se aposentando com 60 e 55 anos, homens e mulheres, respectivamente.

A proposta garante os princípios de justiça, igualdade e solidariedade para todos trabalhadores.

Com o fim do fator e a adoção da idade mínima, a forma de cálculo das aposentadorias será feita com base nas 80 maiores contribuições.

Isso a contar de 1994 até os dias de hoje, garantindo assim o princípio da integralidade. Ou seja, todos receberão o benefício em sua totalidade, sem reduções.

Como vocês podem ver, não são idéias enganadoras, irreais, nem impossíveis de serem colocadas em prática.

Por isso, estamos aqui, senhoras e senhores senadores. Viemos cobrar de nossos deputados que não esqueçam suas origens e nem sua gente.

Muitos conhecem de perto a realidade que enfrentam nossos trabalhadores e nossos aposentados.

Não é justo deixarmos essas pessoas doarem suas vidas, seus trabalhos ao país e, na aposentadoria, momento em que mais vão precisar, deixarmos tantos sem amparo.

Sabemos o quanto é difícil defender essa questão, mas não desistiremos.

Manteremos nossa posição pelo fim do fator e pela aprovação de projetos que beneficiem nossa gente.

Queremos que os aposentados e pensionistas tenham direito à integralidade, à paridade e a não voltar a pagar a Previdência depois de terem se aposentado.

Queremos também que a jornada de trabalho seja reduzida de 44 para 40 horas semanais e, depois, uma hora por ano até chegar a 36 horas por semana.

Queremos a participação dos trabalhadores nos lucros.

Queremos a igualdade de oportunidades, o fim dos preconceitos e do racismo.

Por isso destaco a importância dos brasileiros em fazer pressão junto aos deputados. Precisamos mandar e-mails, cartas, telegramas, fazer telefonemas solicitando a aprovação do fim do fator.

Senhoras e senhores senadores, sabemos que nossos ideais são justos. Os brasileiros esperam que a Lei garanta a eles um benefício decente.

No que couber a nós, senhoras e senhores, podem estar certos de que continuaremos vigilantes e firmes na defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas das áreas pública e privada.

Sempre teremos como foco a conquista de uma sociedade mais harmônica, inclusiva e justa.

O Dia Universal dos Direitos Humanos

Atualmente não há quem discorde que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Da mesma forma, todos concordam que as pessoas devem ter direito à vida, à segurança e à liberdade pessoal.

Apesar disso, ainda vemos pelo mundo afora pessoas morrendo em função de sua cor de pele, orientação sexual, religião.

Infelizmente ainda temos pessoas no mundo que não têm acesso à comida, a saneamento básico, a habitação, à saúde.

E isso, Senhor Presidente, apenas para citar alguns pontos.

Senhoras e Senhores Senadores, o direito à liberdade, à dignidade de direitos, à vida, à segurança e à liberdade pessoal nos parecem óbvios, porém muitos ainda não os respeitam.

Essas prerrogativas, fazem parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada desde 10 de dezembro de 1948.

E hoje, Dia Universal dos Direitos Humanos, devemos parar e pensar o que cada um de nós, seres humanos, está fazendo para garantir a execução e aplicação de cada um dos 30 artigos que regem as normas e leis dos países ligados às Organizações das Nações Unidas (ONU).

É importante lembrar que esses países têm regimes como o nosso, democrático.

Afinal, em regimes diferentes, as liberdades não são respeitadas e os direitos não são concedidos.

Portanto, não há respeito aos Direitos Humanos sem democracia. E apenas o fato de existirem governos democráticos já é um avanço.

Senhoras e senhores senadores, os Direitos Humanos estão em constante avanço. As mudanças sentidas pelas sociedades os afetam diretamente.

Por isso, de tempos em tempos eles são discutidos e aprimorados.

Um exemplo, são as oito Metas do Milênio, lançadas em 2000. São elas:

- Acabar com a fome e a miséria
- Oferecer educação básica de qualidade para todos
- Promover a igualdade entre os sexos e valorização da mulher
- Reduzir a mortalidade infantil
- Melhorar a saúde das gestantes
- Combater a Aids, a malária e outras doenças
- Proporcionar qualidade de vida e respeito ao meio ambiente
- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Senhor Presidente, a partir dessas metas, de tempos em tempos os organismos internacionais divulgam pesquisas apontando avanços, estagnações e até mesmo retrocessos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou recentemente seu Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, cujo título é "Combater a mudança do clima: solidariedade humana em um mundo dividido".

A pesquisa nos mostra que as alterações climáticas afetam 78 vezes mais os países pobres.

De acordo com o relatório, a média de pessoas afetadas por desastres ambientais é de um em cada 19 habitantes nos países em desenvolvimento.

Nas nações ricas essa média é de um em 1.500 habitantes.

E por que as regiões mais pobres são mais afetadas? Porque essas regiões têm uma maior desigualdade interna, economias mais frágeis e baixo desenvolvimento humano.

Os habitantes mais pobres acabam por não ter recursos para se protegerem de desastres.

Com certeza temos um sinal vermelho para que algo seja feito. Um alerta para que as Nações ricas pensem melhor sobre sua responsabilidade no que diz respeito ao meio ambiente.

E aqui destaco algo importante: os Direitos Humanos, ao contrário do que muitos pensam, não estão relacionados apenas à violência.

Ao contrário, ele engloba questões econômicas, ambientais e sociais.

A proteção ao meio ambiente, o direito à educação, o acesso à cultura, por exemplo, são temas dos Direitos Humanos.

Senhoras e Senhores Senadores, como sabemos, o Brasil é signatário das Metas do Milênio.

Nossa Constituição tem um capítulo dedicado aos Direitos e Garantias Fundamentais e os demais foram construídos à luz dos Direitos Humanos.

Nesse contexto, perseguimos o alcance das metas e daquilo que rege nossa Carta Magna.

Muito já avançou em nosso País. Um exemplo é o trabalho feito em relação à questão da Aids, dos direitos das mulheres, dos idosos, das pessoas com deficiência, dos índios, dos negros, entre outros.

Nosso Governo tem trabalhado para aplicar, cada vez mais e de melhor forma, o que determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos e nossa Constituição.

Prova disso foi a manutenção de alguns programas, como o de proteção às vítimas.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos realizou no início deste mês a 7ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foram debatidas, entre outras coisas, a implementação de políticas nas áreas de medidas socioeducativas e de convivência familiar.

Temos ainda as Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Não podemos esquecer do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Todas essas pastas vêm desenvolvendo trabalhos de destaque em prol dos Direitos Humanos.

Porém, sabemos que muita coisa ainda precisa ser melhorada e outras ainda precisam ser alcançadas.

É como dissemos anteriormente: trabalhar com Direitos Humanos é trabalhar com mudanças constantes.

É estar sempre buscando melhorias. E o simples debate de determinadas questões, a busca por novos direitos prova que estamos avançando.

Senhor Presidente, é de fundamental importância que todos tenham claro que a luta dos Direitos Humanos é constante e em várias frentes.

Vimos no fim-de-semana notícias a respeito da mortalidade das crianças brasileiras.

No ano em que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança completa 18 anos, vemos que nossa luta tem de ser intensificada.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de mortes em cada mil nascimentos de bebês vivos entre 1980 e 2006 teve uma queda de 64%.

Número expressivo, porém os índices de mortes ainda são considerados muito altos.

Cerca de 27 milhões de bebês morrem em razão da desnutrição, infecções e ausência de assistência médica adequada.

Os estados do Maranhão (40,7% de mortes) e de Alagoas (51,9%) são os mais atingidos. Seus índices são comparáveis aos registrados em países africanos.

Entre as crianças quilombolas, por exemplo, verificamos que 13,7% daquelas cujas mães têm até quatro anos de estudo, estão desnutridas.

Nas comunidades indígenas a situação não é muito diferente. Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena (SISVAN) mostram que no primeiro semestre deste ano 16,48% das crianças menores de cinco anos estão em situação de risco nutricional.

É preciso olhar com mais atenção para a recomendação da ONU no que diz respeito à saúde de crianças de famílias de baixa renda do Norte e Nordeste.

O mesmo deve acontecer em relação aos cuidados das gestantes. Aproximadamente 97% das mães atendidas pelo SUS fazem pré-natal.

Porém a quantidade de consultas ainda está abaixo da média recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Muitas mães desconhecem a importância desse acompanhamento.

A CDH também aprovou diversos projetos de fundamental importância. Foram 28 Projetos de Lei do Senado (PLS).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) destaca que o Semi-Árido brasileiro precisa de especial atenção.

Segundo o Fundo, a taxa de mortalidade infantil nessa região é de 95%. Índice considerado altíssimo!

Esses levantamentos auxiliam os governos a criar e implantar políticas específicas, capazes de solucionar os problemas levantados.

Senhor Presidente, é preciso que se diga que a luta pela implantação dos Direitos Humanos não é apenas de governos, mas sim de todos nós, cidadãos.

Cada um de nós tem de procurar a melhor forma para promover os artigos presentes na Declaração dos Direitos Humanos e os seus desdobramentos, seja por meio das Convenções Internacionais, das Constituições ou mesmo das normas que regem os locais em que moramos ou trabalhamos.

Aqui no Senado temos a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que, durante esse ano, trabalhou diversos temas de fundamental importância para nossa sociedade.

A CDH realizou 37 audiências públicas, muitas delas em conjunto com outras comissões da Casa.

Diversos temas foram debatidos. Tais como: a violência urbana; o Fórum Nacional da Previdência e o papel do parlamento; o Programa Empresa cidadã que prorroga a licença maternidade; o Dia Internacional da Síndrome de Down; a superação do racismo, da violência e do preconceito; o Dia Internacional das Mulheres; os direitos dos povos indígenas; a Emenda 3.

Debatemos ainda as demissões arbitrárias de dirigentes sindicais e membros da CIPA; a regularização fundiária de territórios quilombolas do Brasil; os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; a redução da maioridade penal, com desdobramento nas causas do aumento da violência.

Discutimos melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos trabalhadores das indústrias produtivas de álcool, enfocando a questão do acidente de trabalho e o trabalho escravo.

Debatemos o dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso; os Planos Bresser, Collor I e II e Verão, sob a ótica dos Direitos Humanos; a classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e similares.

Demos especial atenção aos projetos voltados às políticas de atenção à saúde, como o PLS nº 219 de 2007, de autoria do Senador Tião Viana; ao trabalho escravo e aos Direitos Humanos; aos anistiados trabalhistas demitidos durante o Governo Collor.

Promovemos a legislação participativa com a presença de crianças da rede pública do Distrito Federal; debatemos o reconhecimento das Centrais Sindicais; a adulteração do leite; o programa social "Desenvolvimento & Cidadania Petrobras".

Discutimos a grave denúncia sobre uma adolescente presa no interior do Pará com cerca de 20 homens.

O sistema de adoção de crianças no Brasil também já foi discutido pelos integrantes da CDH.

Nesta semana, Senhor Presidente, outros três temas serão pauta de debates: o PAC da Saúde, a valorização das pessoas com deficiência e a situação dos beneficiários da Aerus.

A CDH também aprovou diversos projetos de fundamental importância. Foram 28 Projetos de Lei do Senado (PLS).

Desses 13 eram sobre pessoas com deficiência; um relacionado à dignidade humana, um sobre saúde, um sobre adoção, quatro relacionados aos idosos e oito em relação às crianças e aos adolescentes.

Tivemos a aprovação de um projeto de lei da Câmara relacionado aos idosos, um ofício sobre o mesmo tema e de 36 requerimentos.

Vale dizer, que existem quatro subcomissões ligadas à comissão.

São elas: do idoso, do trabalho escravo, da mulher e da criança e do adolescente.

Senhor Presidente, como já dissemos anteriormente, sabemos que muito precisa ser feito. Mas, temos consciência de que muito se avançou.

Se fizermos uma retrospectiva, veremos que a história dos Direitos Humanos avança a cada vez que eles são discutidos pelas sociedades.

Apenas para citar um exemplo, em 1888, quando da Abolição da Escravidão, somente a liberdade foi dada ao povo negro.

Hoje, 119 anos após, discutimos um estatuto da Igualdade Racial, com mais de 80 artigos.

Discutimos também o direito dos povos indígenas, das pessoas com deficiência e a livre orientação sexual, por exemplo.

Nosso País já tem estatutos com legislação específica para os Idosos e as Crianças e os Adolescentes.

Sem dúvida estamos avançando.

Com o passar dos tempos os direitos e liberdades básicas dos seres humanos vão sendo garantidos e ampliados.

E essa ampliação é a riqueza dos Direitos Humanos, pois ela é sinônimo de avanço.

E, a cada passo dado, estamos progredindo em direção à construção de uma sociedade mais digna, justa e igualitária.

Uma sociedade em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, e isso com suas especificidades respeitadas.

Uma sociedade que respeitará as diferenças. Sejam elas a cor da pele, a religião, a orientação sexual, as diferenças culturais, econômicas e sociais.

Enfim, devemos continuar lutando. Devemos continuar buscando as melhorias mesmo que as condições nos pareçam adversas.

Afinal, como disse Luther King: "O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem-caráter, dos sem-ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons."

Por isso, todos aqueles, homens e mulheres, comprometidos com o futuro de nossos filhos e netos, com o futuro do planeta e de suas sociedades, não podem se calar.

Façamos com que o sussurrar dos bons pareçam gritos quando comparados com as ações vis.

Que os avanços sejam muitos a ponto de conseguirem suplantar atos que revelam retrocesso.

Façamos da defesa dos Direitos Humanos um dos objetivos de nossas vidas. Tal como disse Charlin Chaplin, em seu texto intitulado "Viva":

"Bom mesmo é ir à luta com determinação,
Abraçar a vida com paixão,
Perder com classe

e vencer com ousadia,
Porque o mundo pertence a quem se atreve
e a vida é "muito" pra ser insignificante."

Para finalizar, Senhor Presidente, cumprimento o Senado pela iniciativa de realizar, entre amanhã e o dia 15, a II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Mais uma demosntração de que esta Casa está comprometida com as questões pertinentes aos Direitos Humanos.

O Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher

Em 1999 as Nações Unidas instituíram o dia 25 de novembro como Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

De lá para cá, apesar de termos muito o que fazer, alguns avanços foram registrados em todo o mundo.

No Brasil, por exemplo, temos, há mais de um ano, a Lei Maria da Penha. Sem dúvida, um avanço.

Porém, muitos ainda parecem ter esquecido a velha frase: "em uma mulher não se bate nem com uma flor".

Prova disso são os inúmeros casos registrados de violência contra a mulher.

Vou citar aqui o mais recente. Um caso que além de figurar entre aqueles contra as mulheres, fere o Estatuto da Criança e do Adolescente e os Direitos Humanos.

Falo do recente caso que indignou os brasileiros: o da adolescente que foi presa no interior do Pará em uma cela com cerca de 20 homens.

Lá, como qualquer pessoa pode supor, ela sofreu as mais diversas violências físicas e psicológicas. As investigações acerca do assunto nos mostram que o caso não é isolado.

Além da adolescente de 15 anos, outras quatro mulheres ficaram encarceradas em condições semelhantes no estado.

O Governo Federal vai realizar uma operação em cada um dos municípios paraenses para levantar os episódios de abusos e de violência contra as mulheres.

A Lei Maria da Penha visa resgatar a cidadania de uma parcela da nossa população vitimada pela violência

No caso da adolescente presa em Abaetetuba, parece ter havido negligência por parte daqueles que a prenderam.

Segundo relatos da jovem ela havia dito ser menor de idade. Além disso, foi presa com cabelos longos e hoje tem seus cabelos curtos. Para a mãe da jovem, a idéia era a fazer passar por homem.

Senhoras e senhores senadores, os jornais de hoje trazem matérias que nos mostram que o caso não ocorre apenas no Pará.

Um estudo produzido pela Pastoral Carcerária Nacional, o Centro de Justiça e Direito Internacional e o Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas foi entregue no início deste ano à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os dados levantados apontam irregularidades no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

E, vejam, o Pará não estava na lista. Isso nos mostra que o número é ainda maior!

O estudo destaca que mesmo em prisões onde há divisão de celas por gênero, as presas estão sujeitas à violência.

Um exemplo disso é o fato de, em uma prisão no interior da Bahia, duas mulheres terem engravidado. E, note-se, na prisão em que isso aconteceu não são permitidas visitas íntimas.

O estudo aponta que muitas mulheres sofrem violência sexual e têm de se sujeitar a isso por troca de favores. Denuncia a falta de carcerários do sexo feminino, entre muitas outras deficiências.

Mostra que nem sempre os violentadores são apenas os encarcerados. Funcionários das cadeias também estão envolvidos nesses crimes.

Senhoras e senhores, algo precisa ser feito.

Hoje às 9 horas, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a qual presido, realizou uma audiência pública para tratar o caso ocorrido em Abaetetuba.

Queremos a punição daqueles que foram negligentes! Queremos que casos como esse não fiquem impunes!

Não podemos fechar os olhos, casos assim devem ocorrer em todo o País.

Senhor Presidente, a meu ver a eliminação da violência passa por três pontos básicos: as denúncias precisam ser feitas, a barreira do preconceito precisa ser eliminada e o sistema prisional revisto.

A revisão do sistema é uma forma de preservar a dignidade, o bem-estar físico e psicológico das mulheres encarceradas.

Ao ver declarações de alguns daqueles que deveriam estar protegendo essas mulheres fiquei profundamente triste e chocado.

Ainda há quem coloque a culpa de um estupro na mulher. Ainda há quem considere normal que uma mulher fique aos cuidados de homens em prisões.

Como nas demais questões sociais, Senhor Presidente, o preconceito é uma das razões disso.

A forma de pensar dessas pessoas precisa ser alterada. E isso se consegue, em parte, com as denúncias.

As mulheres não podem se calar!

Entendo que o medo as faz agir assim. Porém o Estado hoje tem formas de as auxiliar.

A Lei Maria da Penha visa resgatar a cidadania de uma parcela da nossa população vitimada pela violência: mulheres que sofrem não somente pelas agressões praticadas contra seus corpos, mas que carregam as marcas dolorosas deixadas em suas almas.

A tragédia pessoal de uma cidadã brasileira fez nascer no ordenamento jurídico nacional a sua mais importante resposta à sociedade internacional.

Uma resposta aos compromissos firmados por tratados e convenções há mais de dez anos para o combate à violência doméstica contra a mulher.

E foram muitas as mudanças: inovações no processo judicial, nos papéis das autoridades policiais e do Ministério Público, alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execuções Penais.

Há o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar.

Senhoras e senhores, como é de conhecimento de todos, o nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la.

Na primeira com arma de fogo deixando-a paraplégica e na segunda tentando eletrocutá-la e afogá-la.

Apesar disso, ela não se calou. E sua voz se transformou em Lei. Em amparo a todas as brasileiras.

A Lei altera o Código Penal brasileiro e possibilita que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada.

Com isso uma das causas que fazia com que as mulheres não denunciassem seus agressores é combatida: o medo de, após a denúncia, ter de conviver sob o mesmo teto que seus agressores.

Hoje aqueles que violentam mulheres não poderão mais ser punidos com penas alternativas.

A legislação aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos.

Além disso, a nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

Senhoras e Senhores Senadores, a violência contra a mulher é um mal que aflige o mundo há séculos. E, como tenho dito até agora, o Brasil não está fora disso, infelizmente.

Os fatos sociais falam por si. Um estudo realizado pelo IBGE no final da década de 1980 constatou que 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem no âmbito doméstico.

Seus agressores são pessoas com relações pessoais e afetivas com as vítimas.

E aqui faço um alerta às mulheres: homens que as violentam verbalmente podem, sim, passar às agressões físicas.

Senhor Presidente, a Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada em 2001, chegou à seguinte conclusão:

A Lei Maria da Penha alterou o Código Penal em favor das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.

Desde sua entrada em vigor, por exemplo, o agressor passou a poder ser preso em flagrante ou preventivamente.

Ainda segundo a instituição, no Brasil, uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência física, sexual ou outro abuso praticado por um homem.

Por isso, há de haver denúncias.

Sejam elas feitas por aquelas que sofrem a violência como por parte daqueles que, de uma forma ou de outra, ficam sabendo da ocorrência de violências contra terceiros.

É preciso que as pessoas, homens e mulheres, tenham claro que violência contra a mulher é "qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial".

Senhor Presidente, a problemática que envolve as mulheres tem as mesmas fontes que as demais discriminações e o racismo.

E, justamente por isso, é uma causa a ser abraçada por todos, homens e mulheres.

Precisamos usar nossa força para acabar com isso. Precisamos nos unir para construir um País melhor para todos.

Um local em que nossas mães, nossas esposas, nossas filhas possam viver em condição de igualdade e de segurança.

Nos últimos trinta dias, nós cumprimos uma extensa e positiva agenda pelo Estado do Rio Grande do Sul...

...fazendo campanha para os candidatos a prefeito e vereador pelo PT e também de outros partidos coligados.

Até o momento foram 100 cidades visitadas. Se Deus quiser, visitarei mais de 200 em todas as regiões do estado até dia 5 de outubro.

De norte a sul e de leste a oeste cruzamos o estado "cortando coxilhas e canhadas". Desde a capital Porto Alegre aos mais longínquos rincões.

Estivemos em quase todas as regiões do estado: serra gaúcha, litoral, planalto, região metropolitana, zona sul,...

...fronteira, região central, campanha, missões, vale do rio Pardo, vale do Taquari, celeiro e alto Uruguai.

Cidades como: Lindolfo Collor, Estância Velha, Dois Irmãos, Sapiranga, Parobé, Igrejinha, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Canoas, São Sebastião do Caí, Montenegro, Portão, Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Charqueadas, São Jerônimo...

...Barra do Ribeiro, Guaíba, Porto Alegre, Viamão, Gravataí, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Alvorada, Rio Grande, São José do Norte, Pedro Osório, Jaguarão, Herval, Hulha Negra, Aceguá, Dom Pedrito, Candiota, Pinheiro Machado, Soledade...

...Bagé, Capão do Leão, Pelotas, Santa Maria, Ijui, Panambi, Cruz Alta, Tapera, Espumoso, Passo Fundo, São Borja, São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Cerro Largo, Guarani das Missões, Santo Ângelo, Santa Rosa, Sobradinho...

...Lagoa Bonita do Sul, Candelária, Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Sinimbu, Passo do Sobrado, Venâncio Aires, Palmares do Sul, Cidreira, Imbé, Maquiné, Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara, Capão da Canoa, Estrela, Marquês de Souza, Cruzeiro do Sul, Lajeado, Westfalia, Paverama, Bom Retiro do Sul, Taquari, Sete de Setembro.

Essas são algumas das cidades. Em outro momento voltarei a esta Tribuna para citar outras que, devido a falta de tempo, não pude citar hoje.

Ultrapassamos cinco mil quilômetros rodados. Foram mais de 200 gravações personalizadas para rádio e televisão,...

...sem contar as sessões de fotos com os nossos candidatos. Foi uma agenda de fôlego e que nos ensinou muito.

Quando passávamos no Portal de algumas cidades que, em virtude do tempo escasso, não podíamos entrar, o povo esperava pedindo gravações e assinaturas em bandeiras.

Em muitas vezes fiquei com as palavras atravessadas na garganta e rios a escorrer pelos olhos...

... emocionado com o carinho das pessoas, com o afago dos velhos, com o aperto de mãos dos jovens e com o sorriso das crianças.

Faço este comentário por quê – nós que entendemos que as causas do Rio Grande do Sul estão acima dos partidos políticos e ideologias –,...

...é gratificante ver o nosso trabalho aqui no Senado reconhecido pelos gaúchos e gaúchas.

A simplicidade e a generosidade, Senhor Presidente, são características desse povo sulista.

Este mesmo povo que fincou fronteiras "a ponta de lança e casco de cavalo", e ainda, até hoje, não diz adeus... mas um até mais... um até breve.

Há uma canção que se chama "Provinciano" e que fala um pouco desse povo sulista.

A este eu presto uma homenagem com a permissão dos compositores Mário Barros e Mário Eleú Silva:

Longe da cidade grande / Alheio ao mundo agitado / Vive bem aquerenciado / O gaúcho provinciano / Seja campeiro ou urbano / Seu verso guarda o sabor / Das coisas do cotidiano.

Estende a mão, cumprimenta / Também retira o chapéu / Sabe quando muda o tempo / Bombeando as nuvens no céu / Lá pras bandas da fronteira / Se parece um João Barreiro / Zeloso, cuida do pago / Com cisma de peão caseiro.

Provinciano, pêlo duro, te juro / Sei do teu amor sem fim / Por esta querência amada / E pela vida sossegada / Porque eu também sou assim / Estendo a mão, cumprimento/ Estendo a mão, cumprimento!

Senhoras e Senhores Senadores,

A visita ao Município de Espumoso, distante 262 quilômetros de Porto Alegre, foi uma das mais marcantes.

Quando estávamos no Centro de Integração do Menor de Espumoso (CIMES) fui surpreendido por um menino negro que me entregou uma carta...

...sequer consegui ler a carta por inteiro pois a emoção tomou conta de mim...

...mas faço aqui a sua transcrição: "Senador Paulo Paim, através dessa mensagem, quero te agradecer...

...queremos que saiba que tua ajuda nos foi de grande valia. Queremos que saibas que pessoas tão especiais como tu estão sempre prontas para fortalecer a união fraterna....

...nós procuramos olhar dentro dos corações das pessoas, porque sabemos que é de lá que extraímos a essência do melhor....

...E aí, Senhoras e Senhores Senadores, as crianças começaram a cantar: Paim, eu vim aqui só para te ver...

...obrigado por tua atenção e pelo carinho dedicado. Tudo o que fazemos pensando em ajudar ao próximo, pela própria lei da natureza nos é devolvido em dobro....

...só entende-se direito o milagre da vida quando deixamos que o inesperado aconteça. Que o universo te cubra de bênçãos e sejas sempre muito feliz."

No Município de Pedras Altas, fomos até o castelo de Joaquim Francisco Assis Brasil, onde entre livros e relíquias tivemos uma verdadeira aula de história...

...quando o amigo Basileu Alfredo lembrou a célebre frase do Conselheiro do Império, Gaspar Silveira Martins, que disse: idéias não são metais que se fundem.

Já no pequeno Município de Paverama, que fica perto de Lajeado e Estrela, no Vale do Taquari, a recepção foi uma das mais, se não, a mais calorosa que eu presenciei.

Quando chegamos neste município, de aproximadamente 7,5 mil moradores, o povo estava nas ruas como que em grande festa...

...participamos de uma carreata. E depois fomos recepcionados em um ambiente fechado...

...eram idosos, pessoas de meia idade, jovens e crianças, que seguravam cartazes com vários dizeres e que, é claro, me emocionaram muito, como por exemplo...

...obrigado Senador Paim pelo Estatuto do Idoso, obrigado Paim pela defesa da educação profissionalizante, obrigado senador por defender o ProUni e o Bolsa Família...

...e aí, Senhoras e Senhores Senadores, as crianças começaram a cantar: Paim, eu vim aqui só para te ver...

...creio que num momento como este não existe homem na face da terra que resista a tão emocionante cena... Com certeza as lágrimas escorrem... e comigo não poderia ser diferente.

Estive de peito aberto abraçando os meus conterrâneos. Poderia lembrar fatos de todos esses municípios que aqui citei.

Poderia falar das caminhadas em Porto Alegre junto com a companheira Maria do Rosário, com o Pimenta e o Valdeci em Santa Maria, com o Marroni em Pelotas,...

... com Dudu e Mainardi em Bagé, com o Bordignon e o Sérgio em Gravataí, com o Alex em Viamão, com a Stela em Alvorada, com o Ari Vanazzi em São Leopoldo.

Poderia falar do meu berço político e onde tudo iniciou para mim. Falo de Canoas...

...junto com o amigo e companheiro de longa data, Jairo Jorge, candidato à prefeito pelo PT, percorremos a cidade, com chuva e com sol.

Foram inúmeras caminhadas, no bairro Matias, Guajuvira e o centro de Canoas. No sábado tivemos um evento de grande mobilização, um sucesso, junto com a Ministra Dilma.

E o que dizer da minha querida Caxias do Sul, terra onde eu nasci e fui criado pelos meus velhos pais, que hoje já não mais estão entre nós...

...o Pepe Vargas é o nosso candidato lá e tem todas as possibilidades de voltar a governar aquele município. Lá estarei novamente antes do final do mês.

Em São Borja, acompanhado do nosso candidato a prefeito pelo PT, Renê Ribeiro, me lembrei da frase que Osvaldo Aranha disse há 54 anos no sepultamento do Presidente Getúlio Vargas:

"Getúlio. Quando se quiser escrever a História do Brasil, queiram ou não, tem-se de molhar a pena no sangue do Rio Grande do Sul,...

...e ainda hoje, quem quiser escrever o futuro do Brasil, terá de molhar a pena no sangue do teu coração."

Com certeza, Senhoras e Senhores Senadores, teremos 2º turno nas cidades de Pelotas, Porto Alegre e Canoas e eu quero dizer para essa gente que embora eu já tenha estado lá, me comprometo a voltar.

Estar com o meu povo riograndense é uma alegria e uma honra para mim pois assim é o nosso Rio Grande velho de guerra, ...

...Rio Grande do povo, Rio Grande da diversidade, Rio Grande da terra, Rio Grande dos heróis,...

...Rio Grande dos caminhos, Rio Grande dos presidentes, Rio Grande dos trabalhadores, Rio Grande da história,...

...e Rio Grande que tão bem me recebe quando eu vou para lá.

Senhoras e Senhores,

Quero lembrar aqui as palavras que ouvi de um senhor, dizendo que via no nosso trabalho um farol. Dedico as palavras dele não somente a mim mas a todos que ainda acreditam numa terra com justiça, paz e liberdade.

"Há um farol que ilumina o espaço do divino palco da arte e esta luz atrai os desejos e as aspirações do povo brasileiro.

Há um farol que sinaliza para os injustiçados e que clama por justiça e esperança por um mundo melhor.

Há um farol da democracia e da liberdade sempre aceso sinalizando para os caminhos do bem comum na busca por justiça e felicidade.

Há um farol que é um condutor de luz e um guia. Um farol que é a esperança que nunca recua e vai sempre em frente construindo a pátria da gente e um País para todos."

Para finalizar quero dizer que, em uma das cidades que visitei, me perguntaram se eu era um dos cabos eleitorais de luxo. Respondi então desta forma:

"Claro que não. Sou apenas um metalúrgico negro que hoje está senador e o meu compromisso, a minha marca no Parlamento, ao longo desses 23 anos, foi a luta contra todo tipo de discriminação, pelo aumento do salário mínimo, pelo Estatuto do Idoso,...

... da Pessoa com Deficiência, da Igualdade Racial e Social, pelo fim do fator previdenciário, para que aposentados e pensionistas recebam o mesmo índice de aumento dado ao salário mínimo, por distribuição de renda e emprego.

Eu sou um senador do movimento sindical, que luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, que valoriza o desenvolvimento sustentável com responsabilidade social que garanta a defesa do meio ambiente.

Sou o senador que quer regulamentar, via Estatuto do Motorista, a situação dos caminhoneiros, dos taxistas, dos motoristas de ônibus, enfim, de todos os profissionais do volante.

Sou um defensor apaixonado de programas como o ProUni, o Luz Para Todos, o Bolsa Família, Agricultura Familiar e o ensino técnico, por isso inclusive sou autor do Fundep. Estou com 1.536 projetos tramitando entre a Câmara e o Senado, todos voltados para o social.

Por tudo isso, não sou um cabo eleitoral de luxo. Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa embalo meus sonhos na perspectiva de que todos possam viver e envelhecer com dignidade.

Um parlamentar com essa matriz não é um cabo eleitoral de luxo. Estou na linha do farol. Prefiro o farol a iluminar nossos caminhos."

Eu tenho cinco minutos, mas começaria pedindo desculpas pela minha voz, Senador Flávio Arns. Foram 208 municípios que eu percorri no meu estado – os últimos tive de percorrer de avião, pela distância –, mas o resultado foi positivo.

Entre prefeituras onde nós tínhamos candidato a prefeito e outros como vice, nós chegamos a 121 municípios, em políticas de aliança naturalmente.

No vale dos Sinos, que é o vale onde escrevi a minha vida político-partidária, nós ganhamos em todos os municípios: Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Dois Irmãos e Nova Hartz. Fizemos todo o chamado corredor do Trensurb e até onde o trem chegará um dia, porque não chegou ainda.

Para nós é importante, porque significa um pólo onde eu escrevi a minha vida política, sindical, e claro que tivemos ali política de aliança com outros partidos. Tivemos cidades em que ganhamos com o PTB, cidades em que ganhamos com o PMDB, cidades em que ganhamos com o PCdoB, nas parcerias. Enfim, foi um momento muito bonito.

Os comícios – achávamos que não teríamos mais comícios – de três, quatro, cinco, oito, dez mil pessoas aconteceram. Em Porto Alegre, estamos no segundo turno. Em Canoas, embora tenhamos ficado na frente, com mais ou menos dez pontos, há possibilidade de resolvermos com rapidez a questão de Canoas pelo quadro que se apresenta.

Sr. Presidente, eu me comprometi com todos que o meu primeiro pronunciamento aqui seria falar sobre o fator previdenciário. Nem que seja por um minuto, eu tenho que dizer que, amanhã, na Câmara, na Comissão de Previdência, vai ser votado o fator previdenciário, projeto que nós já aprovamos aqui e está naquela Casa. Estou aqui coerente com meu discurso em cada palanque. O relatório do Deputado Germano Bonow é favorável e, se for colocado em pauta, não tenho dúvida nenhuma de que vai ser aprovado amanhã.

Do mesmo modo o nº 42, que é o reajuste dos aposentados, está pronto para o Plenário, se for colocado em pauta, eu não tenho dúvida nenhuma, pelo apelo que vi de milhares e milhares de gaúchos e de pessoas de outros estados, de milhões de brasileiros que estão na expectativa desses dois projetos.

Por último, Sr. Presidente, quero também agradecer à Comissão de Assuntos Econômicos – especificamente ao Senador Aloizio Mercadante, pelo acordo que havia feito com ele. O Senador Suplicy foi o relator, e o Plenário, hoje, sob a presidência de V. Exª, aprovou o empréstimo para Uruguaiana. Essa foi uma demonstração do que temos procurado deixar claro: terminou o embate municipal, voltamos a fazer política para o conjunto dos municípios e para o Estado do Rio Grande do Sul. Essa foi mais uma demonstração disso: não ganhamos a Prefeitura de Uruguaiana, mas fizemos questão de que o empréstimo para lá fosse aprovado, como foi o de Cachoeirinha e o de Pelotas. Vamos disputar lá o segundo turno, como estamos disputando o segundo turno na capital de todos os gaúchos.

Sr. Presidente, o tempo é curto. Eu havia preparado um pronunciamento sobre a crise que pega os Estados Unidos e preocupa todo o mundo e, naturalmente, o Brasil. Deixarei para fazer em outro momento esse pronunciamento sobre a crise e sobre a

importância de uma reforma tributária, analisando o quadro complexo da economia americana no setor imobiliário e no setor bancário, nos grandes bancos, e a repercussão disso aqui no Brasil.

Sr. Presidente, apesar da voz debilitada, faço questão de reafirmar a minha alegria e a minha disposição para participar da campanha nas três cidades em que disputaremos o segundo turno: Porto Alegre, Pelotas e Canoas.

Eu diria que, em Canoas, a disputa já está resolvida – mas não por ser a minha cidade! Já em Pelotas e Porto Alegre, a disputa será muita dura, mas acreditamos na vitória do Marroni e da Maria do Rosário. Com mais tranqüilidade, eu diria, está o Jairo Jorge, que foi o primeiro prefeito a disputar pelo PT em Canoas, um jovem indicado por mim na época – depois, em um segundo momento, dali a quatro anos, indiquei Marco Maia, hoje deputado federal. Jairo Jorge, com certeza, vai ser o prefeito vitorioso da cidade de Canoas.

Agradeço muito também porque outro metalúrgico, do tempo em que eu era do sindicato, assume em Sapucaia: o Ballin. Assume também, na cidade de Esteio, outro companheiro que também era metalúrgico de Canoas quando fui presidente: o Gilmar. Depois, temos outros companheiros que, naturalmente, no Vale, tinham e têm uma parceria muito grande com a nossa caminhada. Brilhante, por exemplo, a vitória em São Leopoldo do prefeito que foi reeleito com mais de 75% dos votos, ex-Deputado também: Ary Vanazzi, muito vinculado aos movimentos populares.

Para não dizer que só falei das boas: perdemos Caxias e Santa Maria. Faz parte do jogo democrático, democracia é isso.

As eleições municipais, para mim, são o coração da cidadania, porque ali se trava o debate direto, elegem-se os vereadores e os prefeitos.

No passo seguinte, em 2010, vamos eleger os deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e, no meu entendimento, a nova presidente da República, que vai ser uma mulher: acho que vai ser a Dilma.

Muito obrigado.

CONTATOS COM O GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

Brasília

Endereço: Praça dos Três Poderes – Senado Federal
Anexo I – 22º Andar – Sala 3
CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3311-5232
Fax: (61) 3311-5235
E-mail: paulopaim@senador.gov.br
Home Page: www.senado.gov.br/paulopaim
Blog: paulopaim.blogspot.com

Rio Grande do Sul

Endereço: Av. Guilherme Schell, 6922 – Centro
CEP 92310-001 – Canoas – RS
Telefone: (51) 3472-5979